

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

TATIANE REGINA DA SILVA

GEOGRAFIA E PENSAMENTO DECOLONIAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

UBERLÂNDIA - MG

2020

TATIANE REGINA DA SILVA

GEOGRAFIA E PENSAMENTO DECOLONIAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira

UBERLÂNDIA - MG

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Tatiane Regina da, 1994-
2020 Geografia e Pensamento Decolonial [recurso eletrônico] : Um
Diálogo Necessário / Tatiane Regina da Silva. - 2020.

Orientador: William Rodrigues Ferreira .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.359>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. , William Rodrigues Ferreira, 1968-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia.
III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA - PPGGEO				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Número 493, do PPGGEO				
Data:	17 de março de 2020	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	16h:20m
Matrícula do Discente:	11812GEO022				
Nome do Discente:	Tatiane Regina da Silva				
Título do Trabalho:	GEOGRAFIA E PENSAMENTO DECOLONIAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL/ENSINO DE GEOGRAFIA				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala [Bloco 1 H - Sala 14], Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA MAGRINI - ICHPO-UFU; PAULA VANESSA DE FARIA LINDO - UFFS e WILLIAM RODRIGUES FERREIRA - IG - UFU orientador(a) do(a) candidato(a). A Professora Paula Vanessa de Faria Lindo participou via Skype desde Erechim - RS e Maria Angélica de Oliveira Magrini de Ituiutaba - MG.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). WILLIAM RODRIGUES FERREIRA, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre .

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/03/2020, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,



§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Vanessa de Faria Lindo, Usuário Externo**, em 23/03/2020, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angélica de Oliveira Magrini, Usuário Externo**, em 25/03/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1940011** e o código CRC **6171CD50**.

TATIANE REGINA DA SILVA

GEOGRAFIA E PENSAMENTO DECOLONIAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira, UFU/MG (Orientador)

Profa. Dra. Maria Angélica Magrini, UFU/MG

Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo, UFFS/RS

Data: ____ / ____ de _____

Resultado: _____

Dedico este trabalho à todas as mulheres, as que me antecederam, as que vivem no tempo presente e as que irão me suceder, a todas vocês, a nós!

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo, em tempos ameaçadores e obscuros no qual o Brasil se encontra com o atual governo, a oportunidade de cursar uma pós-graduação em uma instituição gratuita e de qualidade, em ter a chance de realizar ciência e ser pesquisadora. As universidades públicas são fundamentais para o futuro do nosso país, re-existiremos!

Aos meus familiares, em especial, a minha mãe e avó, mulheres bases da minha vida, que sempre me incentivaram e apoiaram os meus sonhos e que tanto me ensinam sobre a arte do viver. Entremeadas por laços sanguíneos nesse tempo, sou grata as diferenças e semelhanças que nos constroem, assim, vamos nos ensinando e aprendendo uma com as outras. Amo-lhes.

Aos meus irmãos de vida, Jonas Eduardo, Ellen e Murilo, por toda a amizade e companheirismo, que mesmo com a distância se fizeram presentes e contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento pessoal, além de me apoiarem nos momentos bons e ruins e vibrarem a cada vitória da minha trajetória.

A todas as amigadas que construí desde a minha chegada em Minas Gerais, a Ana Paula, Matheus, Laiane, Aline, Alisson, Patrícia Inague, Adenísia, Húrbio, entre outros, que por hora poderei me esquecer, mas que carregarei em minha memória, obrigada por estarem presentes durante esse percurso do mestrado e me incentivarem em momentos desde à aflições e alegrias da pós-graduação até as alegrias e aflições pessoais.

Agradeço profundamente ao meu amigo João Victor que, carinhosamente minha mãe diz ser meu anjo da guarda (não sei dizer se isso é possível), mas com toda certeza João é um dos meus amores de vida. Imensamente grata por dividir o dia e degustar a dor e a alegria dessa caminhada e pela elaboração dos mapas.

Não poderia deixar de agradecer a Zenilda, Valdinei, Carla, Antônio e Débora, por abrirem literalmente a porta de casa para me dar estadia e acolhimento em Uberlândia. Em particular a Débora, minha companheira de apartamento e de convívio diário, agradecida pelas conversas, desabafos e reflexões sobre a vida.

Agradeço também a todos os meus colegas da turma de mestrado pelo companheirismo e aprendizagens. A todos os integrantes do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e do Grupo Sul Global pela troca de conhecimentos, diálogos e descobertas durante esse percurso, em particular a Profa. Beatriz Ribeiro Soares pelo carinho, receptividade e acolhimento, desde as confraternizações até as contribuições fundamentais do projeto à qualificação da minha pesquisa.

Aos participantes do Laboratório de Trânsito e Transporte pelo compartilhamento do espaço físico no dia a dia, pelos diálogos e reflexões que contribuíram para o meu crescimento intelectual. Agradeço também ao meu orientador, Prof. William Rodrigues Ferreira por ter aceito esse desafio e sempre me conduzir de forma muito livre e autônoma.

Expresso os meus agradecimentos aos professores, a secretaria do Programa da Pós-Graduação em Geografia e a todas as pessoas que compõem o Instituto de Geografia - UFU e que, de alguma forma, participaram e contribuíram na minha experiência de vida com a Geografia. Também expresso o meu carinho as pessoas que fazem pulsar a Universidade, desde os estudantes, professores até as pessoas que realizam a limpeza, que fazem a segurança, que trabalham na cantina, no Restaurante Universitário - RU, enfim, a todos vocês que vivem e fazem a Universidade diariamente, obrigada pelos cumprimentos, simpatia e sorrisos que muitas vezes fizeram o meu dia melhor.

Aos membros da banca de análise, Profa. Paula Vanessa de Faria Lindo e a Profa. Maria Angélica de Oliveira Magrini, por terem aceito o convite para participarem deste processo e poderem contribuir e enriquecer ainda mais a presente pesquisa. Quero destacar a Profa. Maria Angélica pelo apoio incondicional, sororidade, contribuições no aspecto intelectual e pessoal desde a graduação, palavras me faltam para expressar tamanho cuidado e compreensão, gratidão!

Ao CNPq pelo auxílio financeiro para a realização desta pesquisa!

Ao Universo, a vida, a todos os seres que diretamente ou indiretamente fizeram parte deste ciclo, meu muito obrigada a todos e todas vocês!

“ Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante de um homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? ”

(Lélia Gonzalez, 1982)

RESUMO

No campo da produção científica é evidente o eurocentrismo como forma hegemônica de construir o saber e de enxergar o conhecimento, ancorado no projeto de modernidade que conduz à compreensão do mundo ocidental e, conseqüentemente, oculta outras formas de saberes e vivências, como a dos povos dominados no processo de colonização, por exemplo. É nesse sentido que o pensamento decolonial emerge, para contestar as tendências acadêmicas dominantes de construção do conhecimento histórico e social, de cunho imperialista. Nesse viés, o presente trabalho parte da identificação da trajetória eurocêntrica da Geografia enquanto ciência moderna, tendo como objetivo principal apresentar a perspectiva decolonial como alternativa epistemológica para a construção do pensamento geográfico, analisando o panorama brasileiro de utilização dessa abordagem tanto no âmbito da ciência geográfica, assim como nas demais ciências. O intuito é demonstrar a importância e a necessidade de se considerar e dialogar com o pensamento decolonial para ultrapassar o monotopismo na Geografia. Para a execução do presente estudo, os procedimentos metodológicos se pautaram em: a) revisão bibliográfica acerca da temática abordada, abrangendo desde a caracterização da modernidade e da pós-modernidade e suas relações com a Geografia até a apresentação do pensamento decolonial enquanto uma perspectiva potente que pode contribuir com a ciência geográfica e; b) análise bibliométrica acerca da pesquisa científica na pós-graduação no Brasil a partir da análise de Teses e Dissertações, a fim de identificar a repercussão da temática decolonial na Geografia e em outras ciências. Logo revelou-se que a temática decolonial é um assunto recente na produção científica nacional, além de comprovar que se aborda muito pouco tal perspectiva na ciência geográfica, se comparado a outras áreas do conhecimento. Sendo assim, procurou-se fazer com essa pesquisa um convite para a Geografia e para as demais ciências brasileiras para realizar um diálogo com o pensamento decolonial, ampliando e subvertendo suas bases epistemológicas.

Palavras-Chave: Pensamento decolonial; Geografia; Eurocentrismo; Pós-graduação; Brasil.

RESUMEN

En el campo de la producción científica, el eurocentrismo es evidente como una forma hegemónica de construir conocimiento y ver el conocimiento, anclado en el proyecto de modernidad que conduce a la comprensión del mundo occidental y, en consecuencia, oculta otras formas de conocimiento y experiencias, como la de los pueblos dominado en el proceso de colonización, por ejemplo. Es en este sentido que surge el pensamiento decolonial, para desafiar las tendencias académicas dominantes para la construcción del conocimiento histórico y social, de naturaleza imperialista. En este sentido, el presente trabajo parte de la identificación de la trayectoria eurocéntrica de la geografía como ciencia moderna, teniendo como objetivo principal presentar la perspectiva decolonial como una alternativa epistemológica para la construcción del pensamiento geográfico, analizando el panorama brasileño de utilizar este enfoque tanto dentro del alcance de la ciencia geográfica, así como en las otras ciencias. El objetivo es demostrar la importancia y la necesidad de considerar y dialogar con el pensamiento decolonial para superar el monotopismo en Geografía. Para la ejecución del presente estudio, los procedimientos metodológicos se basaron en: a) revisión bibliográfica sobre el tema abordado, que abarca desde la caracterización de la modernidad y la posmodernidad y sus relaciones con la Geografía hasta la presentación del pensamiento decolonial como una perspectiva poderosa quién puede contribuir a la ciencia geográfica y; b) análisis bibliométrico sobre investigación científica en estudios de posgrado en Brasil basado en el análisis de Tesis y Disertaciones, para identificar la repercusión del tema decolonial en Geografía y otras ciencias. Pronto se reveló que el tema decolonial es un tema reciente en la producción científica nacional, además de demostrar que esa perspectiva se aborda muy poco en la ciencia geográfica, en comparación con otras áreas del conocimiento. Por lo tanto, se buscó hacer de esta investigación una invitación a la Geografía y otras ciencias brasileñas para entablar un diálogo con el pensamiento decolonial, expandiendo y subvirtiendo sus bases epistemológicas.

Palabras clave: pensamiento decolonial; Geografía; Eurocentrismo; Posgraduación; Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma Metodológico das Pesquisas de Pós-Graduação no Brasil entre os anos de 2010 a 2018.....	16
Figura 2: “A criação do Homem” - Michelangelo (1508-1515)	34
Figura 3: O legado dos fundadores à Geografia moderna	38
Figura 4: Principais Características da Geografia Crítica	48
Figura 5: Colonialidade e seus âmbitos	68
Figura 6: Distribuição de Teses e Dissertações entre a perspectiva decolonial e descolonial	86
Figura 7: Nuvem das principais palavras mais frequentes nos títulos dos trabalhos analisados de 2010 a 2018	97
Figura 8: Nuvem das principais palavras contidas nas palavras-chave dos resumos analisados na Geografia de 2010 a 2018	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade	60
Tabela 2: Principais instituições brasileiras com atuação em pesquisas sobre a temática decolonial e descolonial de 2010 a 2018	92
Tabela 3: Principais palavras mais influentes nos títulos dos trabalhos	98
Tabela 4: Principais palavras inclusas nas palavras-chave dos resumos	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre modernidade e pós-modernidade	29
Quadro 2: Áreas do Conhecimento que possuem dissertações e teses na perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018	88
Quadro 3: Trabalhos analisados na ciência geográfica	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Teses e Dissertações defendidas ao longo dos anos de 2010 a 2018 pela perspectiva decolonial e descolonial	87
---	----

Gráfico 2: Áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018	89
Gráfico 3: Áreas do conhecimento que menos apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Sedes das pesquisas na perspectiva descolonial de 2010 a 2018	94
Mapa 2: Sedes das pesquisas na perspectiva decolonial de 2010 a 2018	95

SUMÁRIO

CAMINHOS DA PESQUISA	12
CAPÍTULO 1: ENTRE MODERNIDADE E PÓS MODERNIDADE: CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA GEOGRAFIA	18
1.1. Da modernidade a pós-modernidade: apontamentos iniciais	18
1.2. Modernidade e pós modernidade na Geografia: a construção de uma ciência eurocêntrica	34
CAPÍTULO 2: PENSAMENTO DECOLONIAL: DESVENDANDO SUAS POTENCIALIDADES EPISTEMOLÓGICAS	56
CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO DECOLONIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: UM LEVANTAMENTO A PARTIR DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	84
3.1. As perspectivas decolonial e descolonial nas Teses e Dissertações produzidas no Brasil	84
3.2. As perspectivas decolonial e descolonial na pós-graduação da Geografia brasileira	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	126

CAMINHOS DA PESQUISA

Desde o final da década de 1990, em particular com as pesquisas do sociólogo peruano Aníbal Quijano sobre a colonialidade, um conjunto de estudos passou a ganhar destaque ao procurar resgatar várias questões histórico-sociais que eram tradicionalmente consideradas finalizadas ou solucionadas nas ciências sociais latino-americanas.

A colonialidade, por sua vez, equivale a uma Matriz Colonial de Poder, na qual se estabelece uma relação de par complementar com a modernidade, visto que elas se constroem mutuamente. A partir desse entendimento, inúmeros pesquisadores (as) passaram a incluir essa categoria em seus trabalhos e, assim, houve um crescimento de coletivos, grupos de discussões e pesquisas em torno desse assunto.

O Grupo Modernidade/Colonialidade¹, por exemplo, é um desses coletivos que busca desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder, através da perspectiva da decolonialidade. Essa perspectiva é a resposta necessária às falácias e às ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à própria violência da colonialidade (MIGNOLO, 2017).

Desta forma, a configuração desse coletivo resultou no aprofundamento e na expansão sistemática dessas linhas de pensamento. Em vista disso, as formulações iniciais sobre tais temas se multiplicaram e se estenderam para além da América Latina. Essa expansão muitas vezes se assemelha a outras tradições críticas que possuem genealogias e interesses distintos, que é o caso dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais, porém, apesar das semelhanças, são perspectivas completamente diferentes.

De forma sucinta, tanto os estudos subalternos quanto os estudos pós-coloniais possuem uma posição crítica em relação à visão eurocêntrica, contudo, de acordo com Arias et al (2012), o primeiro acaba se reduzindo a uma cópia servil dos estudos de área institucionalizados nos Estados Unidos, enquanto o segundo apresenta uma forte influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo advindos da produção acadêmica do denominado “primeiro mundo”.

Nesse seguimento, o Grupo M/C ancorado em um pensamento decolonial envolve um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade e suas diferentes formas. Esse, por sua vez, também propõe romper com o eurocentrismo, além de

¹ Na sua maioria os integrantes do Grupo M/C são de nacionalidade latino-americana e/ou lecionam em universidades da América Latina, como por exemplo, Argentina, Equador, Venezuela, Colômbia e etc. Assim como possui integrantes de nacionalidade não latino-americanos, por exemplo, estadunidense e/ou lecionam em universidades dos EUA.

constituir uma renovação do pensamento crítico para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva imperialista de construção do conhecimento histórico e social.

Quanto às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva imperialista, pode-se dizer que as ciências modernas, inclusive a ciência geográfica, foram formuladas a partir de um viés eurocêntrico, estando associadas ao contexto histórico-social do colonialismo e do imperialismo. Isso fez com que os geógrafos escolhidos para representarem a história oficial da Geografia, na sua grande maioria, tenham defendido de algum modo uma visão imperialista, sobretudo no que diz respeito ao início da institucionalização da Geografia como ciência.

Partindo desse cenário, é nítida, ao vivenciar os eventos da Geografia seja em, colóquios, seminários, congressos, encontros, mesas-redondas e etc., assim como ao observar a grade curricular, as disciplinas ofertadas, as discussões e debates dentro da universidade, a carência da ciência geográfica ao dialogar com o pensamento decolonial e em admitir que a Geografia continua centrada em um padrão científico hegemônico instituído, o que contribui com sua crise explicativa e epistemológica. Considera-se neste trabalho que a perspectiva decolonial é um dos caminhos a partir dos quais a Geografia pode ser (re) pensada.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica na medida em que se torna inegável a lacuna presente na Geografia acerca desse pensamento que vem ganhando destaque nos últimos anos. Assim, torna-se fundamental reconhecer a influência do eurocentrismo e mais atualmente a ascendência “euro-norte-americana” na Geografia. Por conseguinte, cabe considerar e dialogar com outras visões que contribuam para a construção de um conhecimento pluri e não uni-versal, que é o próprio cerne do pensamento decolonial, afim de ultrapassar o monotopismo nessa ciência.

É preciso realmente refletir acerca da relevância de inserir essa perspectiva na ciência geográfica, uma vez que o conhecimento científico deve sempre buscar se renovar, produzir e aperfeiçoar teorias e conceitos que permitam um entendimento mais aprofundado sobre a transformação socioespacial do mundo contemporâneo. Considero assim, que o pensamento decolonial possa contribuir muito para o campo da Geografia e das ciências Humanas no geral, justamente por oferecer outros pontos de vista para se pensar e conhecer o mundo.

Diante dessa reflexão, surgiram alguns questionamentos que estruturaram as ideias desenvolvidas nesta dissertação, a saber: Como está a produção científica gerada pela pós-graduação brasileira em relação a perspectiva decolonial? Qual o papel desta perspectiva na ciência geográfica? Quais discussões constituem a perspectiva decolonial formulada no Brasil? Como se dá a espacialização dessas pesquisas no país?

É no âmbito destas questões que o objetivo geral desta pesquisa foi verificar qual a repercussão da perspectiva decolonial na Geografia e em outras ciências brasileiras, a partir de pesquisas científicas na pós-graduação - no que concerne a Teses e Dissertações do Brasil no período de 2010 a 2018. No que tange aos objetivos específicos, pretendeu-se:

- Analisar de forma sucinta os períodos da modernidade e da pós-modernidade, evidenciando a construção de uma Geografia eurocêntrica e destacando as possibilidades que o pensamento pós-moderno traz para o conhecimento científico;
- Apresentar um contexto histórico referente ao pensamento decolonial, identificando suas principais características;
- Ressaltar a importância de se considerar e dialogar com o pensamento decolonial na ciência geográfica, para superar o eurocentrismo e considerar “paradigmas outros”.

Para a execução do presente estudo, os procedimentos metodológicos se alicerçaram em uma pesquisa quali-quantitativa, sendo que, majoritariamente se pautou no caráter bibliográfico, de viés teórico, no que tange aos seguintes temas: modernidade e pós-modernidade; a construção da Geografia enquanto ciência eurocêntrica; pensamento decolonial. Considerando os objetivos propostos, os caminhos norteadores para embasar as análises da pesquisa foram conduzidos pela dialética. Assim como nos lembra Salvador (2012, p.103):

A ciência, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico. Os trabalhos científicos, elaborados de acordo com esse método, se dedicam a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente. Em suma, a ciência, nessa perspectiva metodológica, é pensada de modo engajado, político.

Nesse sentido, a escolha de uma análise dialética no presente estudo se deu através de um viés crítico, de cunho qualitativo, abarcando teorias, métodos, conceitos e processos históricos envolvidos nas temáticas que proporcionaram o desenvolvimento pleno do trabalho em questão.

A escolha de uma abordagem teórica e bibliográfica se fez necessária para fortalecer a discussão acerca dessa temática que é trabalhada ainda com pouca expressão na ciência geográfica, em particular, na Geografia brasileira.

Além disso, muito se tem discutido sobre a tarefa de mensurar, caracterizar e avaliar a produção científica de pesquisadores e estudiosos, que têm a sua atividade intelectual apresentada de diversas maneiras (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011).

Para Treinta et al (2014) é importante estabelecer uma estratégia de pesquisa bibliográfica que facilite a identificação dos principais trabalhos em meio a uma quantidade grande de possibilidades que permeiam a produção científica mundial e/ou nacional, assim como garanta a capacidade de estabelecer as fronteiras do conhecimento advindo dos achados científicos. Para tanto, o uso de uma metodologia de avaliação por meio de um estudo bibliométrico pode ajudar a equacionar esses dilemas.

Assim sendo, na sequência, realizou-se uma análise bibliométrica sobre teses e dissertações que apresentavam a perspectiva decolonial e descolonial abordada no Brasil nos anos de 2010 a 2018. Para Araújo; Alvarenga (2011, p. 52):

A bibliometria, como área de estudo da Ciência da Informação, tem um papel relevante na análise da produção científica de um país, uma vez que seus indicadores podem retratar o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento.

Desta forma, a bibliometria pode ser compreendida como uma metodologia de análise quantitativa que tangencia aspectos qualitativos, ou seja, a utilização dessa ferramenta metodológica permite sistematizar um quadro quantitativo-descritivo sobre os resultados da pesquisa. Nas palavras de Moscardi et al (2017, p. 1823) a revisão bibliométrica é:

(...) capaz de identificar *gaps* no conhecimento científico, permitindo a apreensão destes conhecimentos relativos a determinado tema dentro de uma revisão de literatura. Essas apreensões se dão através de técnicas como sistematização, identificação de palavras, produção científica, ocorrências etc. Frente a esses parâmetros, a revisão bibliométrica pode ser considerada uma metodologia que se soma ao processo de construção do conhecimento.

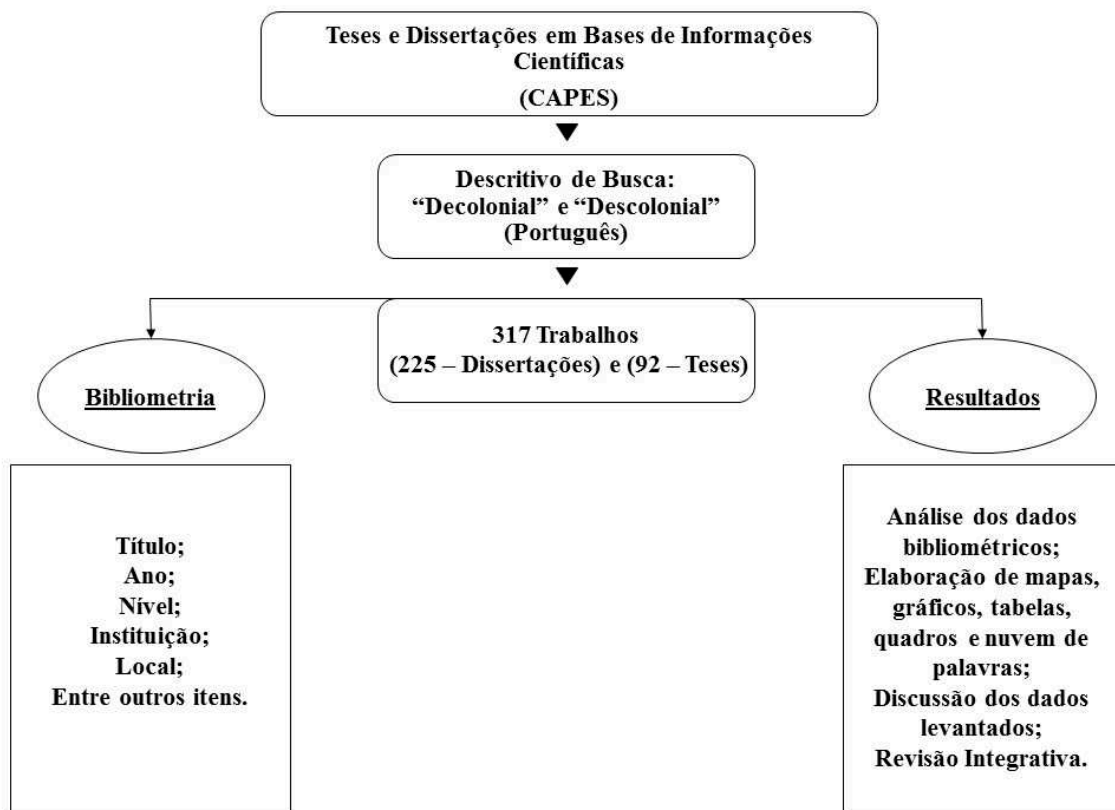
Nessa perspectiva, o levantamento de dados bibliométricos do presente estudo se compôs de análise de teses e dissertações disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desempenha um papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os Estados da Federação, justificando a escolha desse Catálogo como base para os dados bibliográficos da respectiva pesquisa.

Ligada ao Ministério da Educação (MEC), a CAPES mantém um portal com diversos tipos de informações sobre a pós-graduação brasileira e, conforme informações disponíveis no portal, o Catálogo de Teses e Dissertações possui como objetivo facilitar o acesso aos trabalhos defendidos junto a programas de pós-graduação do país desde o final da década de 1980. Tais conhecimentos são fornecidos diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011).

A partir disso, uma planilha foi elaborada utilizando-se o *software Excel da Microsoft*, estruturada com os seguintes campos: título, ano, nível, instituição, local, entre outros. A escolha dessas categorias se deu pelo fato de assim conseguir analisar, por exemplo, desde que ano a temática sobre o pensamento decolonial e descolonial vêm sendo abarcada no Brasil, se é ou não uma temática recente, através do título perceber de forma sutil os assuntos que estão sendo contemplados sobre essas perspectivas nos trabalhos analisados, verificar quais as regiões que mais trabalham esse pensamento no Brasil, conseqüentemente, quais as instituições no âmbito nacional que está pesquisando essa abordagem, entre outros fatores que, assim, serviu de base para as análises, resultando nos dados que serão melhor apresentados no capítulo 3.

A seguir, o fluxograma metodológico (Figura 1) exemplifica com mais detalhes o caminho percorrido para alcançar os resultados da análise bibliométrica.

Figura 1: Fluxograma Metodológico das Pesquisas de Pós-Graduação no Brasil entre os anos de 2010 a 2018



Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Neste sentido, ao longo das etapas foi-se produzindo os conteúdos e informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. A última etapa do trabalho foi a redação

final do presente estudo, que, após as observações apontadas, respondeu aos objetivos propostos e alicerçou as considerações realizadas.

Para apresentar os resultados obtidos, o presente estudo dividiu-se em três capítulos, além desta introdução intitulada “Caminhos da Pesquisa” – que contém justificativa, problemática, objetivos e procedimentos metodológicos – e das considerações finais e referências. Neste sentido, nos três capítulos fez-se a análise do referencial teórico e dos dados empíricos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta os apontamentos iniciais sobre os períodos da modernidade e pós-modernidade, assim como a relação destes períodos com a ciência geográfica na construção de uma ciência eurocêntrica e, principalmente, como o projeto da modernidade contribuiu e contribui para que essa ciência continue centrada em um padrão científico hegemônico.

O segundo capítulo buscou abranger o contexto histórico sobre o pensamento decolonial de forma mais aprofundada, desde a origem do Grupo Modernidade/Colonialidade até as suas principais características, destacando: quais autores vem trabalhando esta perspectiva, quais países, principais conceitos, propósitos e etc.

Por fim, o último e terceiro capítulo contemplou uma análise bibliométrica através do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, afim de verificar as pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no que diz respeito a perspectiva decolonial e descolonial em relação a Geografia e a outras ciências de uma forma geral.

CAPÍTULO 1: ENTRE MODERNIDADE E PÓS MODERNIDADE: CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA GEOGRAFIA

1.1. Da modernidade a pós-modernidade: apontamentos iniciais

Para melhor compreendermos a história da humanidade, podemos dividi-la em períodos, que geralmente correspondem a eventos manifestados no continente europeu, quando tratamos dos marcos da sociedade ocidental. Desta forma, percebe-se um forte tradicionalismo eurocêntrico na periodização dos feitos sociais mais variados, perpassando aspectos como os culturais, econômicos, civilizacionais e científicos.

Contudo, essa maneira de construir a narrativa da história da humanidade começa a ser revista nos dias atuais, uma vez que é preciso considerar a existência de outras civilizações e culturas que também vêm sendo importantes ao longo da história e estão fora do eixo eurocêntrico e etnocêntrico.

Nessa perspectiva, abordamos inicialmente a forma tradicional de se entender a construção histórica da humanidade. Para isso, precisamos compreender que o que define um processo de transformação de um período para outro é “uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes” (HARVEY, 2008, p.22).

Romper com o que existia na Antiguidade, por conseguinte, transforma o que existia em algo antigo e, por sua vez, o “novo” torna-se sinônimo de legítimo. Nas palavras de Gomes (2011, p.49) “É pela negação daquilo que existia, pela prova de sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo deve se afirmar”.

Logo, quando se fala do período moderno, a proposta é a de identificar uma mudança radical em relação ao momento anterior, sem haver adaptação ou um ajuste progressivo, é a substituição de coisas/processos que no momento presente não se justificam mais.

Assim, foi apenas no século XVIII que ocorreu de forma mais clara uma ideia de modernidade independente do modelo da Antiguidade. Conforme menciona, Gomes (2011, p.52), de fato:

(...) o movimento da modernidade agitou completamente as bases da organização da sociedade. Ele se desenvolveu sob diferentes formas, em diferentes domínios e com cronologias variáveis. No entanto, apesar desta variedade, este movimento apresenta laços de identidade e características comuns facilmente observáveis.

Com o processo de construção que se caracteriza como modernidade entrando em foco no século XVIII, um movimento secular com o intuito de desmistificar o conhecimento e a organização social imposta até então (pré-modernismo) foi estabelecida.

As mudanças que fundaram a identidade da modernidade são associadas ao Século das Luzes. De acordo com Harvey (2008, p.23), o projeto modernidade:

(...) equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbítrio do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

Conforme explana o excerto acima, a racionalidade é um dos princípios sobre os quais repousam as novas ideias que rompem com o Antigo Regime e estabelecem o “novo”, ou seja, a modernidade.

Ainda, escrevendo sobre a Alemanha de Hitler e a Rússia de Stálin, a tese apresentada por Horkheimer e Adorno explana sobre a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista, que nada mais é que uma lógica de dominação e opressão (HARVEY, 2008).

Para Habermas (2000), era evidente a relação interna entre modernidade e aquilo que Max Weber designou de racionalismo ocidental. Nas palavras do mesmo autor “A medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício” (HABERMAS, 2000, p. 04).

Nesse sentido, a cultura europeia, centro de formação do pensamento racionalista contemporâneo, é colocada em uma posição de superioridade em relação às outras. Por conseguinte, o eurocentrismo e a colonização impostos aos outros povos e culturas são criticados durante os anos do Iluminismo, uma vez que ocasionam a destruição da diversidade cultural. “De maneira análoga, o Estado moderno é também concebido de forma negativa, uma vez que homogeneiza todas as nações que dele fazem parte, apagando assim toda especificidade cultural” (GOMES, 2011, p. 147).

Ademais, para além das fronteiras tradicionais dos Estados nacionais da época, “vê-se surgir com força a ideia da Europa enquanto uma nova base de identidade. Um espaço que

define, com uma certa homogeneidade, um mesmo grau de civilização, um mesmo nível de consciência do homem moderno” (GOMES, 2011, p. 55).

Para além dessa perspectiva, um dos traços mais marcantes no Século das Luzes foi o novo lugar conferido à ciência. Este foi um dos fundamentos mais importantes na composição dos valores da modernidade.

Na esfera da ciência moderna, constituem-se basicamente dois polos epistemológicos durante esse período (Iluminismo). Estes dois polos se opõem, são concorrentes e simétricos.

Para Gomes (2011, p. 30), o primeiro polo epistemológico consiste:

A ideia central nesta concepção é a universalidade da razão. Todas as comunidades humanas são afeitas a uma atitude racional, ou seja, o pensamento humano possui uma tendência maior a se conduzir segundo uma lógica coerente, um bom senso generalizado e um pragmatismo da ação. A verdade do mundo é, pois, o fruto de uma argumentação lógica, ordenada e sistemática. Esta argumentação deve respeitar os princípios da não-contradição, da generalização e da demonstração. O pensamento é um julgamento racional lógico sobre a realidade, e a ciência constitui a esfera onde as regras e os princípios deste julgamento são organizados sistematicamente.

Em outras palavras, a ciência racionalista é constituída pela evidência da razão, ou seja, construir sistemas explicativos. O homem voltou a ser o centro e a medida das coisas. Como cita Harvey (2008, p. 23) “ (...) a ciência iria promover não somente o controle das forças naturais como também a compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e até a felicidade dos seres humanos”.

Este modelo de ciência racionalista se encontra em grandes sistemas filosóficos-epistemológicos característicos da modernidade, de autores tais como: Kant, Hegel, Marx, Comte e etc.

O outro polo epistemológico se opõe diametralmente à concepção racionalista, visto que consequentemente, acabam surgindo vários movimentos com posições anti-racionalistas. De acordo com a explanação de Gomes (2011, p.32-33), estas contracorrentes eram:

Contra o universalismo do saber racionalista, este outro pólo valoriza o que é particular, pois um fato só adquire significado no interior de um contexto singular. Aliás, o único que deve ser valorizado, uma vez que ele contém em si a marca de sua individualidade e desta forma exprime aquilo que lhe é próprio e característico. Todo fato ou fenômeno contém, portanto, um componente irreduzível à generalização e impossível de ser reproduzido completamente por uma pura abstração conceitual.

O que esse outro polo epistemológico contestava era que nem tudo dava para ser explicado através de um sistema abstrato e racional, ou seja, era preciso compreender os sentidos das coisas, como por exemplo, a subjetividade, a empatia, a identidade, entre outros.

Esses instrumentos epistemológicos eram tão importantes quanto o raciocínio lógico, a questão posta por estas correntes contestatórias do racionalismo era a compreensão da riqueza da diversidade dos fenômenos, que utilizavam elementos de análise diferentes da concepção racionalista.

Lógico que a diversidade do movimento da ciência não se esgotou apenas nestes dois polos. Assim como estes polos foram acompanhados de outros elementos e características que não cabe aqui esmiuçar. A questão é: a ciência moderna se formulou através da controvérsia entre estas duas diretrizes. E, por sua vez, é nesse contexto que “representam justamente a dualidade primordial da modernidade” (GOMES, 2011, p.42).

Esta dualidade também vai aparecer no discurso geográfico, de acordo com Gomes (2011, p. 45):

Isto quer dizer que o procedimento de traduzir o debate geral da modernidade, entre o racionalismo e as contracorrentes, toma uma forma específica no discurso geográfico e essa é a primeira etapa para entender a identidade entre modernidade e geografia.

Essa discussão, como veremos mais adiante, vai ser constante nas correntes da geografia moderna, que vai ser essencial para compreender a evolução da geografia enquanto ciência.

Por conseguinte, ao longo da história, principalmente em relação a história do pensamento ocidental, a capacidade de raciocinar foi considerada o traço distintivo entre humanos e demais animais.

A tradição racionalista ganhou um novo tom a partir da Renascença (entre o século XIV e o século XVI), nesse período grandes transformações surgiram, em particular a ciência moderna, que como dito anteriormente manifestou-se mais claramente por volta do fim do século XVII e ao longo do século XVIII, por sua vez, comumente associado ao que se intitula de o Século das Luzes.

Para Lenzi (2017, p. 29), Descartes (1596-1650) atribuiria à razão:

(...) o papel de legitimar nossas crenças, isto é, de distinguir as ideias claras e distintas, ou verdades autoevidentes, da mera opinião. Mais tarde, no século das luzes, de forma mais modesta, Kant considerou a razão um instrumento dotado de categorias que nos permitiriam conhecer e formular juízos verdadeiros no campo teórico dos fenômenos. A confiança na autonomia da razão encontrou um novo suporte na corrente positivista de Augusto Comte (1798-1857), e, mais tarde, no Positivismo Lógico do círculo de Viena.

Construiu-se assim ao longo da tradição filosófica ocidental a ideia de que ciência é a forma mais racional de produzir conhecimento sobre o mundo. “A razão se transformou em instituição no final do século XVIII, ela se transformou em ciência” (GOMES, 2011, p. 25).

A tradicional racionalidade da ciência ancorou-se na existência da modernidade. Nas palavras de Gomes (2011, p.66):

A ciência figura sem dúvida no cume da redistribuição de horizontes à qual a modernidade está associada. Como vimos, a constituição de ciência se confunde a tal ponto com o nascimento da modernidade, que é difícil, quiçá impossível, pensar uma sem fazer referência à outra. O pensamento científico moderno é a própria essência da modernidade, sua testemunha mais eloqüente.

Assim sendo, a modernidade apresentou uma nova visão de mundo através da ciência, composta de métodos racionais para construção do conhecimento e da condução da vida humana, tornando quase impossível separar ciência e modernidade, pois ambas se complementam.

Cabe salientar que o projeto do Iluminismo considerava uma única resposta possível para qualquer pergunta, ou seja, “o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional se ao menos pudesse apreendê-lo e representá-lo de maneira correta” (HARVEY, 2008, p.35).

Mas, depois do ano de 1848, a ideia de que só havia uma única forma de representação do mundo possível começou a desmoronar. Conforme demonstra Harvey (2008, p.36):

A fixidez categórica do pensamento iluminista foi crescentemente contestada e terminou por ser substituída por uma ênfase em sistemas divergentes de representação. Em Paris, escritores como Baudelaire e Flaubert e pintores como Manet começaram a explorar a possibilidade de diferentes modalidades representacionais de maneiras que lembravam a descoberta das geometrias não-euclidianas que abalou a suposta unidade da linguagem matemática no século XIX. Tímida a princípio, essa contestação expandiu-se a partir de 1890, gerando uma inacreditável diversidade de pensamento e de experimentação em centros tão distintos quanto Berlim, Viena, Paris, Munique, Londres, Nova Iorque, Chicago, Copenhague e Moscou, chegando ao seu apogeu pouco antes da Primeira Guerra Mundial. A maioria dos comentadores concorda que esse furor de experimentação resultou numa transformação qualitativa na natureza do modernismo em algum ponto entre 1910 e 1915.

Desta forma, tais mudanças se deram pela fixidez categórica do pensamento iluminista e pelo invencível universalismo progressista. Ainda, na concepção de Harvey (2008) parte desse incômodo é devido a luta de classes, em especial após as revoluções de 1848 e da publicação da obra “Manifesto Comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels. No que tange ao período entre guerras do modernismo, criou-se uma ala referente ao racionalismo incorporado a

máquina, a fábrica, ou seja, no poder da tecnologia contemporânea, ou da cidade como uma máquina viva.

Este último, foi muito difundido a partir do urbanismo moderno, o controle da natureza é acirrado com a metáfora da cidade máquina, perpassada pela intenção de que as cidades funcionassem como uma "máquina viva", perspectiva baseada nas ideias de Le Corbusier, que teve extensa e importante influência sobre o planejamento urbano moderno.

Para Harvey (2008, p.39), o modernismo assumiu no período entre guerras:

Uma forte tendência positivista e, graças aos intensos esforços do Círculo de Viena, estabeleceu um novo estilo de filosofia que viria a ter posição central no pensamento pós-Segunda Guerra. O positivismo lógico era tão compatível com as práticas da arquitetura modernista quanto com o avanço de todas as formas de ciência como avatares do controle técnico.

Esse novo estilo de filosofia pós-Segunda Guerra Mundial se aproximaria da demarcação entre ciência e a metafísica, pressupondo uma capacidade de autonomia da razão na construção do conhecimento científico.

Harvey (2008) menciona que por volta da década de 1960 o modernismo perde seu atrativo de antídoto revolucionário para alguma ideologia reacionária e “tradicionalista”. Para ele:

A arte e a alta cultura se tornaram uma reserva tão exclusiva de uma elite dominante que a experimentação no seu âmbito (com, por exemplo, novas formas de perspectivismo) ficou cada vez mais difícil, exceto em campos estéticos relativamente novos como o cinema (onde obras modernistas como *Cidadão Kane*, de Orson Welles, transformaram-se em clássicos) (HARVEY, 2008, p.44).

É nesse contexto que vários movimentos contraculturais e antimodernistas surgem em meados da década de 1960. “Em algum ponto entre 1968 e 1972, portanto, vemos o pós-modernismo emergir como um movimento maduro, embora ainda incoerente, a partir da crisálida do movimento antimoderno dos anos 60” (HARVEY, 2008, p.44).

Antes de iniciar o debate sobre a pós-modernidade é importante ressaltar que há uma grande discussão em torno do uso correto de termos. Salvi (2000, p.96) irá argumentar que: “É dessa diversidade que surge a dificuldade de ordenar, estabelecer parâmetros e compreender conceitos e problemas relacionados com essa temática”.

Sendo assim, é preciso entender que ao estudar a questão pós-moderna é difícil identificar uma proposta definitivamente aceita que estabeleça mais corretamente o termo (SALVI, 2000, p.96).

Nessa perspectiva, cabe mencionar que alguns estudiosos consideram os termos pós-modernismo e pós-modernidade, por exemplo, sinônimos, enquanto outros já enfatizam a diferença entre esses dois conceitos. Para tanto, acredita-se que apesar de terem algumas semelhanças em determinados aspectos, esses dois conceitos, citados no parágrafo anterior, apresentam distinção.

Nesse sentido, quando se fala sobre pós-modernidade estaria se referindo a uma estrutura, ou seja, o modo como a atual sociedade está configurada. Existe uma tendência em dizer que é “possível pensá-la como um "ponto de fratura" ou um "distanciamento", que é o mesmo que afirmar a pós-modernidade como um dado ainda indefinido, mas que identifica indícios uma nova cultura, uma nova mentalidade, uma nova era, etc.” (SALVI, 2000, p.96).

Por outro lado, a questão do pós-modernismo pode ser compreendida como um estilo artístico-cultural, que nasceu essencialmente a partir da arquitetura e se espalhou consecutivamente para as artes e literatura.

O pós-modernismo pode ser identificado como a cultura emergente da pós-modernidade. Nessa concepção, o pós-modernismo é um marco de mudanças fundamentais, da provável expansão da importância da cultura nas sociedades contemporâneas (SALVI, 2000, p.97).

Tentando esclarecer um pouco mais, mesmo que de maneira breve, temos que as diferentes formas de abordar e compreender os conceitos relacionados à essa temática são acompanhadas de outras polêmicas comuns nesse contexto. Para Salvi (2000, p.96), pode se destacar o debate sobre pós-modernidade relacionada à modernidade:

Tenta-se estabelecer a pós-modernidade como estando em continuidade ou sendo uma radical ruptura com a modernidade. Se admitirmos a ruptura, faz-se necessário tomar posições em favor de "algo novo" que o pós-moderno traz, tendo em vista que tal posição possibilita o levante daqueles que estão em defesa da Modernidade. Se admitirmos a continuidade, é preciso fundamentar e demonstrar seus aspectos. Este é um dos debates mais polêmicos que se estabeleceu em torno do tema da pós-modernidade.

Mediante a este debate modernidade x pós-modernidade, tentaremos analisar essa questão a partir da visão de alguns autores. Por conseguinte, como dito em momento anterior, o movimento do pós-modernismo passa a surgir em meados da década de 1960.

Ainda, de acordo com alguns estudiosos esse termo teria surgido por volta da década de 1930, ligado a literatura, porém se tornou popular somente nos anos 60 (SALVI, 2000).

No que tange a pós-modernidade, para Francelin (2004, s/p) parece ter se:

(...) desenvolvido a partir da crítica ao pensamento dominante e à razão autoritária – isto não significa uma crítica à racionalidade. Um de seus principais objetivos parece ser, desde finais do século XIX, mediante o

pensamento de Nietzsche, o de se postar criticamente a quase toda forma de pensamento que se pretenda único e universal (moral e dogmático).

É nessa retomada à ala do pensamento no movimento da pós-modernidade que Harvey (2008, p.49) também irá concordar que tal feito foi ancorado às ideias, em particular, de Nietzsche, por sua vez, “ênfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional”.

Com características mais afetivas do que racionais, vai se tornar mais nítido um certo particularismo de criar elementos únicos na pós-modernidade, ao contrário da modernidade, que se baseava em princípios da generalização, em outros termos:

O pós-modernismo nega o universalismo, a generalização, qualidades e procedimentos básicos no modernismo. Na medida em que valoriza o caráter único e excepcional, é necessário, então, contar com outras vias de legitimidade diferentes daquelas abertas pela racionalidade: a inspiração, o sentimento, a indeterminação, a polimorfologia, a polissemia, ou seja, vias que negam a razão totalizante, condição de toda generalização (GOMES, 2011, p.21).

Embora exista diferenças entre modernismo e pós-modernismo, conforme demonstrado, para Harvey (2008), o termo pós-moderno é mais adequado para as transformações culturais, principalmente nas sociedades ocidentais.

Isso implica afirmar que o pós-modernismo não passa de uma versão do modernismo. Para o autor, há mais uma continuidade do modernismo do que uma diferença entre esse e o movimento denominado de pós-modernismo, ou seja, o autor defende que não há uma mudança de paradigmas em escala global no que tange aos aspectos culturais, sociais e econômicos (HARVEY, 2008) na passagem do modernismo para o pós-modernismo.

Em relação ao pensamento de Nietzsche, Habermas (2000, p.412) irá argumentar que ele não se dá conta “que já aquele contradiscurso filosófico, imanente desde o início ao discurso filosófico da modernidade começado com Kant, apresenta a contraprova a subjetividade como princípio da modernidade”. Ou seja, para tal autor, embora tenha a tentativa de negar a razão absoluta através da subjetividade, essa já era apresentada como parte da concepção na modernidade.

De outro modo, na concepção de Harvey (2008), parece ser mais sensível ver o pós-modernismo como um tipo particular de crise do modernismo, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico da formulação de Baudelaire (autor modernista que compreendia a realidade concreta através dos sentidos).

No que diz respeito às críticas ao movimento do pós-modernismo, Gomes (2011) relata que ainda estamos longe de ultrapassar o sistema da modernidade. Para ele, ultrapassar a modernidade significa renunciar à estrutura das revoluções, à sua dinâmica. Significa tomar consciência de que o novo é um discurso sobre as coisas que traz nele mesmo a crônica anunciada de seu envelhecimento.

Além disso, para este autor:

Ao estigmatizar a racionalidade como a característica fundamental da modernidade, e se opondo diretamente a ela, o movimento pós-moderno não reconhece que esta racionalidade não é o apanágio exclusivo da modernidade, é somente uma determinada utilização desta faculdade, um valor que lhe é conferido como instrumento da criação de novos mundos, isto sim, constitutivo do movimento moderno (GOMES, 2011, p.342).

Argumentando que a pós-modernidade não reconhece que a racionalidade não é um atributo exclusivo da modernidade, essa, entre outras questões, são debatidas sobre a continuidade ou o rompimento do movimento da pós-modernidade com a modernidade.

Outro autor que faz crítica ao movimento da pós-modernidade é Habermas (2000), em sua obra “Discurso Filosófico da Modernidade”, na qual procura defender o projeto do Iluminismo trazendo o para um novo contexto contemporâneo a partir dos referenciais da modernidade, questionando os fundamentos da pós-modernidade. Entretanto, na afirmação de Harvey (2008, p.56) “os críticos de Habermas são mais numerosos do que os seus defensores”.

Quem também fez crítica à perspectiva da pós-modernidade foi o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. Entretanto, em um momento da sua trajetória intelectual, em meados da década de 1990, tal autor aderiu a ideia de pós-modernidade, afim de conseguir entender, principalmente, as causas e consequências do fenômeno da globalização, publicando obras como “Ética pós-moderna” (1993) e “Mal-estar da pós-modernidade” (1997).

Contudo, na década de 2000 Bauman muda de posição, publicando sua obra “Modernidade líquida”. Assim sendo, vai afirmar com convicção que o termo pós-modernidade apresentava problemas graves, sendo que sua justificativa vai se pautar em dois quesitos. Em um primeiro momento, o autor vai dizer que tal termo foi em essência, um termo equivocado, uma vez que não somos pós-modernos, ou seja, somos absolutamente modernos (BAUMAN, 2012).

Num segundo momento, Bauman vai argumentar em relação a pós-modernidade e a sua negatividade, visto que para ele a única coisa que o termo sugere é o que não somos mais, no entanto não consegue dizer o que somos, não possui conteúdo suficiente para descrever ou criticar o presente, a sociedade contemporânea (BAUMAN, 2012).

É nesse sentido que este autor vai dividir a modernidade em dois períodos: modernidade “sólida” e modernidade “líquida”. Essa primeira teria sido caracterizada com os ideais iluministas, buscando romper e dissolver a solidez da estrutura social tradicional (Antigo Regime), não apenas dissolver, mas criar novos sólidos fundamentados na razão (BAUMAN, 2001). Inclusive, os ideais da Revolução Francesa (Igualdade, Liberdade e Fraternidade) foram também símbolos desses novos sólidos que estavam sendo criados, enfim, um novo modelo de sociedade.

Entretanto, na concepção de Bauman (2001), esse modelo sólido de modernidade ficou no pretérito por volta do século XX, uma vez que ocorreu uma decepção com os sólidos criados até então pela modernidade, um exemplo disso seria a incapacidade do mercado de lidar com as desigualdades. Além, é claro, das transformações profundas referentes ao avanço da tecnologia das telecomunicações, a globalização, a individualização, esses entre outros fatores que transformaram e muito a natureza da modernidade.

Desta forma, apesar das grandes transformações, segundo o autor, nós não deixamos de ser modernos, permanecemos em uma modernidade, no entanto, agora, em uma modernidade líquida. Para Bauman (2001, p. 8):

Os fluidos se movem facilmente. Eles "fluem", "escorrem", "esvaem-se", "respingam", "transbordam", "vazam", "inundam", "borrifam", "pingam"; são "filtrados", "destilados"; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos - contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontraram, se permanecem sólidos, são alterados - ficam molhados ou encharcados. A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à idéia de "leveza". Há líquidos que, centímetro cúbico por centímetro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas ainda assim tendemos a vê-los como mais leves, menos "pesados" que qualquer sólido. Associamos "leveza" ou "ausência de peso" à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos. Essas são razões para considerar "fluidez" ou "liquidez" como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade.

Para este autor, a metáfora da modernidade sólida se caracteriza por possuir uma forma definida, estável e duradoura, enquanto a modernidade líquida não possui forma definida, sua forma é passageira, efêmera, na verdade sua forma está em contínua transformação.

Essa liquidez, por sua vez, representaria para ele o nosso mundo como um todo: líquido. Essa escolha se deu pelo fato de os indivíduos, as relações entre eles e as instituições não ter mais uma forma rígida e duradoura, pois tudo está em constante transformação, tudo muda muito rápido, nada é feito para durar.

Ainda, no que diz respeito às críticas à concepção de pós-modernidade, houve também uma outra corrente de pensamento dita neomoderna ou hipermoderna, que se contrapõe às manifestações pós-modernas (GOMES, 2011). Esta corrente neomoderna ou hipermoderna não considera ter ocorrido uma ruptura de fato com a modernidade, desta forma, a denominação pós-modernidade com o prefixo “pós” não faz sentido, já que esta não ultrapassou os tempos modernos.

Para Gomes (2011, p.27), a corrente neomoderna ou hipermoderna pretende “restaurar o primado da razão e, renovando assim o paradigma da modernidade, integra as manifestações pós-modernas como um breve momento de ruptura, ou como um momento suplementar na grande marcha da modernidade”.

Diante desse contexto apresentado até o momento, consideramos que existem outros autores que também afirmam que a pós-modernidade seria apenas uma extensão da modernidade, uma modernidade avançada. Entretanto, não é objetivo do presente estudo elencá-los, mas sim demonstrar algumas formas como esta perspectiva é encarada por alguns estudiosos, posto que não há consenso entre eles.

Enquanto, por exemplo, Bauman (2001) e Harvey (2008) entendem a pós-modernidade como uma continuidade da modernidade, outros autores como os filósofos franceses Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard acreditam que a modernidade terminou no final do século XX, estruturando-se assim a pós-modernidade. Estes, por sua vez, são considerados os pais do pós-modernismo.

Para estes pensadores, a pós-modernidade sugere a mudança de uma época para outra, ou seja, o fim da modernidade. Na visão de Salvi (2000, p. 104), Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard vão em direção ao entendimento de uma era pós-industrial:

O primeiro, destaca a importância das novas formas de tecnologia e informação para a passagem de uma ordem social produtiva, na qual as simulações e modelos cada vez mais constituem o mundo. O segundo, põe em relevo a era ou a sociedade pós-moderna dentro de um arranjo pós-industrial, a partir da observação dos efeitos da computação para a sociedade e também sobre o conhecimento, assinalando que a perda de sentido característica deste período marca uma substituição do conhecimento narrativo pela pluralidade dos jogos de linguagem e do universalismo pelo localismo.

Portanto, como indica o excerto mencionado acima, um dos indícios de que o modernismo tenha sido ultrapassado é pelo fato de que as condições técnicas e sociais de comunicação se transformaram (HARVEY, 2008).

Nesse sentido, dentre as mudanças características da pós-modernidade na cultura contemporânea pode se apontar, de acordo com Featherstone (1995 apud SALVI 2000, p.106):

- a) mudanças nos campos artístico, intelectual e acadêmico;
- b) mudanças na esfera cultural mais ampla, envolvendo os modos de produção, consumo e circulação de bens. Estas estariam relacionadas às mudanças no poder e nos grupos sociais e de classe;
- c) mudanças nas práticas e experiências cotidianas de diversos grupos que estariam desenvolvendo novos meios de orientação e novas estruturas de identidade.

Com a constatação de tais mudanças, os estudiosos que defendem a pós-modernidade sugerem a mudança de uma época para outra, ou, em outras palavras, a interrupção da modernidade, com uma nova ordem social, com princípios organizadores próprios e distintos (SALVI, 2000).

Dentre essas mudanças pode-se destacar algumas particularidades referente às distintas características entre modernidade e pós-modernidade, conforme demonstra o (Quadro 1).

Quadro 1: Diferenças entre modernidade e pós-modernidade

Características da Modernidade	Características da Pós-modernidade
<i>Início da Revolução Francesa (séc. XVIII)</i>	<i>Início na década de 1960 (séc. XX)</i>
- Razão	- Sentimento
- Objetivo	- Subjetivo
- Universalismo	- Pluralismo
- Absoluto	- Relativo
- Coletivo	- Individualismo
- Projeto para o futuro	- Projeto “aqui e o agora”

Fonte: HARVEY, D. (2008).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Em termos gerais, o (Quadro 1) apresenta algumas das principais características que marcam os contrastes entre esses dois períodos. Nesse viés, o debate estabelecido entre os pensadores da modernidade e pós-modernidade gera até os dias atuais uma certa polêmica.

Nesse debate inconclusivo, Shinn (2008) propõe uma via que, na opinião dele, pode contribuir para transcender essa polêmica, realizando uma crítica tanto da modernidade quanto da pós-modernidade.

De acordo com este autor, essa linha de pensamento pode ser nomeada, por ora, de “pós-pós-modernidade”, tal hipótese está baseada em uma “matriz de entrelaçamento”. “Essa hipótese pode ser vista como uma ponte entre a modernidade clássica e a pós-modernidade, e também como um desvio em relação a estas” (SHINN, 2008, p.44).

Para isso, Shinn (2008, p.45) sugere que o sistema de entrelaçamento da pós-pós-modernidade incorpore três princípios centrais, os dois primeiros seriam:

(1) A unidade operacional da matriz de entrelaçamento consiste de um “referente” que se define por uma forma específica de ação distinguível de referentes alternativos, forma essa que possui fronteiras, é auto-referente e que encerra um núcleo estável, porém maleável à mudança e aberta à recombinação com outros referentes. (2) A matriz de entrelaçamento possui uma lógica dominante de circulação de idéias, materiais e pessoas entre os referentes, provocando, desse modo, a recombinação, a qual altera aspectos do referente inicial, ainda que esse referente genético retenha suas características originais, embora enriquecida por meio do entrelaçamento com outros referentes. O entrelaçamento de referentes não resulta em um híbrido. Em vez disso, origina uma malha dinâmica de componentes identificáveis de colaboração e de sinergia que são historicamente enraizados.

Em relação ao terceiro princípio central que Shinn (2008, p.45) sugere ao sistema de entrelaçamento da pós-pós-modernidade está o território, para ele:

(3) Referentes entrelaçados podem estabilizar-se e, desse modo, chegar a constituir territórios mais amplos. Territórios com base no entrelaçamento contêm simultaneamente a substância e a marca de seus múltiplos referentes nucleares fundamentais. Todavia, os territórios constituem extensões que adquirem cumulativamente novas características. O território de entrelaçamento expressa, assim, seus componentes referenciais autônomos e constitui as formas de ação, de conhecimento ou de epistemologia que é mais do que a adição de suas unidades fundamentais. Os territórios entrelaçados não são necessariamente permanentes e, algumas vezes, estão sujeitos a uma existência provisória ou ao sucesso e à estabilidade moderados, seguidos de dissolução. Argumentar-se-á que a ciência, a epistemologia e também os processos e estruturas da globalização são mais bem entendidos como uma matriz de entrelaçamento do que nos termos oferecidos pela reflexão da pós-modernidade ou pela perspectiva da modernidade clássica.

Nesse sentido, a proposta realizada por Shinn (2008) com a noção de entrelaçamento foi empregada como um veículo crítico que, na visão deste, pode também oferecer um caminho de reflexão capaz de contribuir para ir além do debate modernidade *versus* pós-modernidade. Pode-se considerar, como o próprio autor afirma, uma hipótese ambiciosa.

Embora, como demonstrado, ocorram fortes críticas ao conceito de pós-modernidade e até mesmo propostas para superação do debate modernidade *versus* pós-modernidade, Harvey (2008), menciona em sua obra “Condição Pós-moderna” uma questão positiva em relação a esse movimento.

Para ele, um dos pensamentos mais atraentes e libertadores no pós-modernismo é a preocupação com a alteridade. Uma vez que todos os grupos têm direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, ou seja, ter aceita essa voz como autêntica e legítima é essencial para o pluralismo pós-moderno (HARVEY, 2008).

Diferentemente do imperialismo de uma modernidade iluminada que presumia falar pelos outros com uma voz unificada (povos colonizados, negros e minorias, grupos religiosos, mulheres, a classe trabalhadora) (HARVEY, 2008).

Desta forma, a pós-modernidade coloca-se também em relação às novas maneiras de reconstruir e representar as vozes desses sujeitos que antes eram desconsiderados em nome da racionalidade homogeneizadora. Assim, podemos considerar nesse movimento "a abertura dada no pós-modernismo à compreensão da diferença e da alteridade, bem como o potencial liberatório que ele oferece a todo um conjunto de novos movimentos sociais (mulheres, gays, negros, ecologistas e etc.)" (HARVEY, 2008, p.52).

Ainda, ao longo do século XX, período em que os defensores da pós-modernidade decretam o fim da modernidade e o início de uma nova era, a concepção tradicional de racionalidade da ciência sofre duras críticas, sobretudo após a grande repercussão dos trabalhos de Thomas Kuhn com sua obra "A Estrutura das Revoluções Científicas", que fez intensificar as discussões sobre a necessidade de repensar o retrato tradicional da ciência e de suas práxis (LENZI, 2017).

Nesse aspecto, em relação a ciência no movimento da pós-modernidade, essa vai se alinhar as "contracorrentes" que se opõem à concepção racionalista, considerando esta como parcial, reducionista e simplificadora para a construção do conhecimento.

A nova tendência pós-moderna propõe um novo "humanitarismo", retomando a ideia de uma irreversível proximidade entre sujeito e objeto, valorizando o momento particular e único como instância na progressão do saber (GOMES, 2011).

Uma das tentativas mais conhecidas que coincide com as novas tendências pós-modernas é a de Feyerabend, que propõe uma teoria científica anarquista. Para Gomes (2011, p.23):

Ele se insurge contra os modelos da ciência convencional diagnosticando a falta de criatividade e os múltiplos obstáculos da estrutura científica, que prefere reproduzir um saber sem surpresas, fundado na ordem e na lei. Para ele, as grandes inovações teóricas são muito mais fruto do acaso do que da ordem. Assim, somente através do inesperado, da desordem, pode-se realmente abalar a estrutura hegemônica do conhecimento racional. (...) a dicotomia tradicional ciência/razão *versus* mito/magia/religião, não passa de uma ideologia autoritária que confere à ciência, subserviente ao método amparada na pretensa validade dos resultados, a exclusividade do conhecimento.

Para tanto, o que Feyerabend pretende dizer é que todos os métodos convencionais agem de modo ardiloso e, por conseguinte, o poder universal da razão obtém proveito. Na visão dele,

para compor uma epistemologia anarquista, o mito e a razão devem manter uma relação de reciprocidade.

Para Gomes (2011, p.24), uma outra conduta próxima aos princípios recomendados pelos pós-modernos está na tentativa de um grupo de pesquisadores americanos que trabalham com a etnometodologia:

Esta abordagem preconiza uma análise fina de cada uma das etapas sucessivas da descoberta científica, cada etapa sendo considerada como única, singular, Garfunkel, por exemplo, seguiu, com a ajuda de gravações, o diálogo de dois astrônomos quando da passagem de um quasar. A preocupação fundamental é a de extrair desta experiência um espaço-tempo fenomenal, contingente, fundado sobre um acontecimento que possui uma essência única (quididade), sem uma ordem preestabelecida e por isso só é passível de ser apreendida através de uma descrição detalhada e contextualizada.

Deste modo, um dos principais traços de identidade da pós-modernidade é o discurso próprio e individualizado, ou seja, a favor de micro-narrativas ricas em contexto, de conhecimento local e explicações particulares que, por sua vez, rejeita as categorias totalizantes, teoria generalizadoras, de meta-narrativas e explicações racionalistas, típicas da modernidade (BATISTA; SALVI, 2011).

A epistemologia pós-moderna passou a ver o mundo mais como uma:

(...) pluralidade de espaços e temporalidades heterogêneas, havendo nele mais diferenças e contingências do que semelhanças e necessidades. Complexidade, indeterminação, contextualização, incerteza, dentre outras, são categorias que passam a ser acolhidas positivamente no interior do pensamento pós-moderno. (...) Isso significou, na estrutura cognitiva, um abandono do cânone fundado na verdade objetiva que se daria como um princípio acessível. A crítica pós-moderna preferiu renunciar a esta verdade única, absoluta, em favor da busca por verdades e histórias múltiplas, cuja explicação torna-se uma análise de discurso e desconstrução, numa tentativa de revelar as estruturas discursivas, as convicções ideológicas e as estratégias textuais usadas para estabelecer o conteúdo e a capacidade persuasiva de nossas diversas alegações de conhecimento (BATISTA; SALVI, 2011, p.75).

Nessa lógica, percebe-se que na pós-modernidade há uma valorização do fragmentário/particular, conseqüentemente, ocorre uma preferência no desenvolvimento das pesquisas no que tange ao local e ao singular, em detrimento da universalização, do geral, característico da ciência moderna.

Por esse ângulo, uma das formas em que se deu o debate pós-moderno é em relação a compreensão e visualização de uma maior diversidade social, espacial, temporal, cultural e econômica (BATISTA; SALVI, 2011).

No ponto de vista das autoras mencionadas anteriormente, existem algumas questões que fazem dificultar a aceitação do pensamento pós-moderno, contudo, elas se colocam em defesa desta convicção. Na medida que, “compreender a volatilidade do mundo contemporâneo e seus novos valores traz a necessidade de estudá-lo e interpretá-lo à luz de outros parâmetros que dimensionem o real” (BATISTA; SALVI, 2011, p. 83).

Enquanto alguns autores se posicionam a favor deste novo modelo de fazer ciência, outros já apresentam uma opinião distinta a essa. Para Morin (2005) não é possível afirmar que exista uma ciência pós-moderna, assim como não é possível garantir que exista um paradigma pós-moderno identificável ou teorias pós-modernas as quais se possa recorrer.

Nessa perspectiva, Lenzi (2017, p.31), irá alegar que no último século:

(...) filósofos da ciência tiveram que assumir a tarefa de repensar e redefinir o que se entende por racionalidade da ciência, garantindo novos critérios para salvaguardar a consistência do conhecimento científico. Vale ressaltar que a crítica à racionalidade da ciência não significa necessariamente assumir a ciência como um evento irracional, mas nos coloca frente aos problemas que advertem a necessidade de repensarmos em que medida pode-se dizer que ela é racional em função de sua prática.

Tal autora, irá colocar a necessidade de se repensar a imagem tradicional da natureza da ciência atrelada à imagem tradicional da ciência como evento racional. No entanto, ela não nega a racionalidade, apenas se atenta para o fato de se repensar a racionalidade da ciência na contemporaneidade.

No que tange ao âmbito das ciências sociais, de acordo com Gomes (2011, p.24), a nova proposta é reintroduzir a hermenêutica:

(...) como um idioma comum à filosofia e à cultura nos anos 90 e, segundo Vattimo, por este caminho, substituir os idiomas do marxismo e do estruturalismo, globalizantes, doutrinários e autoritários, que foram predominantes nos anos precedentes. O horizonte da hermenêutica abriria espaço para um conhecimento não-hierarquizado, menos pretencioso em suas generalizações e mais atento às especificidades, pois não está comprometido com uma ordem lógica, estável e geral.

Por conseguinte, estas novas atitudes buscam lançar as bases de um saber alternativo à ciência racional. Mais uma vez, o conceito de pós-modernidade apresenta um caráter complexo nas suas diversas vertentes que, por sua vez, acarreta até os dias atuais no inconclusivo debate entre as perspectivas da modernidade *versus* pós-modernidade.

No entanto, apesar da falta de consenso em torno dessa periodização histórica, pretendemos ressaltar que as características que marcam a sociedade contemporânea não são mais as mesmas das existentes no início do que chamamos de modernidade. Independentemente de identificarmos uma ruptura brusca ou uma continuidade com os preceitos modernos, nos

interessa evidenciar o fato de que a epistemologia atualmente contém elementos distintos, que abrem espaço para a valorização de outros saberes além dos tão propalados conhecimentos eurocêntricos.

1.2. Modernidade e pós modernidade na Geografia: a construção de uma ciência eurocêntrica

De acordo com Lemos (1999), a modernidade traz em sua essência a ideia de romper com um mundo tradicional imposto até então, ancorado na religião e seus dogmas (Idade Média). Visto que as formulações advindas do feudalismo apoiadas em uma explicação teológica sobre o planeta não estavam mais satisfazendo os interesses de alguns pensadores, inaugurou-se na Europa um novo momento, o Renascimento (Figura 2), que privilegiou o conhecimento laico para solucionar as indagações e os problemas da época.

O conteúdo da imagem retratada na (Figura 2) é encontrado no teto da Capela Sistina, situada no Palácio Apostólico, no Vaticano. Expressa um mundo com base em conhecimentos empíricos, a partir das experiências humanas/rationais, ou seja, representa um antropocentrismo, que indica a exaltação da perfeição humana, criação divina colocada no centro do pensamento renascentista, em detrimento das explicações puramente religiosas como na Idade Média.

Figura 2: “A criação do Homem” - Michelangelo (1508-1515)

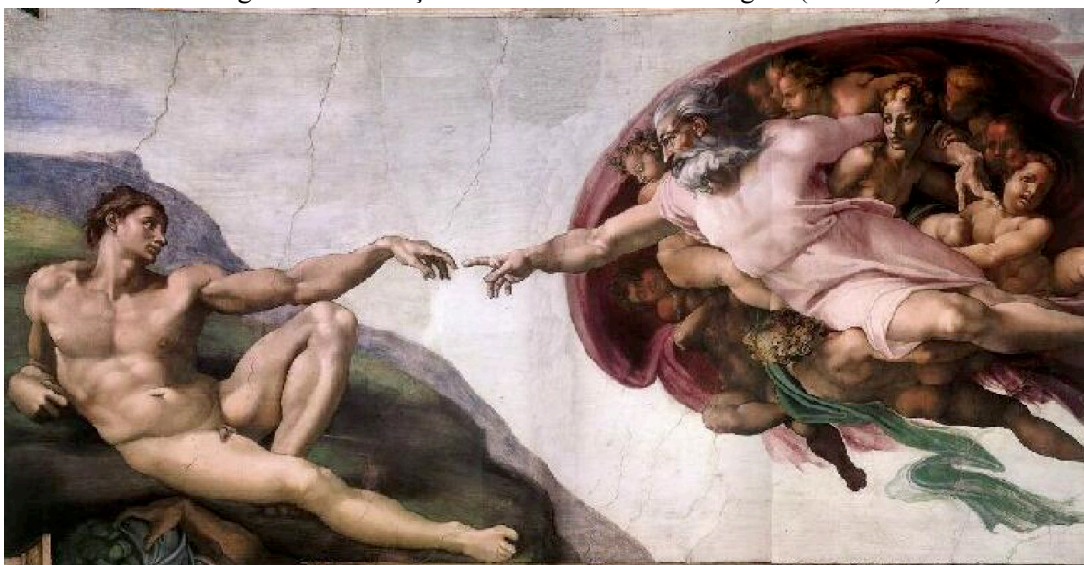


Foto cortesia de Pixabay.
Fonte: Jennie Nash - *Book Coach*.²

² Disponível em: <<http://jennienash.com/how-to-write-a-book-blog/2017/7/28/what-does-a-book-coach-do-part-3-the-five-main-objections-to-working-with-a-book-coach>>. Acesso em: 18 de mai. de 2019.

Propor o conhecimento laico e racional para o mundo implicava em deslegitimar a centralidade da visão religiosa, indicando a separação entre Deus e o Homem, culminando na não interferência da Igreja em assuntos científicos. A modernidade, portanto, rompeu com o mundo tradicional utilizando a racionalidade.

Na visão de Gomes (2011 p.59), a Revolução de 1789 foi um movimento de:

(...) ruptura fundamental e de crítica generalizada que instaurou pela primeira vez as bases de uma nova sociedade ou de uma sociedade moderna. O “novo” se impõe pela refutação de tudo o que simbolizava o Antigo Regime, fundado sobre os valores dos costumes e das tradições. A força da razão, do progresso se impôs àquela de antigos hábitos e da História. Uma era nova era prometida pela afirmação do nascimento de um novo homem.

Nesta perspectiva, a Geografia, enquanto ciência moderna cujo intuito é o esclarecer os fenômenos naturais e sociais da face terrestre, também partilhou da busca por uma explicação racional do mundo, seguindo o movimento científico da época.

Além disso, a modernidade pode ser identificada com o capitalismo que “para sua realimentação e seu dinamismo teve o conhecimento científico e tecnológico aplicados, tanto à produção dos homens, quanto aos valores e às mercadorias” (LEMOS,1999, p.28).

É nesse contexto, na primeira metade do século XIX, que a Geografia se torna uma ciência autônoma, quando de fato ocorre a sistematização do conhecimento geográfico. Essa fase de sistematização da ciência geográfica foi sediada na Alemanha, local onde surgiram os primeiros institutos e cátedras dedicadas a esta disciplina. É neste país que foram apresentadas as primeiras teorias e propostas metodológicas, originando as primeiras correntes de pensamento da Geografia científica.

Nessa época em que a Geografia se institucionaliza como ciência, estava ocorrendo o desenvolvimento inicial do capitalismo na Alemanha, ainda em processo de unificação de seu território nacional. O capitalismo incipiente necessita de matérias-primas e de novos mercados para expandir o comércio, precisando assim, conquistar novos territórios.

Como afirma Andrade (1985, p.08) “Disso decorreram a expansão comercial e o desenvolvimento das ciências naturais nos séculos XVI, XVII e XVIII, preparando as condições para o desenvolvimento das ciências sociais - uma delas a geografia – no século XIX”.

Essa relação da sistematização da Geografia com o processo de expansão do capitalismo na Alemanha não é uma simples coincidência. Essa nação estava vivenciando o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, conseqüentemente, se adaptando à emergência do novo modo de produção. Para Costa; Rocha (2010, p.31):

O contexto do surgimento e organização da geografia está relacionado com o processo imperialista e expansionista das grandes potências européias entre os séculos XVIII e XIX. Isso estruturado sobre as bases do positivismo. O fato contribuiu decisivamente para a constituição de uma ciência preocupada em atender aos anseios capitalistas e voltada para a expansão territorial e comercial. A geografia científica nasce durante o triunfo da burguesia na Alemanha e passou a ser usada com fins políticos expansionistas. Os alemães, que entram tardiamente nas relações capitalistas de produção, em razão da unificação tardia, utilizaram a nova ciência para atingir suas necessidades imperialistas de expansão territorial e comercial.

Com esta abordagem o intuito é mostrar que, quando a Geografia se institucionaliza como ciência, na primeira metade do século XIX, esta ocorre em um contexto denominado como modernidade, tendo como lócus epistêmico o continente europeu.

Dessa forma, considerando a associação da modernidade com o capitalismo, temos que a ciência geográfica se instaura sob os preceitos modernos, contribuindo para atender aos anseios capitalistas, num viés imperialista de expansão territorial e comercial, conforme mencionam os autores citados anteriormente.

No que concerne à modernidade científica, de acordo com Gomes (2011, p.70), “a rejeição de uma finalidade teológica, a afirmação de uma “natureza humana”, a possibilidade de um conhecimento lógico desta multiplicidade, e a relação entre natureza e cultura são as questões centrais da modernidade científica”.

É nesse bojo que as preocupações da Geografia em grande parte coincidem com as questões mais cruciais suscitadas pela sociedade moderna: a relação homem-natureza, “a conexão de fenômenos naturais na superfície do globo, a influência da natureza sobre a cultura. Em resumo, a geografia procura desde então uma lógica na ordem natural e suas possíveis relações com a dinâmica da organização social” (GOMES, 2011, p.70).

Esse contexto não se deu apenas com a Geografia, visto que outras disciplinas também estavam vivenciando este desenvolvimento dualista da época, de uma modernidade paradoxal e contraditória. A começar pelos discursos de seus fundadores (GOMES, 2011, p.150).

Com o objetivo de entender os fenômenos que ocorriam na superfície da Terra e estudar as relações entre o mundo da natureza e aquele das sociedades humanas, as primeiras abordagens em relação a uma Geografia institucionalizada foram elaboradas por Alexander von Humboldt e Carl Ritter.

Ambos prestaram serviços à nobreza – Alexander von Humboldt foi conselheiro do rei da Prússia, quando este reino se preparava para realizar a unificação política da Alemanha, enquanto Carl Ritter trabalhou como tutor de uma família de banqueiros. Os dois vivenciaram a Revolução Francesa e tinham formações diferentes, conforme destaca Moraes (2005). Porém,

“seus discursos sobre a geografia comportam numerosos pontos em comum, sem que tenha havido uma colaboração direta entre ambos” (GOMES, 2011, p.163).

Para Costa; Rocha (2010) os estudiosos da Geografia moderna apoiam a ideia de que Alexander von Humboldt pode ser considerado como o “pai” da ciência geográfica, em especial, no campo da geografia física. Nesse sentido, Gomes (2011, p.151) argumenta que “para a maioria dos historiadores da geografia, Humboldt é o primeiro a verdadeiramente estabelecer as novas regras do pensamento geográfico moderno”.

Carl Ritter, juntamente com Humboldt, também configura como fundador da Geografia moderna e científica. No entanto, é válido salientar que, atribuir a Geografia científica, logo moderna, às obras de Carl Ritter e Alexander von Humboldt não significa colocar em questão a importância do saber geográfico anteriormente produzido, uma vez que a própria ciência geográfica se nutriu e muito destas fontes temáticas e metodológicas anteriores. O ponto é que a Geografia moderna reatualizou estes conhecimentos, afim de ajusta-los às exigências científicas (GOMES, 2011).

No ponto de vista de Andrade (1985), tanto Ritter quanto Humboldt facilitaram ou forneceram informações úteis para a expansão colonial, uma vez que ambos viveram o período de disseminação do capitalismo. Para o mesmo autor:

As sociedades de geografia, contando com fundos fornecidos pelos governos dos países em expansão capitalista e por grandes empresas comerciais, estudavam os territórios desconhecidos, poucos acessíveis, indicando os recursos existentes e as possibilidades de exploração dos mesmos. A Alemanha lutava ainda pela sua unificação, enquanto a Inglaterra, a França e a Rússia realizavam a partilha do mundo (ANDRADE, 1985, p. 09).

Nesse cenário, justifica-se a necessidade de uma ciência que solucionasse as indagações, os questionamentos e os problemas do período em questão, já que os alemães sentiam que chegavam tarde para participar da divisão do “bolo”, ou seja, à emergência do novo modo de produção: o capitalismo.

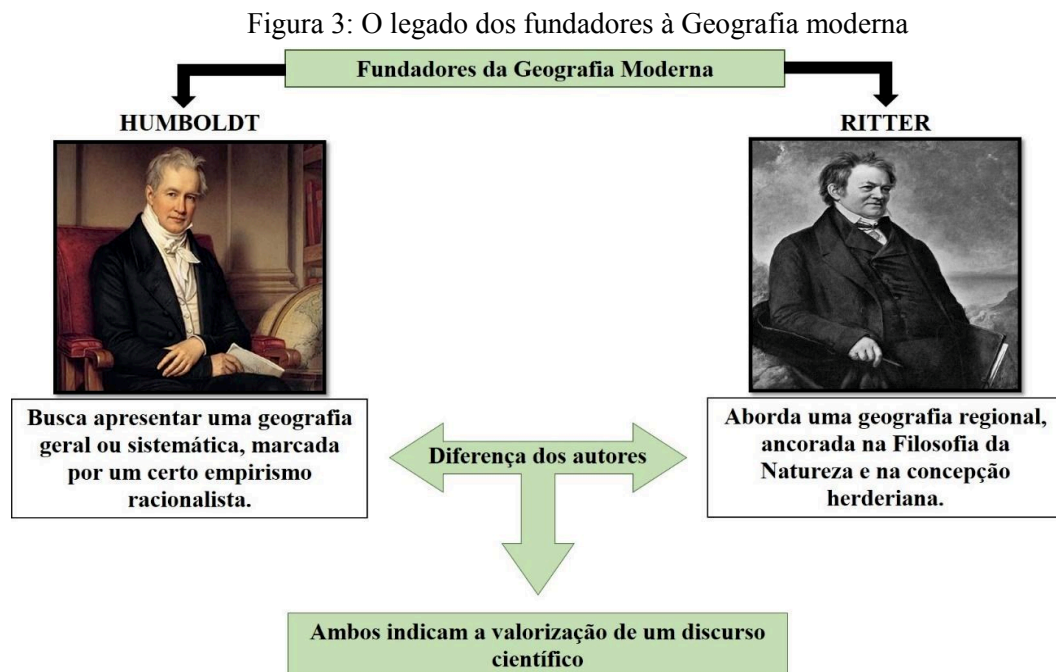
Embora tivesse uma grande preocupação naturalista perceptível através da sua obra *Cosmos*, Humboldt também demonstrou um grande interesse político, ao escrever o livro - Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha - “em que expunha suas observações sobre a sociedade formada pelo colonialismo espanhol na América Latina” (ANDRADE, 1985, p.09). O livro foi escrito no período em que a preocupação da coroa espanhola era a conquista de novos territórios, matéria-prima e etc., e por sua vez, a estruturação da ciência geográfica se fortalece para subsidiar tais interesses.

Nesse seguimento, Gomes (2011, p. 168), irá afirmar que Ritter, assim como Herder, “se mostrou favorável à obra de colonização, ou que deu mostras claras de eurocentrismo”.

Mediante o exposto, no que concerne a análise da obra destes dois autores, de acordo com Gomes (2011, p.172):

Em primeiro lugar, encontramos em suas obras a dualidade característica da modernidade, a qual se define pela presença simultânea de posições racionalistas e de posições que se lhes opõem. Essa constatação pode nos levar a concluir que o que se considera como moderno em suas obras é precisamente essa dualidade fundadora da modernidade. O segundo ponto importante diz respeito aos ecos possíveis dessa dualidade sobre o desenvolvimento posteriores da geografia: com efeito, na medida em que estes dois autores são considerados como fundadores de um saber geográfico moderno e científico, a dualidade presente em seus discursos será um dos principais legados deixados a posterioridade.

Ao mencionar a dualidade presente nas obras destes dois autores, Gomes (2011) está se referindo a Geografia geral ou sistemática (instituída pela obra de Humboldt) e a Geografia regional (defendido por Ritter), conforme demonstra a (Figura 3). Enquanto “pais” e/ou fundadores da Geografia moderna, tais autores deixaram como legado a Geografia posterior essa dualidade fundadora que futuramente será vivida de outras formas.



Org. (a): SILVA, T. R (2019).³

³**Humboldt** - Fonte: Sociedad Amantes del País. Disponível em: <<https://amantesdelpais.wordpress.com/2012/10/23/a-proposito-de-la-visita-del-baron-alexander-von-humboldt-a-cajamarca/>>. Acesso em: 19 de mai. de 2019.

Ritter - Fonte: ThoughtCo. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/carl-ritter-geographer-1435007/>>. Acesso em: 19 de mai. de 2019.

Como destacado anteriormente, em sua obra “Geografia e Modernidade”, Gomes (2011) argumenta sobre a modernidade se desenvolver de forma dual, entre dois polos epistemológicos: as correntes racionalistas e as “contracorrentes”. Essa modernidade, portanto, se alimenta justamente do combate entre estas duas posições.

Nesse sentido, o sistema de oposição entre tais correntes contribuirá para uma dualidade em cada corrente do pensamento geográfico: Geografia geral *versus* Geografia regional, ou de um discurso das leis *versus* a descrição, ou sobre o lugar do único *versus* o universal, ou de uma Geografia Física *versus* Geografia Humana, ou uma relação sociedade *versus* natureza.

A partir do pensamento de Humboldt e Ritter outros pensadores foram contribuindo para a consolidação da Geografia como uma ciência autônoma. Vários geógrafos da geração posterior à Humboldt e Ritter, foram alunos deste último: Elisée Reclus; Ferdinand von Richthofen; Friedrich Ratzel, entre outras figuras eminentes da Geografia europeia da segunda metade do século XIX.

Nessa conjuntura, um dos discípulos de Ritter, Friedrich Ratzel, autor alemão e prussiano, formado em zoologia e geografia, fortaleceu a sistematização da ciência geográfica através das suas formulações com grandes preocupações antropológicas. Para Moraes (2005, p. 67): “A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. L. Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”.

Por esta perspectiva, Ratzel irá propor uma legitimação do expansionismo e imperialismo bismarckiano. Por consequência, a Geografia deste autor defenderá as lutas dos povos (europeus) para aquisição de novos e mais espaços (MORAES, 2005).

Um aspecto central na obra de Ratzel, está relacionado com a construção da denominada escola determinista de Geografia, a partir da qual se propagou a ideia de que as condições naturais determinavam a História, sendo o Homem o produto de seu meio.

Para Gomes (2011), o determinismo de Ratzel recoloca a Geografia na modernidade científica, utilizando-se de uma abordagem inovadora mais aceita pela ciência da época, o darwinismo. Por essa razão, ele é considerado por Claval como o pai da Geografia moderna.

Para Corrêa (2000, p.23), o determinismo ambiental foi “o primeiro paradigma a caracterizar a geografia que emerge no final do século XIX, com a passagem do capitalismo concorrencial para uma fase monopolista e imperialista”. Tal corrente foi amplamente utilizada para justificar a expansão colonial no continente africano e asiático da época.

Segundo Costa; Rocha (2010, p. 32), o determinismo ambiental evidencia o processo expansionista do período em questão: “Ingleses, alemães, italianos, russos, norte-americanos,

entre outros Estados, assumiram as ideias deterministas com vistas a atender seus projetos imperialistas”.

Assim, para muitos autores o determinismo ratzeliano marca a entrada da Geografia na modernidade científica. Para tanto, o determinismo de Ratzel, de acordo com Gomes (2011, p. 188) “é um momento mítico da Geografia. Todas as vezes que o tema da objetividade, do modelo racionalista ou da ciência positiva é abordado, o nome de Ratzel é invocado como sendo o fundador desta concepção”.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os geógrafos alemães do século XIX pautaram sua preocupação em explicar a ciência geográfica baseados na busca de leis absolutas e universais que justificassem os acontecimentos terrestres, assim como ocorria com as ciências naturais (ANDRADE, 1985). Essas leis absolutas advinham do positivismo que se expandia, contrariando os ideais religiosos até então dominantes.

Assim, “o positivismo, a despeito do método científico empregado, não era capaz de afastar as influências ideológicas ligadas ao contexto da época (o imperialismo)” (GOMES, 2011, p.189).

É a partir de Paul Vidal de La Blache, por volta da década de 1870, que a Geografia se institucionaliza na França, baseada também no pensamento positivista. Desta forma, a outra grande escola da Geografia moderna, além da alemã, será a francesa, guiada por Paul Vidal de La Blache, que se colocará em oposição a algumas formulações de Ratzel, geógrafo alemão. Por sua vez, La Blache não irá somente fundar a escola francesa de Geografia, como deslocará para a França o eixo da discussão geográfica, até então sediado na Alemanha.

Como já abordado, no contexto histórico do século XIX, a ciência geográfica é constituída para estar a serviço da dominação europeia, para legitimar ideias nacionalistas, de dominação e justificando as disputas territoriais. No caso da França esse contexto não será diferente, principalmente com sua derrota na guerra franco-prussiana “e a perda dos territórios da Alsácia e Lorena para a Prússia, o incentivo à geografia por parte do Estado francês torna-se mais evidente, com a inserção desta disciplina no ensino básico” (FABRICÍO; VITTE, 2011, p.310).

Mesmo derrotada, a França manteve seu poder, no entanto, se torna mais fraca que a Alemanha. Com essa rivalidade e o risco de outras guerras, além de contar com um número menor de crescimento populacional, esse país buscou como alternativa para manter sua influência mundial a conquista de colônias na África e na Indochina.

Como foi visto, as colocações de Ratzel defendiam a ação imperialista do Estado Bismarckiano. Nesse sentido, “Era mister, para a França, combatê-la. O pensamento geográfico

francês nasceu com esta tarefa. Por isso, foi, antes de tudo, um diálogo com Ratzel. O principal artífice desta empresa foi Vidal de La Blache” (MORAES, 2005, p.77).

Sobre esse aspecto, Fabrício e Vitte (2011, p.311) reforçam que “quando mencionamos a geografia lablachiana, que por sua vez comprometia-se com os interesses do Estado francês, não podemos deixar de associar as críticas dela às formulações ratzelianas, representando um debate entre potências europeias rivais”.

Uma das críticas apontada por La Blache às formulações de Ratzel dizia respeito ao discurso político executado abertamente por este último. Para tanto, La Blache condenou a relação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos, argumentando a necessidade da neutralidade no discurso científico (MORAES 2005), princípio defendido pelo positivismo.

Sobre esse aspecto, a colocação de Fabrício e Vitte (2011 p.321) reforça que “A Escola Francesa de Geografia, embora contestando algumas formulações naturalistas e deterministas, herdaria muitos pressupostos positivistas vigentes no pensamento científico da época”, principalmente ao questionar o discurso político de Ratzel e sublinhar a neutralidade científica, sendo que esta era propagada pela própria perspectiva positivista.

Assim, embora se posicionando contra os ideais da Geografia alemã, em particular aos de Ratzel, Vidal de La Blache também produziu uma Geografia imperialista, como argumenta Moraes (2005, p.83), La Blache:

(...) critica o expansionismo germânico, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa. As fronteiras européias definiriam domínios de civilização, solidamente firmados por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África. Aqui se criticava a expansão alemã. Por outro lado, estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, “comunidades vegetando lado a lado”, sem perspectivas de desenvolvimento.

Nota-se então, que ambos, tanto Ratzel quanto Vidal, desenvolveram uma ciência geográfica que atendia a classe dominante dos seus respectivos países, estabelecendo diretrizes que legitimaram o imperialismo. No caso, ao abordar o gênero de vida, La Blache pretendeu dialogar sobre a missão civilizadora do europeu na África, por exemplo, legitimando a ação colonialista francesa.

No quesito do aspecto da ciência, para Gomes (2011), o pensamento e a obra de Vidal “*Régions françaises*” remete a uma certa dualidade, visto que é por um lado, um modelo analítico e, por outro, um modelo sintético. Ainda, para este autor, a relação entre homem e a

natureza pode ser encontrada na Geografia vidaliana, assim como se inscrevia em toda uma tradição de ciência.

Desta forma, na opinião de Gomes (2011, p. 221-222), “talvez aí resida o segredo do classicismo da obra de Vidal”. Nesse seguimento, sua obra não pode ser considerada nem moderna, nem tradicional, pois “ela incorpora a perpetuidade relativa das grandes referências de um passado, em que se pode encontrar tantas maneiras de interpretar, quanto os pontos de vista daqueles que a examinam”.

Para Gomes (2011, p.223), desde o fim do século XIX:

(...) até aproximadamente o quarto decênio do século seguinte, a conduta monográfica foi considerada como a mais adaptada para a geografia. Em face desta aceitação geral, as discussões de caráter metodológico eram secundárias, e o ambiente intelectual geográfico parecia incólume a todas as críticas. O progresso da geografia era considerado como o produto da análise regional, a qual devia ser estendida ao conjunto das terras do globo. O objetivo maior durante este período era, então, o de construir uma “geografia universal”, demonstração final da excelência do método regional.

As concepções da geografia francesa e o método regional, proposto por Paul Vidal de La Blache, assim como por seus discípulos, Deffontaines, Monbeig, Brunhes, influenciaram também a geografia brasileira. Este último chegou ao Brasil em 1934, como membro da “missão francesa”, ajudando a fundar o curso de Geografia da Universidade de São Paulo-USP, como demonstra a afirmação de Fabrício e Vitte (2011, p.327), “a geografia francesa, sob a perspectiva da análise regional, influenciou também a geografia brasileira, com estudos dedicados às sínteses urbanas, chamadas também de monografias urbanas”.

Gomes (2011, p.224) menciona que “este período é identificado como o apogeu da influência da escola francesa de geografia”. Porém, após à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) iniciou um processo de críticas às monografias regionais desta ciência. Essa crítica era realizada pelos geógrafos mais racionalistas, ao considerar que a geografia elaborada até então era completamente tradicional e ultrapassada.

No entanto, eles não queriam descartar completamente o propósito das monografias regionais, mas sim atribuir esses estudos em relação aos tempos modernos, com o retorno do racionalismo sob a forma de um positivismo crítico (GOMES, 2011).

Esse retorno do racionalismo sob a forma de um positivismo crítico buscava se afastar da onda intuicionista, do subjetivismo e, ao mesmo tempo, se apartar do positivismo clássico, surgindo assim a corrente do neopositivismo ou positivismo crítico. “A filosofia e o conhecimento deviam associar-se à lógica e às matemáticas, que eram os únicos meios de escapar ao subjetivismo desenfreado e ao positivismo incondicional” (GOMES, 2011, p.227).

No contexto de pós Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1950, em relação ao cenário mundial da época temos que, de acordo com Moraes (2005, p.104):

O desenvolvimento do modo de produção capitalista havia superado seu estágio concorrencial, entrando na era monopolista. Não se tratava mais de um capitalismo assentado em múltiplas empresas, com burgueses médios concorrendo no mercado. Vivia-se a época dos grandes trustes, do monopólio e do grande capital. Uma revolução tecnológica entrepunha-se aos dois momentos. O liberalismo econômico já estava enterrado; a grande crise de 1929 havia colocado a necessidade da intervenção estatal na economia.

Mediante o exposto e conforme afirma Mendonça (2013, p.36), após a Segunda Guerra Mundial dividiu-se a organização do espaço mundial em zonas de influência de países desenvolvidos. “A partir de interesses exploratórios, espaços até então em bom estado de equilíbrio, dentro dos países subdesenvolvidos e/ou dependentes, principalmente, foram profundamente alterados”.

Desta forma, o cenário pós Segunda Guerra Mundial se encontrava da seguinte forma: destruição e necessidade de reconstrução da Europa; a hegemonia dos Estados Unidos como grande potência capitalista e o conseqüente desenvolvimento técnico-científico; consolidação e expansão do “modo de produção” socialista implantado na União Soviética (1917) e em outros países ao longo desses primeiros “50 anos” (SUERTEGARAY, 1997).

Esses acontecimentos proporcionaram, de acordo com Suertegaray (1997, p.11):

(...) a transformação do capitalismo concorrencial em monopolista, desenvolvido através de sucessivas crises, entre elas, a mais expressiva, a crise de 29; o surgimento da Guerra Fria (confronto bélico, porém "sutil" entre o Leste socialista e o Oeste capitalista); as guerras de cunho mais regional. A exemplo da guerra do Vietnã; o desenvolvimento em nível interno nos Estados Unidos dos direitos civis, além da pressão por parte da sociedade americana, para a finalização da Guerra do Vietnã. Resgatam-se, ainda, as desigualdades sociais internas (países ricos) e as desigualdades (internas e externas nos países pobres). E, por outro lado e como consequência da hegemonia americana e da globalização da economia, a intensificação nas conexões entre "lugares" e a exploração acelerada dos recursos, e na Europa do pós-guerra, o desencanto com a destruição e a ordem vigente.

É nessa complexidade presenciada no pós-guerra, que os geógrafos da época buscaram novos caminhos para fazer Geografia. A corrente Pragmática procurou elevar a Geografia a um status científico, com a busca de leis, comprovação de hipóteses, valorização excessiva de dados estatísticos e a utilização do método neopositivista.

Se anteriormente à Segunda Guerra Mundial, países como Alemanha e Inglaterra se firmavam como forças dominadoras da organização do espaço mundial, após esse

acontecimento, novas potências surgiram, como Estados Unidos e União Soviética, provocando atuações exploratórias muito mais intensas sobre as nações dependentes deles.

Ademais a esses acontecimentos, o desenvolvimento do capitalismo teria alterado a realidade em todos os setores: científico, tecnológico, social e econômico. Por exemplo, a urbanização apresentava fenômenos novos e complexos, como as megalópoles, e conseqüentemente, o cenário agrário também se modificou com a industrialização e a mecanização do campo, atingindo várias partes do mundo, e assim por diante, acarretando para a Geografia uma busca de novas propostas, reflexões, significados, entre outros itens.

No que diz respeito à Geografia Pragmática, buscou-se uma Geografia aplicada ao planejamento e ações do Estado. Na afirmação de Moraes (2005, p. 110), o planejamento foi posto para as ciências humanas pelas classes dominantes como instrumento de dominação do Estado burguês. “A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe”. Além dessa denominação, esse momento da história do pensamento geográfico pode ser conhecido também como: Geografia Quantitativa, Nova Geografia ou Geografia Teorética.

A origem dessa Geografia Pragmática teve sua raiz na Europa, especificamente na Alemanha, Suécia e Finlândia, porém, seu desenvolvimento e divulgação ocorreram sobretudo, nos Estados Unidos e daí em diante se disseminou pelos demais continentes. No Brasil, foi com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação de Geografia Teorética e Quantitativa (AGETEO) que a Geografia Pragmática ganhou força (AZEVEDO; BARBOSA, 2011).

Nessa perspectiva, é no pós Segunda Guerra Mundial que os autores dos EUA irão ganhar força no pensamento geográfico, pois até então, tanto na Geografia quanto em outras disciplinas, eles eram meros repetidores das produções científicas europeias. Apenas William Davis, especialista em Geomorfologia nos EUA era considerado como autor de peso antes de 1950 (MORAES, 2005).

Sendo assim, é só a partir deste período que a Geografia americana ganhará destaque e se desenvolverá, sendo considerada posteriormente como um dos centros mundiais da produção geográfica, desenvolvendo duas grandes escolas: uma na Califórnia, elaborando a Geografia Cultural e outra no Meio-Oeste, aproximando-se da sociologia funcionalista e da economia (MORAES, 2005). Desta forma, com essa mudança do lócus de produção do pensamento geográfico hegemônico da Europa para os Estados Unidos fica evidenciado o fato de que a ciência geográfica acompanha as tendências lançadas no âmbito dos países dominantes.

Entre os geógrafos norte-americanos pode-se citar, Carl Sauer, um estudioso que buscava resolver a dualidade entre as perspectivas regional e geral da Geografia. Para ele, essa superação era necessária, uma vez que as controvérsias impediam uma unidade estrutural ao trabalho do geógrafo. Para Gomes (2011, p. 230):

A proposição de Sauer concernente ao estudo da paisagem era precisamente uma tentativa de resolver estes problemas maiores da geografia da época, isto é, suas dualidades fundamentais (física/humana, geral/regional) e a ausência de um método objetivo e próprio.

Na percepção desse mesmo autor, os trinta primeiros anos do século XX foram marcados pela separação aparentemente incontornável entre as dualidades da Geografia, principalmente as perspectivas regional e geral (GOMES, 2011).

Nessa linhagem, para Sauer, para construir uma geografia moderna era imprescindível um método objetivo, além de elaborar uma Geografia unitária. Para tanto, esse método estava pautado em um modelo “morfológico”, o qual deveria suprimir estes dois problemas (GOMES, 2011).

De acordo com Gomes (2011, p.232), o método proposto por Sauer é fundado:

Sobre a análise da organização sistemática das formas que estão na base de toda estrutura espacial. Este método se caracteriza por três princípios fundamentais: as estruturas possuem sempre elementos “necessários”; todas as formas podem ser reconhecidas por suas funções homólogas em diferentes paisagens; os elementos estruturais devem ser organizados em séries, para compor tipologias morfológicas.

Fundado nesses princípios, Sauer foi o primeiro autor a dizer que a diferenciação regional constituía o objeto fundamental da geografia. Outro autor que também defendia a diferenciação regional foi Hartshorne.

Este tenta propor em seus estudos que: o pesquisador quando for estudar uma área, deve escolher dois ou mais fenômenos, por exemplo, clima, produção agrícola, tecnologia disponível e relacioná-los com outros fenômenos para compará-los e repetir várias vezes este procedimento, tentando abarcar o maior número de fenômenos possíveis e até julgar suficiente para se compreender o caráter da área selecionada.

Dessa maneira, a área seria compreendida pela integração de fenômenos inter-relacionados, ou seja, a Geografia seria um estudo da variação de áreas, que Hartshorne denominou como Geografia Idiográfica, “uma análise singular (de um só lugar) e unitária (tentando apreender vários elementos), que levaria a um conhecimento bastante profundo de determinado local” (MORAES, 2005, p.99).

Sendo assim, tanto Sauer quanto Hartshorne defendiam que reconhecer a geografia moderna se define antes de tudo por um procedimento metodológico preciso. Nesse sentido, ambos os autores teriam contribuído para a passagem de uma geografia clássica a uma geografia moderna (GOMES, 2011).

No seu livro “Geografia e Modernidade”, Gomes (2011) irá considerar que a Geografia passou por três grandes momentos, sendo respectivamente: os tempos heroicos, a geografia clássica e a geografia moderna. Nessa perspectiva, entendemos que os tempos heroicos se relaciona ao período em que a Geografia não possuía um conteúdo unitário e um objeto definido, podendo-se afirmar que o conhecimento geográfico nessa época se encontrava disperso.

No que tange a Geografia clássica, esse momento se refere a institucionalização da disciplina, quando a Geografia se torna ciência, ou seja, a evolução da Geografia enquanto ciência, desta forma, esse período se caracteriza pelo saber geográfico moderno e científico deixado à Geografia moderna. E, por último, a geografia moderna irá se definir com os adventos dos tempos modernos, essencialmente a partir da legitimidade metodológica dessa ciência, podendo destacar três principais correntes que predominaram no pensamento geográfico: o horizonte lógico-formal, a crítica radical e a humanista.

Por este viés, conforme explanou-se precedentemente, a passagem da geografia clássica para a moderna se deu na corrente Pragmática ou Nova Geografia. Nesse sentido, tal corrente buscou ao longo dos anos de 1960 e 1970, sua legitimidade, avançando os resultados obtidos (GOMES, 2011).

No entanto, com o passar dos anos, em meados da década de 1970, muitos desses geógrafos que defendiam uma geografia neopositivista, começam a observar novos horizontes e a criticar essa perspectiva, principalmente no que diz respeito ao caráter teórico-metodológico.

Por conseguinte, a outra vertente que se insere no contexto de renovação do pensamento geográfico é a que foi denominada como Geografia Crítica ou Radical. Essa corrente é criada em contraposição à Geografia Pragmática, pautada no neopositivismo e nos procedimentos quantitativos, rompendo com os pensamentos existentes até então.

Na afirmação de Moraes (2005, p.119), os geógrafos críticos elaboram a sua crítica “frente à realidade, frente à ordem constituída”. Os autores dessa corrente vão assumir um “conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem”.

Essa luta frente à realidade empreendida pelos geógrafos críticos está ancorada na expansão do modo de produção capitalista, sobretudo a partir dos anos de 1970. É nesse contexto de dominação pelo uso ideologizado da informação, “assim como de agravamento das tensões sociais nos países centrais e movimentos por independência nos países subdesenvolvidos, que a geografia crítica emerge como uma corrente que se opõe à quantitativa” (MOURA et al., 2008, p.2).

Esse novo saber vai de encontro com a antropologia cultural e uma parte da sociologia, valorizando os comportamentos sociais. Em linhas gerais, o movimento da Geografia Crítica, nas suas diversas vertentes, investiga o embate ideológico contemporâneo da luta de classes na sociedade, se posicionando a favor das classes mais populares, em busca de uma transformação da ordem social, ou seja, tenta alcançar uma Geografia que esteja em função dos interesses sociais e não do capital.

Em oposição a geografia pragmática e a geografia tradicional, a revolução radical, assim como a corrente anterior, buscava produzir um método de análise infalível, rigoroso e radical, ou seja, “a verdadeira revolução na metodologia da geografia moderna só chega a partir da crítica radical” (GOMES, 2011, p.278).

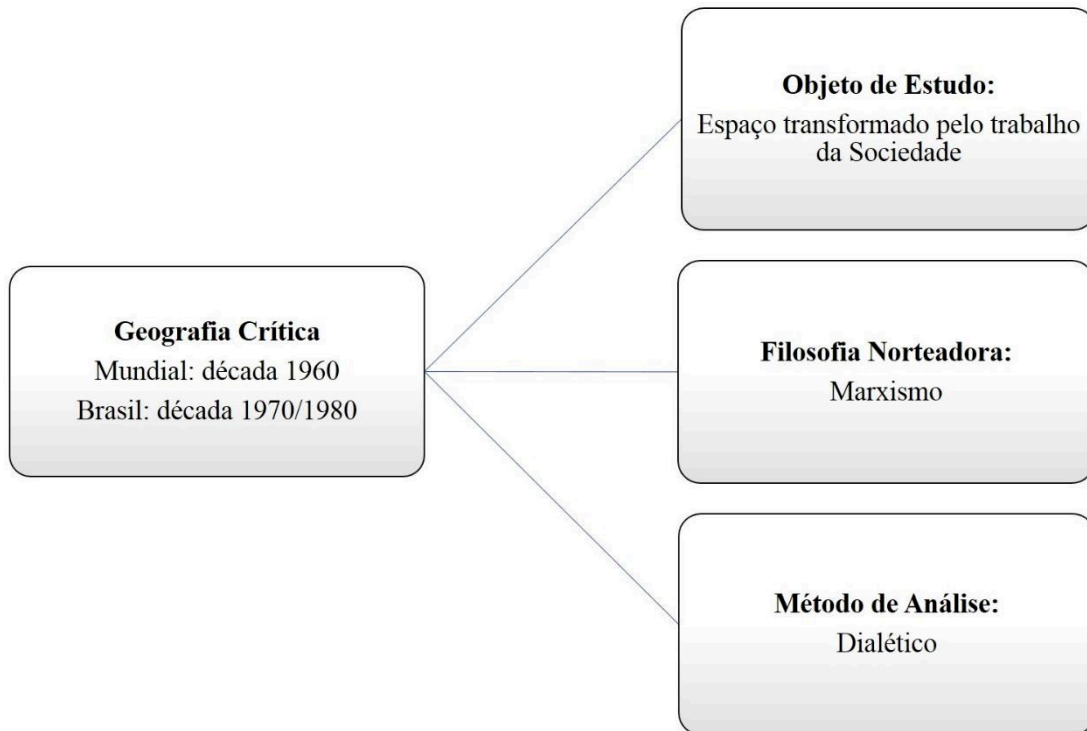
Além disso, de acordo com o autor mencionado acima, uma outra crítica elaborada pela Geografia radical aos geógrafos da Nova Geografia é que:

Ainda que estes ditos “modernos” se interessem efetivamente por temas contemporâneos, eles são, contudo, incapazes de refletir sobre as questões de base dos problemas sociais dos novos tempos. Desta maneira, em lugar de buscar a origem da diferenciação espacial, estes geógrafos, através de seus trabalhos, cooperavam na manutenção das desigualdades e contribuíam simultaneamente para a manutenção de uma ciência defasada e distante dos reais problemas da sociedade (GOMES, 2011, p. 294).

Nesta perspectiva, idealizada por aqueles que almejavam mudanças na sociedade, como por exemplo, distribuição de renda mais igualitária, a Geografia Crítica obteve sua filosofia norteadora no marxismo (Figura 4), utilizando-se do método de análise dialético.

Um dos grandes autores responsável pelas primeiras propostas da renovação da Geografia brasileira foi Milton Santos, com sua obra “Por uma Geografia Nova” (1978), na qual avalia criticamente a Geografia Tradicional, aborda a crise do pensamento geográfico e as principais ideias da pretensa renovação trazida pela Geografia Pragmática (MOURA et al., 2008).

Figura 4: Principais Características da Geografia Crítica



Org. (a) SILVA, T. R. (2019).

É importante destacar ainda, de acordo com Costa; Rocha (2010), a intensa produção científica brasileira dentro da linha de orientação marxista a partir de geógrafos como: Milton Santos e Ruy Moreira. No que diz respeito aos autores fora do Brasil, se destacam David Harvey, Yves Lacoste, Massimo Quaine, James Anderson, Neil Smith, entre outros.

Nas palavras de Moraes (2005, p.131) os caminhos buscados pelas várias propostas da Geografia Crítica são numerosos e distintos, porém, todos são igualmente importantes:

Pode-se dizer que a Geografia Crítica é uma frente, onde obedecendo a objetivos e princípios comuns, convivem propostas díspares. Assim, não se trata de um conjunto monolítico, mas, ao contrário, de um agrupamento de perspectivas diferenciadas. A unidade da Geografia Crítica manifesta-se na postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. É uma unidade de propósitos dada pelo posicionamento social, pela concepção de ciência como momento da práxis, por uma aceitação plena e explícita do conteúdo político do discurso geográfico. Enfim, unitários objetivam-se através de fundamentos metodológicos diversificados.

Mediante o excerto explanado, verifica-se a diversidade epistemológica na Geografia Crítica, apresentando um mosaico de orientações metodológicas bastante amplo, como: estruturalistas, existencialistas, analíticos, marxistas (em suas várias nuances), anarquistas, ecléticos, etc. Essa diversidade é benéfica na medida em que proporciona debates, aflora o

pensamento crítico e contribui para o avanço das colocações, abre espaço para o novo, para a criação.

Assim, apesar de compor uma diversidade metodológica, os geógrafos críticos, em suas distintas orientações, de acordo com Moraes (2005), assumem um viés popular, o da transformação da ordem social. Eles buscam em seus estudos, de modo uniforme, uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses sociais.

Em suma, as décadas de 1970 e 1980 foram permeadas por uma ampla variedade de posições ideológicas e metodológicas, sendo o materialismo histórico e a teoria social de Karl Marx - nas suas diversas leituras e interpretações - a orientação metodológica mais praticada no campo geográfico.

Por esta análise, de acordo com Gomes (2011, p.301):

O fato fundamental que esta tendência acentua é a concepção pela qual o marxismo distingue os oprimidos dos opressores, os dominados dos dominantes, os trabalhadores dos proprietários, e assim por diante. Trata-se, aí, de um humanismo moral, centrado sobretudo na idéia de justiça e de direito. A geografia desta concepção valoriza os temas próximos à cultura e à cidadania.

É nesse sentido que Gomes (2011) argumentará que o materialismo histórico e o humanismo moderno partem de uma mesma crítica, primeiro por recusarem a ciência positivista e, segundo, por serem considerados como perspectivas complementares em alguns aspectos.

O movimento da Geografia Humanística será ulterior a corrente da Geografia Radical, “trata-se, portanto, uma vez mais, de uma revolução científica da modernidade geográfica” (GOMES, 2011, p.303).

Conforme tentamos evidenciar na análise da trajetória dos diferentes movimentos da Geografia, temos que “a conduta das escolas de pensamento é sempre a mesma: primeiro uma crítica, para melhor afirmar, em seguida, a supremacia e a superioridade do novo ponto de vista para a ciência” (GOMES, 2011, p.306).

Nesse sentido, a ciência geográfica passou por diferentes transformações que culminaram nos anos de 1990 numa crise epistemológica. Como explica Lemos (1999, p.31-32):

(...) os paradigmas conhecidos como produtos da modernidade já não respondiam à nova realidade que o mundo nos apresentava. As oscilações decorrentes das interpretações empiristas, de bases positivistas até as funcionalistas e estruturalistas de fundamentação marxista ou não haviam se esgotado. Os modelos metodológicos que exigiam a formulação de leis, assim como de sistema, estrutura ou de processo, após esta profunda crise, deixaram

alguns sedimentos, o que permitiu aos geógrafos, provavelmente os mais temerosos de enfrentar os problemas epistemológicos, a certeza de que o conhecimento, assim como a ciência, está em permanente transformação.

Este quadro de crise epistemológica aconteceu nas ciências sociais de forma geral, e por sua vez, na Geografia também. O ponto central desta crise se baseia diretamente nas transformações históricas que colocaram em xeque a própria modernidade, como afirma Gomes (2011): “Uma das primeiras manifestações é o questionamento do poder da razão em assegurar o prosseguimento do projeto da modernidade e, mais radicalmente, é a legitimidade mesma deste projeto que está sob suspeita” (GOMES, 2011, p.13).

A nova proposta era reintroduzir a hermenêutica nas ciências sociais, conseqüentemente substituir o marxismo e o estruturalismo predominantes nos anos anteriores a década de 1990 (GOMES, 2011).

A razão, defendida pelos modernistas era o grande mal-estar dos anos pós-modernos, derivando deste cenário a filiação irracional exibidas pelas obras contemporâneas. Nas palavras de Lemos (1999, p.30):

O maior indicador do movimento que se poderia chamar de pós-moderno, talvez seja a crítica às raízes iluministas, ao poder absoluto da razão e com ela à ciência postas, agora, sob suspeita. Há uma adesão irrestrita a um movimento de hermenêutica. Nas sociedades pós-industriais, ou, chamemos, mais desenvolvidas, as transformações tecnológicas do saber foram consideráveis e afetaram as principais funções como são a pesquisa e a transmissão do conhecimento.

Nesse contexto é que se desenvolve a ideia de que estaríamos no fim da modernidade, fazendo emergir a necessidade de identificarmos um novo período, a pós-modernidade. Para Gomes (2011, p.12) “Este movimento foi primeiramente identificado na arquitetura, em seguida outras manifestações se fizeram presentes em outros domínios artísticos e hoje fala-se mesmo de uma ciência pós-moderna”.

As ciências sociais, entre as quais considera-se a Geografia *latu sensu*, torna-se “uma prática social, além de um conhecimento, na medida em que a objetivação seja apropriável e se transforme em subjetivável” (LEMOS, 1999, p.32). No que tange a ciência geográfica, Gomes (2011) ressalta que ela se insere nesse debate a partir de uma corrente humanista, desde os anos de 1970.

Já para outros autores, como Derek e Andrade, a Geografia Humanística se fortaleceu nas décadas de 1960 e 1970, constituindo um movimento também de renovação cujas bases estão predominantemente fundamentadas na Fenomenologia de Husserl e na própria evolução fenomenológica (SUERTEGARAY, 1997).

Na visão de Costa; Rocha (2010, p.38), a Geografia Cultural, associada à vertente humanística, teve origem nos estudos sobre a paisagem de “Otto Schlüter e August Meitzen no final do século XIX e início do XX, e de Carl Sauer a partir da década de 1920, sendo retomados posteriormente com o movimento de renovação da geografia na década de 1970”.

Conforme alega Amorim Filho (1999), no âmbito das múltiplas orientações epistemológicas pelas quais o pensamento geográfico vem caminhando nos últimos anos, o movimento da Geografia Humanística não parece mais questionável atualmente, pois conseguiu congrega um número considerável de seguidores, embora permaneça ainda muito mal conhecida para grande parte da comunidade geográfica. Uma das razões para esse pouco conhecimento, pode residir no fato de que no interior do próprio movimento humanístico convivem diversas orientações epistemológicas (AMORIM FILHO, 1999).

Desta forma, a Geografia Humanística constitui uma corrente formada de geógrafos preocupados com a condição humana em geral, principalmente com aqueles aspectos que não se articularam com a Geografia Radical de base marxista.

Ademais, essa perspectiva cultural na Geografia fortaleceu diversas denominações, dentre elas: Geografia Cultural, Geografia Fenomenológica, Geografia da Percepção, Geografia Humanística ou Geografia Humanista. Sendo assim, no presente trabalho, iremos nos referir a esse momento como Geografia Humanística ou Humanista, pois ao nosso ver, essa denominação congrega os outros entendimentos.

Para Gomes (2011, p. 306), no caso da geografia humanista:

(...) se todos estão de acordo em refutar o modelo científico anterior, não há, entretanto, um verdadeiro consenso em torno de um novo modelo a adotar. Certos humanistas aproveitam-se inclusive desta ausência de modelo, para afirmar a identidade deste movimento, tomando como argumento que o apego a um procedimento fixo é a prática da ciência que eles querem precisamente condenar. Esta não é, no entanto, a posição dominante, e o fato de que o humanismo tenha precisado ser qualificado de marxista, existencialista ou fenomenológico, é a prova de que nem todos compartilham da proposição de uma ciência sem método.

Enquanto há aqueles que refutam a ideia de uma Geografia pós-moderna, para muitos pesquisadores Michael Dear foi um dos autores que introduziu o pós-modernismo na ciência geográfica, com a tentativa de realinhar a Geografia Humana com a Teoria Social (SALVI, 2000).

Esse realinhamento tinha como objetivo buscar um triplo efeito sendo, nas palavras de Salvi (2000, p.109):

a) proporcionar um reposicionamento da Geografia Humana com um papel relevante nas Ciências Sociais e Humanidades;

- b) elaborar uma reclassificação da estrutura interna da disciplina;
- c) recriar ligações da Geografia Humana com os principais debates na Filosofia e Método das Ciências Humanas.

Por sua vez, Michael Dear obteve “o mérito de estender o debate pós-moderno no nível da reflexão epistemológica na ciência geográfica” (SALVI, 2000, p.108). Na concepção de Salvi (2000), um outro autor que contribuiu para o debate sobre a pós-modernidade na Geografia foi David Harvey. Para ela, Harvey:

(...) introduziu o conceito de compressão do tempo-espaço ao explicitar a experiência do espaço e do tempo na pós-modernidade. (...) verificou as características do encolhimento do espaço numa aldeia global de telecomunicações, dado pelas inovações nos transportes e nas comunicações. O tempo vem se reduzindo, por isso, a tal ponto que passamos a assistir apenas ao evento chamado momento, ou seja, apenas o presente passa a existir. Esse presente é o tempo do ser esquizofrênico resultante da pós-modernidade (SALVI, 2000, p.108).

Na opinião de Lemos (1999) o conceito de espaço-tempo é discutido por Harvey como um dos paradigmas da modernidade, em particular, o espaço estreitando-se cada vez mais pelo tempo.

É a partir do momento que a Geografia “deixou de pensar o espaço como absoluto e pela relação espaço-tempo, produziu-se um novo conteúdo na interpretação da realidade” (LEMOS, 1999, p.37).

De acordo com a mesma autora, finalmente o espaço passa a ser considerado uma instância social:

(...) ocupando o lugar de mercadoria no modo de produção capitalista e sofrendo todos os defeitos e as qualidades de qualquer outra mercadoria, inclusive o fetichismo do consumo exagerado, mesmo que ele possua características especiais. (...) Entre as novas formas de abordar o espaço dentro da Geografia pós-moderna, destacamos o conceito de lugar, de região, de território, de paisagem; em todos eles estão embutidos os conceitos de local e de global. Há nesses antigos conceitos geográficos uma nova concepção de tempo (LEMOS, 1999, p.37).

Desta maneira, no que diz respeito a vertente da interpretação humanista, existe uma potencialidade de tempo, de empiricidade do tempo. No ponto de vista de Lemos (1999, p.38), estas concepções levam os geógrafos pós-modernos a se preocuparem com:

Os problemas ambientais, não como elementos da natureza, que já não existem, mas como consequências culturais, produzidas num espaço que se define como sistema de objetos e sistema de ações. Levam também a se preocuparem com a história do presente, na qual a religião, o lazer, o turismo, os gêneros, os grupos minoritários, e o consumo se materializam num lugar,

numa região, num território, num espaço com tempos e culturas diferenciados. Formas e conteúdos próprios de nosso tempo, de nossa visão de mundo.

Por este viés e, conforme dito anteriormente, o horizonte humanista é formado, em geral, por geógrafos preocupados com a condição humana, conseqüentemente, se opõe a análise objetiva e ao pensamento lógico estrito.

Ademais, o horizonte humanista compartilhará de um antropocentrismo que, nas palavras de Gomes (2011, p.310):

Contrariamente à sociedade medieval, definida por um egocentrismo que via no outro um perigo para o dogma cristão, o humanismo facilitou a emergência da noção de comunidade humana, unida pelo fato de que o homem é sempre criador de cultura em todos os seus horizontes espaço-temporais. No lugar do egocentrismo medieval, o humanismo impôs a idéia de um antropocentrismo. Sem perder de vista a perspectiva de superioridade da sociedade ocidental, o humanismo procede à relativização de seus valores morais e intelectuais pela comparação com outras culturas.

De acordo com o autor mencionado acima, essa visão antropocêntrica do saber vai ser uma das características fundamentais do humanismo que foram retomadas pela Geografia, entre outros fatores (GOMES, 2011).

No mais, para Amorim Filho (1999), embora a Geografia Humanística apresente diversos fundamentos epistemológicos, a Fenomenologia aparece como um dos pilares da Geografia Humanística, por sua vez, entendida por muitos geógrafos, como o fundamento mais importante dessa corrente.

No que tange ao método fenomenológico, esse seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido a partir da experiência humana e, com isso, “através da intencionalidade reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva” (HOLZER, 2008, p.140).

A fenomenologia diz respeito à fenômenos como: religião, lugar, topofilia, comportamento e etc., fenômenos esses que devem ser vividos primeiramente para serem compreendidos, pois não podem ser apreendidos somente através da observação e medição externas.

No ponto de vista de Costa; Rocha (2010), nos dias atuais, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da Geografia Humanística é Paul Claval, geógrafo francês ligado à renovação dos estudos culturais. Tal autor estuda as relações entre a cultura e a vida social, a transmissão dos conhecimentos e regras de conduta, a relação do indivíduo com a Sociedade e também as articulações entre cultura e poder.

Outro grande autor responsável pelo desenvolvimento da Geografia Humanística é Yi-Fu Tuan, com seu livro “Topofilia” (1980), que designa o amor ao lugar, podendo ser definido

como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Ou seja, Tuan trouxe ideias inovadoras para o campo geográfico, assim como novos conceitos.

Embora haja muitos autores que defendem a existência de uma Geografia pós-moderna, apresentando-se como legítima herdeira da tradição humanista e, de acordo com Gomes (2011, p.336) “em seu nome, traz os novos termos da condenação da ciência racionalista, anunciando, ao mesmo tempo, que desta vez a ruptura é definitiva”, por outro lado pode se considerar também que esse pode ser um momento de renascimento da modernidade, pois:

Se, todavia, a modernidade se alimenta exatamente deste combate ou, ainda, se as mudanças impostas pelos críticos destas contracorrentes constituem justamente o meio de se renovar a idéia mítica da renovação, então estamos ainda longe de ultrapassar o sistema da modernidade, a despeito de todas as aparências e manifestos.

Nessa linha de pensamento, para Salvi (2000, p. 110):

O pós-modernismo está longe de tornar o modernismo obsoleto, apropriando-se inclusive de muitas de suas estratégias e técnicas estéticas, inserindo-as e fazendo-as trabalhar "em outras constelações". O pós-modernismo só rejeita o modernismo na sua tendência de codificar-se num dogma estreito.

Nesse sentido, nota-se que o inconclusivo debate entre modernidade *versus* pós-modernidade também perdura na ciência geográfica. Nessa sequência, essa discussão traçada até o momento pretende elucidar a rivalidade presente no debate entre esses dois segmentos, além de introduzir essa discussão em relação à ciência geográfica. Por conseguinte, apresentando as diferentes visões no que tange a essas abordagens.

Mediante a análise percebe-se que, como dito precedentemente, alguns antagonismos se fizeram presentes à ciência geográfica, podemos citar: Geografia geral x regional; Geografia física x humana, entre outros exemplos. No ponto de vista de Gomes (2011) essa dualidade é herança da própria modernidade, uma vez que essa se alimenta deste combate entre os dois polos epistemológicos, que correspondem a duas concepções distintas da atividade científica.

Vale salientar que a abordagem realizada da modernidade, da pós-modernidade e principalmente das correntes da Geografia, assim como a escolha dos autores para caracterizar o ponto de vista destas correntes e destes movimentos não pressupõe que eles sejam os únicos representantes para tais assuntos.

Pontuo que, principalmente no que tange a história das correntes da ciência geográfica, essa se conduziu pela história oficial, em que ousou dizer, na sua maioria, é a contada e exercida na formação acadêmica, quanto aluna e pesquisadora da Geografia. Obviamente isso não cancela o fato que desde sempre houve outras Geografias para além dessa, porém, a história

regida oficialmente é a de raízes eurocêntricas. Reforço, pois, que mesmo que muitas vezes cansativa tal leitura pode parecer aos leitores, essencialmente da área de Geografia, aqui se faz necessário para se compreender que sim, a Geografia é uma ciência que contempla raízes eurocêntricas e o pensamento decolonial é uma alternativa para ultrapassarmos essa visão.

Ademais, também cabe ressaltar que, não é objetivo do presente estudo classificar se a Geografia, nem tão pouco a ciência atual, está vivendo uma modernidade ou uma pós-modernidade. O intuito aqui é demonstrar que tanto a modernidade quanto a pós-modernidade está posta nas discussões dos aspectos culturais, sociais, econômicos, científicos e etc.

Sendo assim, não me aprofundarei nesse debate, pois o objetivo do trabalho é apenas ir posicionando o leitor para compreender os acontecimentos associados a essas temáticas para assim chegar ao nosso objetivo principal, o de argumentar sobre as potencialidades e desafios presentes na incorporação do pensamento decolonial na ciência geográfica.

Ancorada em autores como: Mignolo (2017); Dussel (2005); Cruz (2017); Grosfoguel (2007), entre outros, parto da constatação que tanto a modernidade quanto a pós-modernidade está alicerçada em uma visão eurocêntrica. Nesse sentido, com o questionamento da razão absoluta, das metanarrativas e da busca de verdades universais, podemos trazer para a Geografia outros olhares que vão além da episteme eurocêntrica que perpassa o pensamento decolonial. Este poderá ser melhor compreendido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - PENSAMENTO DECOLONIAL: DESVENDANDO SUAS POTENCIALIDADES EPISTEMOLÓGICAS

Conforme mencionado no capítulo anterior, há muito tempo a humanidade se divide em períodos, que geralmente correspondem a eventos manifestados no continente europeu e que, por sua vez, refletem nos aspectos científicos, culturais, econômicos e civilizacionais de outros continentes com um forte tradicionalismo eurocêntrico, que é o caso da sociedade ocidental.

Dentre as formas tradicionais de entender a construção histórica da humanidade destacou-se no capítulo anterior a modernidade e a pós-modernidade. É diante dessa maneira de construir a narrativa da história da humanidade que começam a surgir questionamentos, uma vez que é preciso considerar a existência de outras civilizações e culturas que também vêm sendo importantes ao longo da história e estão fora do eixo eurocêntrico e etnocêntrico.

É em torno desses questionamentos que emerge o pensamento decolonial. Antes de relacionar esse com a ciência geográfica que, como demonstrado precedentemente e na menção de Silva et al (2009), é um tipo de conhecimento científico da era moderna/colonial, se torna extremamente importante entender de forma mais aprofundada seus interesses e as principais características desta perspectiva. Desta forma, parto da seguinte pergunta: O que é o pensamento decolonial?

Para iniciar esse debate é preciso entender que o intuito deste é demonstrar que, quando se aborda o pensamento decolonial este se refere a um movimento de resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política, à lógica da Modernidade/Colonialidade.

Portanto, tal pensamento (contra hegemônico) busca se contrapor às tendências teóricas e epistemológicas dominantes de cunho imperialista de construção do conhecimento histórico e social na América Latina. Em outras palavras, busca romper com a herança colonial que aflora até os dias atuais na forma em que produzimos conhecimento.

Essa herança colonial no âmbito acadêmico adveio inicialmente pelos europeus, reflexos da colonização. É nesse sentido que o pensamento decolonial irá contestar o eurocentrismo. O eurocentrismo pode ser descrito como o imaginário dominante do sistema mundo moderno (MIGNOLO, 2008). Como menciona Bortoluci (2009, p.26):

Pode-se pensar o eurocentrismo como um conjunto de categorias e imagens de mundo adaptável às alterações na organização do poder global, mas sempre emitido a partir de um ponto de vista do centro europeu/ocidental desse sistema. Esse olhar central hegemônico ontologiza as diferenças com relação às outras sociedades (periféricas), enxergando-as como formas incompletas de realização de um ideal moderno.

Assim sendo, o eurocentrismo e/ou a visão eurocêntrica se resume na ideia de que a Europa é o centro da cultura, conhecimento, línguas, etc. do mundo. Ou seja, a Europa é tida como elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, enquanto outros continentes são constituídos como inferiores e incapazes de produzir conhecimento.

Por sua vez, a crítica ao eurocentrismo é um dos procedimentos conceituais que os estudos decoloniais compartilham em um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade (ARIAS et al, 2012). Estes autores enumeram seis procedimentos conceituais, que são:

1) La ubicación de los orígenes de la modernidad en la conquista de América y el control del Atlántico por parte de Europa, entre finales del siglo XV y principios del siglo XVI, y no en la Ilustración o en la Revolución Industrial como es comúnmente aceptado; 2) A partir de aquí, se coloca un énfasis especial en la estructuración del poder a través del colonialismo y las dinámicas constitutivas del sistema-mundo moderno/capitalista y en sus formas particulares de acumulación y de explotación a escala global; 3) Esto conlleva a la comprensión de la modernidad como un fenómeno planetario constituido por relaciones asimétricas de poder, y no como un fenómeno simétrico producido al interior de Europa y extendido posteriormente al resto del planeta; 4) Las relaciones asimétricas de poder entre Europa y sus otros representan una dimensión constitutiva de la modernidad, y por ende implican una necesaria subalternización de las prácticas y de las subjetividades características de los pueblos dominados; 5) La subalternización de la mayoría de la población mundial es establecida a partir de dos ejes estructurales basados en el control del trabajo y en el control de la intersubjetividad; 6) Finalmente, se designa al eurocentrismo/occidentalismo como la forma específica de producción de conocimiento y de subjetividades en la modernidad (ARIAS et al, 2012, p. 10).

Compreendendo o projeto civilizatório da modernidade em que a Europa se torna superior e detentora da história universal, o pensamento decolonial busca contribuir “para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI” (BALLESTRIN, 2013, p. 99).

Entretanto, cabe mencionar que, inicialmente, os estudos sobre a América Latina foram inseridos pelo debate pós-colonial, por volta da década de 1990, nos Estados Unidos, e não pelo pensamento decolonial.

Foi a partir da reimpressão da clássica obra de Aníbal Quijano em 1992 “Colonialidad y modernidad-racionalidad”, que um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que viviam nos Estados Unidos decidiram fundar o Grupo Latino-Americano dos Estudos

Subalternos inspirado, principalmente, no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos⁴, constituído na década de 1970 com a liderança de Ranajit Guha, dissidente do marxismo indiano (BALLESTRIN, 2013).

Desta forma, como salienta Almeida; Silva (2015, p. 44), o pensamento decolonial é:

Uma vertente da crítica pós-colonial, especialmente das teorias surgidas na Ásia e África, no contexto das lutas de vários países colonizados pela libertação, produzindo reflexões acerca do que representou o Colonialismo para os países colonizados pela Europa. Primeiramente, o foco da crítica dos Estudos Pós-Coloniais recai sobre a influência eurocêntrica nas artes e na literatura, depois se expande para o campo da Economia Política e das Ciências Sociais questionando os cânones ocidentais da ciência moderna.

Sobre a utilização do termo pós-colonial, esse teria como pais fundadores: Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak (NEVES, 2009). Não cabe aqui, e também não é o objetivo do trabalho, detalhar sobre a teoria pós-colonial⁵. No entanto, cabe destacar que, embora existam diversas críticas advindas posteriormente de alguns integrantes do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos sobre essa perspectiva, como nos lembra Ballestrin (2013) e Grosfoguel (2008), existe um reconhecimento sobre a importância dos estudos pós-coloniais como porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando estes não tinham vozes e sobre a contribuição destes para a crítica ao eurocentrismo.

Descontentes com os estudos subalternos “originais”, alguns dos integrantes do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos passam a realizar algumas críticas em relação a teoria pós-colonial. Conforme cita Castro-Gómez; Mendieta (1998, p. 17):

Walter Mignolo aprovecha también algunos elementos de las teorías poscoloniales para realizar una crítica de los legados coloniales en América Latina. Pero, a diferencia de Ileana Rodríguez y de otros miembros del Grupo de Estudios Subalternos, Mignolo piensa que las tesis de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha y otros teóricos indios no debieran ser asumidas y trasladadas sin más para un análisis del caso latinoamericano. Haciéndose eco de las críticas tempranas de Vidal y Klor de Alva, Mignolo afirma que las teorías poscoloniales tienen su locus enuntiationis en las herencias coloniales del imperio británico y que es preciso, por ello, buscar una categorización crítica del occidentalismo que tenga su locus en América Latina.

Mediante exposição acima, Walter Mignolo, a voz mais crítica e radical do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, atenta-se para o fato de que a trajetória da América

⁴ O principal projeto desse Grupo “consiste em analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFOGUEL, 2008, p.116).

⁵ Para saber mais ler o livro “Orientalism” de Edward Said, escritor palestino que deu origem aos debates em torno da teoria pós-colonial.

Latina no seu processo colonial/imperial moderno ocorreu de forma distinta a da Índia, por exemplo, não fazendo sentido se espelhar ao Grupo Sul-Asiático, sendo que este mesmo ocultava esse continente em seus debates.

Entre os distintos motivos e discussões que levaram ao descontentamento com a teoria pós-colonial do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, Grosfoguel (2008, p. 116) salienta dois fatores:

Os membros do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos eram, na maioria, académicos latino-americanistas a viver nos EUA. Apesar de terem tentado produzir um conhecimento alternativo e radical, eles reproduziram o esquema epistémico dos Estudos Regionais nos Estados Unidos. Salvo raras exceções, optaram por fazer estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela. À semelhança da imperial epistemologia dos Estudos Regionais, a teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul.

Para tal autor, a epistemologia colonial produzida por esse grupo de latino-americanistas, descrevendo-se como um latino a viver nos Estados Unidos, foi determinante para a sua dissolução quanto ao projeto. Em relação ao segundo aspecto esse se refere à preferência, sobretudo, a pensadores ocidentais. Nas suas palavras:

(...) os latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram “os quatro cavaleiros do Apocalipse”, ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Rinajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objectivo de produzir estudos subalternos (GROSGOUEL, 2008, p. 116).

De acordo com as exposições acima, notam-se as variadas críticas aos estudos subalternos “originais”, não podendo ter outro desfecho se não a desagregação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, ocorrida em 1998, mesmo ano de início dos primeiros encontros entre os membros que, posteriormente, formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Assim sendo, Grosfoguel (2008, p. 116) menciona mais alguns fatores determinantes que contribuíram para a desagregação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Para ele:

Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomámos o

partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais.

Assim, com o intuito de transcender a epistemologia e o cânone ocidentais, o Grupo Modernidade/Colonialidade se distinguiu dos demais estudos pós-coloniais ao adotar o termo decolonialidade para desenvolver sua crítica à modernidade, ao invés de pós-colonialismo (ALMEIDA; SILVA, 2015).

Segundo Ballestrin (2013), a maioria dos integrantes do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos não migrou para o coletivo Modernidade/Colonialidade, que teve como um dos seus fundadores o argentino Walter Mignolo. Dentre alguns dos principais membros do Grupo M/C estão (Tabela 1):

Tabela 1: Perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade

<i>Integrante</i>	<i>Área</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Universidade onde leciona</i>
<i>Aníbal Quijano*</i>	Sociologia	Peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
<i>Enrique Dussel</i>	Filosofia	Argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
<i>Walter Mignolo</i>	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA
<i>Immanuel Wallerstein*</i>	Sociologia	Estadounidense	Yale University, EUA
<i>Santiago Castro-Gómez</i>	Filosofia	Colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
<i>Nelson Maldonado-Torres</i>	Filosofia	Porto-Riquenha	University of California, Berkeley, EUA
<i>Ramón Grosfoguel</i>	Sociologia	Porto-Riquenha	University of California, Berkeley, EUA
<i>Edgardo Lander</i>	Sociologia	Venezuelana	Universidad Central de Venezuela
<i>Arthuro Escobar</i>	Antropologia	Colombiana	University of North Carolina, EUA
<i>Fernando Coronil*</i>	Antropologia	Venezuelana	University of New York, EUA
<i>Catherine Walsh</i>	Linguística	Estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
<i>Boaventura Santos</i>	Direito	Portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
<i>Zulma Palermo</i>	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

*Falecidos (Aníbal Quijano - 2018); (Immanuel Wallerstein - 2019); (Fernando Coronil - 2011).

Fonte: Ballestrin (2013).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Vale salientar que a exposição da (Tabela 1) quanto aos principais integrantes do grupo é apenas um ponto de partida, posto que não acompanha a diversidade atual das muitas áreas do conhecimento pelas quais seus membros transitam e também as várias universidades que atuam como visitantes, por exemplo. Contudo, a partir desse perfil é possível compreender as diferentes áreas, nacionalidades, locais e países de trabalho de alguns dos membros que vêm abordando o pensamento decolonial na América Latina (BALLESTRIN, 2013). Na percepção de Cruz (2017, p.26):

Esse grupo tem nas formulações iniciais de Aníbal Quijano (Peru), Enrique Dussel (Argentina/México) e Walter Mignolo (Argentina/EUA) os aportes teóricos para uma crítica à ideia de modernidade, uma leitura do sistema-mundo capitalista, moderno-colonial, e uma interpretação da constituição das sociedades latino-americanas. Somaram-se a esses precursores autores como Ramón Grosfoguel (Porto Rico/EUA), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico/EUA), Edgardo Lander (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia), Catherine Walsh (EUA/Equador), entre outros que vêm, individualmente ou coletivamente, contribuindo para a construção de um pensamento descolonial.

Na exposição antecedente é possível perceber que a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade teve como destaque no início do pensamento decolonial os autores: Quijano; Dussel e Mignolo. Assim como esses, os demais pesquisadores vão de encontro com os expostos por Ballestrin (2013).

Ainda sobre esse aspecto, a identidade grupal do coletivo Modernidade/Colonialidade herdou e se influenciou por pensamentos críticos latino-americanos do século XX, uma vez que muitos dos integrantes do M/C já haviam desenvolvido desde os anos de 1970 linhas de pensamento próprio, como por exemplo, Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo (BALLESTRIN, 2013).

Para Escobar (2003, p. 53), o Grupo Modernidade/Colonialidade é considerado um programa de investigação, no qual a genealogia do grupo abrange:

la Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos. El grupo de modernidad/colonialidad ha encontrado inspiración en un amplio número de fuentes, desde las teorías críticas europeas y norteamericanas de la modernidad, hasta el grupo surasiático de estudios subalternos, la teoría feminista chicana, la teoría postcolonial y la filosofía africana; así mismo, muchos de sus miembros han operado en una perspectiva modificada de sistemas mundo. Su principal fuerza orientadora, sin embargo, es una

reflexión continuada sobre la realidad cultural y política latinoamericana, incluyendo el conocimiento subalternizado de los grupos explotados y oprimidos.

Mediante o excerto é passível de entendimento que o Grupo denominado Modernidade/Colonialidade compartilha de ideais que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, não se restringindo apenas a uma crítica isolada às heranças econômico-políticas coloniais.

Para além disso, o coletivo M/C questiona as matrizes epistêmicas de produção do conhecimento, assim como constroem uma crítica ontológica. Essas críticas possuem o intuito de desnaturalizar um conjunto de teorias, categorias e conceitos que nos impedem de compreender as especificidades de nossas sociedades. Também desperta a necessidade de uma reflexão sobre nossa memória, imaginário, subjetividade e nossas formas de existir cotidianas (CRUZ, 2017).

Na menção de Escobar (2003, p.54), o trabalho do Grupo M/C deve ser compreendido:

(...) como una manera diferente del pensamiento, en contravía de las grandes narrativas modernistas —la cristiandad, el liberalismo y el marxismo—, localizando su propio cuestionamiento en los bordes mismos de los sistemas de pensamiento e investigaciones hacia la posibilidad de modos de pensamiento no-eurocéntricos.

Assim sendo, conforme o autor cita acima e em outros momentos já deixado subentendido, na perspectiva decolonial é unânime a compreensão de que o projeto da modernidade foi preponderante para dominação dos ditos povos subalternos. Na percepção de Lemos (1999, p.28):

A modernidade se identifica com o moderno e a modernização, num tempo em que a palavra mais ouvida e exigida é progresso, e isto não significa unicamente progresso nas idéias, mas também o das formas de produção e de trabalho, seja na industrialização e na urbanização, seja, por extensão, na administração pública e na organização da vida da população.

Nessa perspectiva, inaugura-se, por um lado, o projeto civilizatório da modernidade, a protagonista do tão proclamado desenvolvimento, que busca afirmar e celebrar a experiência histórica particular da Europa como sendo algo universal e superior, através de elementos como o racionalismo, o humanismo, a ciência, a ideia de progresso, o Estado moderno, etc. O que se quer fazer crer é que toda e qualquer forma de organização social se inicia ali, constituindo um modelo universal a ser seguido. Nesse processo, negaram-se e subalternizaram-se outras matrizes de racionalidades, outras formas de pensamento, outros projetos civilizatórios, outras cosmovisões, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários (CRUZ, 2017).

A modernidade é uma narrativa complexa, “cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”” (MIGNOLO, 2017, p.02).

Nas palavras do autor mencionado acima, a colonialidade em outros termos:

(...) é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP⁶ é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo, se materializou nas conferências de Bandung e dos países não alinhados. Esse é o cenário da transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000 (MIGNOLO, 2017, p.02).

Em outras palavras, o mundo não-europeu é tratado “como se estivesse em uma fila histórica que vai do estágio dos mais "selvagens" até os mais "civilizados", dos mais "atrasados" aos mais "avançados", dos mais "subdesenvolvidos" aos mais "desenvolvidos”” (CRUZ, 2017, p.21).

Por sua vez, aqueles que não estivessem dentro do padrão dos ideais europeus eram considerados não modernos, atrasados, selvagens, subdesenvolvidos e etc. Ou seja, alcançar a modernidade estava atrelado a se desenvolver, progredir e, consequentemente, para isso, era necessário seguir o modelo eurocêntrico.

Os europeus não serão os únicos a querer dominar a América Latina. Para Dussel (2005) a América do Norte entrou em jogo no século XVII, mas, enquanto isso, a Europa moderna utilizou-se da América Latina como trampolim para tirar uma vantagem comparativa determinante com relação a suas antigas culturas antagônicas (turco-muçulmana e etc.).

Ainda, para Dussel (2005, p.28) a modernidade:

(...) como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta.

⁶ Matriz Colonial de Poder - MPC

É com a conquista do Atlântico que Mignolo (2005, p.34) irá dizer que não será mais possível conceber a modernidade sem a colonialidade. Nas palavras dele:

(...) a economia capitalista mudou de rumo e acelerou seu processo com a emergência do circuito comercial do Atlântico, a transformação da concepção aristotélica da escravidão exigida tanto pelas novas condições históricas quanto pelo tipo humano (por ex.: negro, africano) que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho. A partir deste momento, do momento de emergência e consolidação do circuito comercial do Atlântico, já não é possível conceber a modernidade sem a colonialidade, o lado silenciado pela imagem reflexiva que a modernidade (por ex.: os intelectuais, o discurso oficial do Estado) construiu de si mesma e que o discurso pós-moderno criticou do interior da modernidade como auto-imagem do poder.

Desta forma pode-se pensar que o movimento da pós-modernidade poderia romper com esse cenário instaurado na modernidade, principalmente por esse movimento enfatizar a alteridade, ao buscar dar vozes as minorias como: mulheres, negros, gays, colonizados e etc. Entretanto, na menção de Harvey (2008, p.112):

O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana. Pior do que isso, enquanto abre uma perspectiva radical mediante o reconhecimento da autenticidade de outras vozes, o pensamento pós-moderno veda imediatamente a essas outras vozes o acesso a fontes mais universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. Por conseguinte, ele priva de poder essas vozes (de mulheres, de minorias étnicas e raciais, de povos colonizados, de desempregados, de jovens etc.) num mundo de relações de poder assimétricas.

Nessa linha de pensamento sobre a pós-modernidade, Mignolo (2005) argumentará que tal movimento continua ocultando a colonialidade, mantendo uma lógica universal e monotópica da esquerda e da direita da Europa ou do Atlântico Norte para fora. Para tal autor:

A diferença colonial (imaginada no pagão, no bárbaro, no subdesenvolvido) é um lugar passivo nos discursos pós-modernos. O que não significa que seja um lugar passivo na modernidade e no capitalismo. A visibilidade da diferença colonial, no mundo moderno, começou a ser percebida com os movimentos de descolonização (ou independência) desde fins do século XVIII até a segunda metade do século XX. A emergência da idéia de “hemisfério ocidental” foi um desses momentos (MIGNOLO, 2005, p.34).

Desta forma, conforme discorrido, o movimento da pós-modernidade por mais que defenda o reconhecimento da alteridade também não consegue transcender a colonialidade, a

razão hegemônica e o eurocentrismo. Nesse sentido, para reconhecer essas pessoas que foram negadas pela modernidade, Dussel (2005, p.29) propõe a trans-modernidade, que para ele trata de um projeto mundial:

(...) de libertação em que a Alteridade, que era coessencial à Modernidade, igualmente se realize. A “realização” não se efetua na passagem da *potência* da Modernidade à *atualidade* dessa Modernidade européia. A “realização” seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade.

Nesse sentido, o projeto da trans-modernidade estaria pautado na libertação política, econômica, ecológica, pedagógica, entre outras características, na qual integraria o real caráter emancipador racional da modernidade e a alteridade negada da modernidade, além de negar seu caráter mítico que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e que por isso se torna contraditoriamente irracional (DUSSEL, 2005).

Nos termos de Grosfoguel (2007, p. 73), em oposição ao projeto de Habermas, “que propone como tarea central la necesidad de culminar el proyecto inacabado e incompleto de la modernidad, la transmodernidad de Dussel es el proyecto para culminar, a través de un largo proceso, el inacabado e incompleto proyecto de la descolonización”.

Na concepção de Maldonado-Torres (2007, p.162), “la trans-modernidad es una invitación a pensar la modernidad/colonialidad de forma crítica (...) La transmodernidad envuelve, pues, una ética dialógica radical y un cosmopolitanismo de-colonial crítico”.

Desta forma, a trans-modernidade, proposta pelo filósofo Enrique Dussel, se relaciona com o projeto de decolonização, se tornando um convite para pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica. Enquanto isso, Quijano desenvolve a ideia de colonialidade de poder, pensando também na necessidade de decolonização (BALLESTRIN, 2013).

Ao evidenciar a modernidade como fator preponderante para a dominação dos ditos povos subalternos, conforme demonstrado anteriormente, não é mais possível conceber a modernidade sem a colonialidade.

Nesse sentido, a colonialidade foi um termo cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e desde então foi concebida e explorada pelo semiólogo argentino Walter Mignolo como o lado mais obscuro da modernidade (MIGNOLO, 2017, p.02). É dessa relação

indissociavelmente constitutiva, elaborado especialmente por Quijano, Wallerstein e Mignolo, que deriva o nome do Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Para Oliveira (2016) a ideia de colonialidade emerge após os movimentos de independência instaurados na América Latina (século XVIII para XIX) com os Estados soberanos passando a ser, teoricamente, independentes politicamente e territorialmente das nações oriundas do Norte. Contudo, essas nações embrionárias continuaram a ser espaço de dominação europeia e principalmente norte-americana até os dias atuais.

Por conseguinte, essa coerção advinda do “alto geográfico”, dos povos do Norte ditos civilizados e avançados é mantida de forma velada por aquilo que chamam de modernidade. Logo, percebe-se a ideia de colonialidade do poder, do ser e do saber completamente arraigados em nossas culturas (OLIVEIRA, 2016).

Antes de prosseguir para entender a colonialidade e suas dimensões é necessário destacar que existe uma diferença entre colonialismo e colonialidade no sentido simples de definição dos termos, ou seja, o primeiro se refere a política de exercer o controle ou autoridade sobre um território com poder militar, contra a vontade dos seus habitantes que, conseqüentemente, não obtém direitos políticos (Brasil colônia -1500 a 1822).

Já o segundo diz respeito ao sistema político, econômico, social e ideológico, no qual, tanto o domínio político, quanto o econômico de um país ou território é mantido na forma de colônia por outro país (Brasil nos dias atuais, por exemplo). É nesse viés que o autor peruano Quijano (2009, p.73) fala sobre tal diferença:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado.

Ainda, sobre a colonialidade Miglievich-Ribeiro (2014, p.68) irá argumentar que:

Sabe que o discurso da emancipação colou-se a práticas seculares de violenta dominação sobre os povos colonizados de maneira que a colonialidade – algo mais que a colonização política – não é ainda uma história passadista. Os neocolonialismos persistem na divisão internacional do trabalho e dos bens do trabalho na era da globalização liberal.

Nessa linha de raciocínio, o fim do colonialismo não significou necessariamente o fim da colonialidade. Pois, o fim do colonialismo se deu a partir da independência dos países colonizados, mas diferentemente, a colonialidade é a herança do colonialismo, que até hoje dá forma e conteúdo as sociedades contemporâneas, através das epistemologias, subjetividades, imaginários, mentalidades e etc. Como salienta Almeida; Silva (2015, p. 48):

Diferente do Colonialismo que teve datas marcadas para seu fim nos países que foram invadidos pela Europa, a Colonialidade não está circunscrita ao tempo e ao espaço do período das grandes navegações ou das independências, mas acompanha todo processo subsequente caracterizado pelas mudanças do capitalismo, acompanhada pela racialização da humanidade; pela instalação dos Estados-nação; pela ascensão da razão única e universal; e, para completar o ciclo da Colonialidade, pela constituição de subjetividades hierarquizadas.

Assim sendo, a colonialidade é a continuidade de “formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Consequentemente, a colonialidade se encontra em diversos âmbitos da vida humana até os dias atuais, como por exemplo, na subjetividade, no trabalho, no currículo, na escola e etc.

No que tange a colonialidade e suas dimensões, o termo colonialidade do poder, desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano em 1989, é amplamente utilizado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013). Na visão de Grosfoguel (2008, p. 126):

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Ainda, na percepção de Quijano (2002, p. 4), a colonialidade do poder consiste na ideia de “raça” como um “fundamento padrão universal de classificação social básica e de dominação social”.

Para o mesmo autor, a ideia de raça não tinha história conhecida antes da América. “Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (QUIJANO, 2005, p.107).

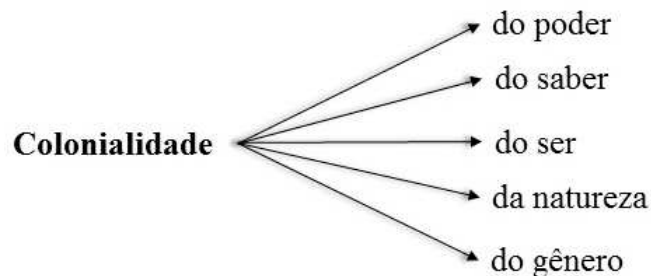
Nesse viés Grosfoguel (2008, p. 124) irá argumentar que a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia são parte integrante e constitutiva do amplo “pacote enredado”, que se intitula sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu. Nas palavras desse autor:

O patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores.

Desse modo, a raça foi o primeiro critério fundamental na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005). Assim como os demais fatores: epistemologia, espiritualidade, sexualidade, entre outros foram preponderantes para a dominação e as múltiplas hierarquias do sistema-mundo moderno/colonial.

Buscando ampliar a definição de colonialidade, o Grupo M/C compreende que esse foi estendido para outros âmbitos para além de só o do poder. E, embora contenham uma articulação com o fenômeno do poder, costumam ser tratados como áreas diferenciadas, sendo: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero (Figura 5) (ARIAS et al, 2012).

Figura 5: Colonialidade e seus âmbitos



Fonte: BALLESTRIN (2013).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Conforme explicado pela (Figura 5) e discorrido anteriormente, a colonialidade do poder, pode-se dizer, é a matriz que entrelaça outros âmbitos que costumam ser tratados como áreas diferenciadas. Desta forma, em relação a esses outros âmbitos, no que diz respeito à colonialidade do saber, para Arias et al (2012, p. 11-12):

Esta categoría conceptual se refiere específicamente a las formas de control del conocimiento asociadas a la geopolítica global dispuesta por la colonialidad del poder. En este sentido el eurocentrismo funciona como un locus epistémico desde el cual se erige un modelo de conocimiento que, por un lado, universaliza la experiencia local europea como modelo normativo a

seguir y, por otra parte, designa sus dispositivos de conocimiento como los únicamente válidos.

De acordo com os autores citados acima, a colonialidade do saber estaria representada pela visão eurocêntrica na qual estabelece o seu conhecimento como modelo a ser seguido e o único válido, possuído como verdade absoluta. Para eles, essa categoria de análise teria sido compilada por Edgard Lander (ARIAS et al, 2012).

Para Porto-Gonçalves (2005, p. 3), para além da herança de desigualdade e injustiças sociais deixada pelo colonialismo e imperialismo, a colonialidade do saber revela “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”.

Ou seja, os povos que estão fora dos centros hegemônicos são tidos como incapazes de realizar saberes e mesmo quando esses povos provam que o fazem, são menosprezados, pois são considerados atrasados ou insuficientemente modernos para produzir conhecimento. No máximo, são conceituados como saberes locais ou regionais.

No que tange a colonialidade do ser, proposta pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, temos que:

El concepto de colonialidad del ser nació en conversaciones sobre las implicaciones de la colonialidad del poder, en diferentes áreas de la sociedad. La idea era que si en adición a la colonialidad del poder también existía la colonialidad del saber, entonces, muy bien podría haber una colonialidad específica del ser. Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129-130).

Desse modo, mediante a exposição, pode-se dizer que a colonialidade do poder e do saber engendra a colonialidade do ser, tendo ligação com a experiência do ser vivida, principalmente, pela colonização e/ou colonialidade. Nas palavras de Arias et al (2012, p. 12):

La colonialidad del ser como categoría analítica vendría a develar el *ego conquiro* que antecede y pervive al *ego cogito* cartesiano (Dussel, 1994), pues tras el enunciado “pienso, luego soy”, se esconde la validación de un único pensamiento (los otros no piensan adecuadamente o simplemente no piensan) que da la cualidad de ser (si los otros no piensan adecuadamente, entonces no existen o su existencia es prescindible). De esta forma, no pensar en términos modernos, se traducirá en el no-ser, en una justificación para la dominación y la explotación.

Assim, dentro de um sistema-mundo moderno/colonial, dominar e explorar o outro é importante. Uma vez que o conhecimento vindo dos centros hegemônicos é considerado universal, os saberes de outros centros “não existem”, se não existem, logo o outro se torna o “não ser”.

A colonialidade do ser também entende “la modernidad como una conquista perpetua en la cual el constructo de “raza” viene a justificar la prolongación de la no-ética de la guerra, que permite el avasallamiento total sobre la humanidad del otro. ” (ARIAS et al, 2012, p. 12). O que significa que desenvolveram formas de desumanização baseada na ideia de raça, sendo o negro e o índio as categorias preferenciais de desumanização, como nos mostra o processo histórico.

Embora o tripé da colonialidade (do poder, do saber e do ser) seja pautado nessas três bases principais que são, por sua vez, as mais difundidas nos estudos decoloniais, existem outros níveis entrelaçados à noção de colonialidade, como a colonialidade da natureza, por exemplo.

Como o próprio nome sugere, tal abordagem procura interpelar a questão ecológica, considerando a dimensão ambiental nos padrões de conformação da colonialidade (ARIAS et al, 2012). Para Assis (2014, p. 615):

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios.

Nesse sentido, a natureza é explorada segundo as necessidades do sistema-mundo moderno/colonial. De acordo com Arias et al (2012), Quijano desde muito cedo abarcou a “natureza” em sua obra. O sociólogo Edgardo Lander também vem associando a colonização da natureza, devido a globalização do capital e do neoliberalismo, às condições da geopolítica dos saberes hegemônicos. Mais recentemente, Héctor Alimonda vem dando continuidade a essas preocupações, articulando a perspectiva decolonial com a ecologia política latino-americana e a história ambiental.

Temos ainda a colonialidade do gênero (e da sexualidade) que, na visão de Arias et al (2012) é uma das categorias menos trabalhadas nos estudos decoloniais atuais. Segundo Dias (2014), dentre as precursoras dessa abordagem está a filósofa Maria Lugones, que entrou para o Grupo Modernidade/Colonialidade no ano de 2006. A partir disso, acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade do poder, do saber e do ser. Ademais, um

dos seus principais pensamentos está ancorado no conceito de sistema colonial/moderno de gênero e a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade.

Desta forma, Arias et al (2012) argumentam que Maria Lugones e Ochy Curiel vão realizar algumas críticas referentes as formulações sobre o poder em um dos textos mais difundidos de Quijano. Para os autores:

Las críticas señalan centralmente una tendencia de la perspectiva decolonial a dar por naturales o no-históricas las relaciones modernas de género y sus concomitantes, al tiempo que advierten el poco tratamiento que se le ha dado a estas cuestiones dentro de los estudios decoloniales. (ARIAS et al, p. 14).

Pensando sobre as sociedades contemporâneas, pode-se compreender o quanto de colonial ainda persiste em nossa vivência em relação ao gênero, demonstrando a importância de trabalhar tal categoria nos estudos decoloniais atuais. Além disso, é preciso compreender que quando se aborda a naturalização de estereótipos hegemônicos de gênero, como por exemplo a mulher, essa não é universal. É preciso considerar as mulheres negras, indígenas, trans, camponesas, entre outras.

Em total concordância com Dias (2014) consideramos que tal pensamento é essencial para demonstrar como o conceito de gênero foi utilizado pelos colonizadores para legitimar a dominação, a exploração e transformar as estruturas sociais das sociedades colonizadas.

Assim sendo, mediante a breve explanação sobre a colonialidade e seus âmbitos para posicionar o leitor sobre alguns dos conceitos e teorias que são abordadas no pensamento decolonial, Cruz (2017) irá mencionar que a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, aqui incluo a colonialidade do gênero, não se tornaram apenas formas de dominação exclusivamente por meios coercitivos para o exercício do poder, não se trata apenas de reprimir os dominados, mas de uma dominação que inclui todas as formas possíveis do conhecer e viver dos subjugados.

Esse processo pode ser melhor relatado por Quijano (2005, p. 111) sendo que para ele, se realizou a partir de três dispositivos:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas - entre seus descobrimentos culturais- aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança

intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, forçaram -também em medidas variáveis em cada caso- os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

Com tais detalhes sobre esse processo de dominação da Europa sobre as demais regiões e populações do mundo torna-se nítida a mudança radical em distintos níveis, seja ela cognitiva, afetiva, cultural, social, enfim, completamente cruel para atender aos propósitos do regime colonial a partir da colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e do gênero.

É nesse sentido que Cruz (2017) argumentará que tal processo se trata de uma verdadeira violência epistêmica⁷, com o intuito de apagar e anular a subjetivação, os sistemas simbólicos, as memórias e experiências do colonizado. Uma violência baseada na invisibilização e expropriação da representação e autorrepresentação do outro.

Ressalto que quando se fala em apagar e anular a memória do outro estamos falando de algo extremamente perigoso. Esse processo é exatamente o que acontece com a dominação, em particular da Europa e, mais atualmente, do Norte Global sobre outras regiões do mundo, pois são elas que criam uma identidade cultural e social hegemônica, ou seja, é a partir dele que contamos a história de um indivíduo, de uma comunidade, de um povo e etc. Os grupos que não possuem memórias, não possuem lembranças de seus valores e, conseqüentemente, também não possuem uma história para ser contada sobre o seu passado. Por conseguinte, isso se torna uma ferramenta crucial para dominação e exploração sobre o outro.

É nesse viés que Sousa-Santos (2007), dirá que no decorrer dos últimos cinco séculos vem ocorrendo um “epistemicídio” maciço e um desperdício de riquezas imensas no que tange as experiências cognitivas. Ainda, nas palavras de Cruz (2017, p. 18), o epistemicídio denominado por Boaventura de Sousa Santos representa a:

(...) aniquilação da diversidade e da riqueza epistêmica do mundo, resultado do caráter totalitário da racionalidade moderna expressa no exclusivismo epistemológico, pautados na ciência moderna que desqualificou e exterminou uma infinidade de outras epistemes, ou seja, “outras formas de conhecer”. Isso mostra de maneira muito clara o vínculo entre a ciência moderna e o exercício do poder colonial. Desse processo permaneceu uma profunda colonização epistêmica, inclusive no pensamento crítico, que resultou em uma cosmovisão

⁷ “O conceito de violência epistêmica é usado por Santiago Castro-Gómez (2005) em um diálogo com formulação da pensadora indiana Gayatri Spivak” (CRUZ, 2017, p.17).

claramente arraigada no eurocentrismo, expresso nas formulações teóricas, na forma como construímos nossos conceitos, na maneira como estabelecemos nossas interpretações, comparações de fenômenos históricos e sociais e, enfim, na maneira de produzirmos conhecimentos, modos de significação e de produção de sentido ao mundo.

Diante o exposto e interligando com o pensamento de Almeida; Silva (2015, p. 52) afirma que “para a ciência moderna somente o conhecimento gerado nos moldes da ciência e filosofia europeia é considerado como verdadeiro”. Na perspectiva de Sousa-Santos (2007), a epistemologia científica e o pensamento moderno são formulados entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico.

Nessa separação entre conhecimento científico e não-científico, Sousa-Santos (2007, p. 72) irá definir o pensamento abissal, que nada mais é que a “impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha”. Dito de outra forma, essa linha funciona da seguinte maneira: do lado de cá da lógica abissal, o lado visível, o conhecimento científico é tido como incontestável, verdadeiro e universal, quando não conseguem explicar algo pelo método científico, definem como é o caso da razão como verdade filosófica e a fé como teológica.

Desta forma, a ciência, a filosofia e a teologia possuem sempre uma alta visibilidade e credibilidade deste lado da linha. Porém, do outro lado da linha, não existe conhecimento real, existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, “na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SOUSA-SANTOS, 2007, p. 74). Na menção desse mesmo autor:

Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SOUSA-SANTOS, 2007, p. 74).

Sendo assim, é por isso que o pensamento abissal trabalha com a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha, pois do outro lado permanece apenas o invisível e, se as outras formas de conhecer são invisíveis, essa se torna inexistente, uma vez que não seguem a racionalidade e a cientificidade tidas como modelo.

Refletindo sobre esse outro lado que é invisibilizado, Mignolo (2008, p. 314), comenta sobre a colonialidade do conhecimento em relação aos indígenas, por exemplo. Nos termos dele:

Os intelectuais indígenas não gozam ainda de ampla circulação, porque os intelectuais não indígenas é que apreciam exatamente a colonialidade do conhecimento. O fato de não serem reconhecidos pela mídia ou pela

universidade não implica que o trabalho e a produção intelectual deles sejam menos significativos na malha social. É menos reconhecido – certamente – pela elite que controla o Mercado da produção intelectual.

Desta forma, a decolonização dos poderes, dos saberes, dos seres, da natureza e do gênero buscam romper com a invisibilidade dos conhecimentos populares, indígenas, camponeses e etc. Portanto, construir epistemologias outras requer uma ciência desvinculada do eurocentrismo, que não pode ser pautada nem no projeto da modernidade e nem da pós-modernidade, uma vez que ambos representam ideais ligados a visão eurocêntrica.

Como visto mais antecedente nesse capítulo, na afirmação de Mignolo (2005), tanto a modernidade quanto a pós-modernidade mantém uma lógica universal e monotópica que oculta a colonialidade. Adentrando um pouco mais nesse debate no que diz respeito a ciência, em especial, as ciências sociais no contexto do projeto moderno, essa desempenhou basicamente mecanismos produtores de alteridades, de acordo com Castro-Gomez (2005). Em sua fala, isto ocorreu devido ao fato de que a:

Acumulação de capital tinha como requisito a geração de um perfil de “sujeito” que se adaptara facilmente às exigências da produção: branco, homem, casado, heterossexual, disciplinado, trabalhador, dono de si mesmo. Tal como o demonstrou Foucault, as ciências humanas contribuíram para criar este perfil na medida em que formaram seu objeto de conhecimento a partir de práticas institucionais de reclusão e seqüestro. Prisões, hospitais, manicômios, escolas, fábricas e sociedades coloniais foram os laboratórios em que as ciências sociais obtiveram à contraluz aquela imagem de “homem” que devia promover e sustentar os processos de acumulação de capital. Esta imagem do “homem racional”, dizíamos, obteve-se contrafaticamente mediante o estudo do “outro da razão”: o louco, o índio, o negro, o desadaptado, o preso, o homossexual, o indigente (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 80).

O que o autor traz nos mostra que o projeto da modernidade tinha a necessidade de supressão de todas as diferenças, estabelecendo padrões, modelos. Muito embora na visão deste estudioso as ciências sociais e as humanidades veem-se obrigadas a realizar uma mudança de paradigma para se ajustar às exigências sistêmicas do capital global, na condição pós-moderna o problema reside no novo relato, ao declarar que são os próprios jogadores que constroem as regras do jogo e, portanto, não existem regras definidas. Para Castro-Gomez (2005, p. 80):

(...) afirmar que já não existem regras definidas de antemão equivale a invisibilizar quer dizer, mascarar. O sistema-mundo que produz as diferenças com base em regras definidas para todos os jogadores do planeta. Entendamos: a morte dos metarrelatos de legitimação do sistema-mundo não equivale à morte do sistema-mundo, equivale, a uma transformação das relações de poder no interior do sistema-mundo, o que gera novos relatos de legitimação como o proposto por Lyotard. Só que a estratégia de legitimação é diferente: já não se trata de metarrelatos que mostram o sistema, projetando-o

ideologicamente num macrosujeito epistemológico, histórico e moral, e sim de micro-relatos que o deixam de fora da representação, ou seja, que o invisibilizam (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 80).

Para tanto, uma ciência influenciada pelo movimento da pós-modernidade que enfatiza a alteridade, legitimando a coexistência de diferentes “jogos de linguagem” e que não necessitam ser legitimados por um tribunal superior da razão (apresentado no capítulo 1), também não transcende a colonialidade, uma vez que a sua construção pode se pautar na invisibilização do outro.

Mesmo que existam argumentações quanto a razão e a racionalidade ocidentais não serem totalmente imperiais, como as críticas de Las Casas, Marx, Freud, Nietzsche, etc. Mignolo (2008, p. 290) irá contestar que tais críticas estão ainda “dentro das regras dos jogos impostos por razões imperiais nos seus fundamentos categoriais gregos e latinos”. Nesse seguimento, Grosfoguel (2007, p. 74), acrescenta “La posmodernidad es una crítica eurocéntrica al eurocentrismo. Reproduce todos los problemas de la modernidad/colonialidad”.

De acordo com Cruz (2017), descolonizar a ciência vinculada ao exercício do poder colonial implica na construção de epistemologias outras que, na visão de Mignolo (2008, p. 315), não podem ser classificadas na narrativa de “Michel Foucault (*Les mots et les choses*, 1966) e muito menos pelas “mudanças paradigmáticas” de Thomas Khun (*A estrutura das revoluções científicas*, 1970) ”.

Para tanto, o pensamento decolonial não se trata de se inserir nas narrativas de Michel Foucault ou na substituição de um novo paradigma, sugerido por Thomas Kuhn, mas sim no surgimento de “paradigmas outros”, ou seja, epistemologias outras. Para que isso ocorra, na concepção de Mignolo (2008), é necessário que se realize uma desobediência epistêmica, que é o próprio pensamento decolonial.

Conforme Mignolo (2008, p. 288) argumenta, com suas sábias palavras, concordamos que sem tomar essa medida e iniciar esse movimento de desobediência epistêmica, consequentemente:

Não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Não seremos capazes de ultrapassar os limites do Marxismo, os limites do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin. Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito decolonial não será tomado como “deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e

Derrida”. Tenho a impressão de que os intelectuais da pós-modernidade e os com tendências marxistas tomam como ofensa quando o autor mencionado acima, e outros semelhantes, não são venerados como os religiosos o fazem com os textos sagrados. Eis exatamente por que estou argumentando aqui a favor da opção descolonial como desobediência epistêmica.

Além disso, como Cruz (2017, p. 32) ressalta “não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica”. Desse modo, é importante imaginar os diferentes lugares, territórios e culturas como tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias específicas e seus potenciais para seus próprios, talvez diferentes, futuros, no âmbito da construção de uma "epistemologia do Sul" (SOUZA SANTOS, 2003).

Ademais a “epistemologia do Sul”, sugerido por Boaventura de Souza Santos, também terá a construção da “epistemologia fronteiriça”, essa de acordo com Mignolo (2017, p. 12):

A epistemologia fronteiriça emerge da exterioridade (não o exterior, mas o exterior inventado no processo de criar a identidade do interior, ou seja, a Europa cristã) do mundo moderno/colonial, dos corpos espremidos entre as línguas imperiais e aquelas línguas e categorias de pensamento negadas e expulsas da casa do conhecimento imperial.

Ainda, na percepção de Ballestrin (2013), o pensamento decolonial é uma elaboração posterior ao “pensamento fronteiriço”, designado por Walter Mignolo. A construção dessas epistemologias é essencial, na medida que proporciona o “deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 38). Para Cruz (2017, p. 28):

O que os autores do pensamento descolonial sugerem é a necessidade de deslocamento dos lugares hegemônicos de enunciação (o norte global) para as periferias, para as margens, para os lugares subalternos de enunciação (o sul global). Descolonizar o saber, o pensamento, a ciência implica a construção de epistemologias outras que estejam vinculadas às experiências, às dores e aos sofrimentos dos grupos, lugares que são vítimas do processo colonial.

Essas epistemologias outras que comportam o deslocamento dos lugares hegemônicos de enunciação são de extrema necessidade para a construção de outras bibliotecas que não sejam as coloniais, mas sim “bibliotecas descoloniais” (CRUZ, 2017). Conforme expressa Mignolo (2003, p. 323), o caminho para o futuro é e continuará a ser através da linha epistêmica, ou seja, “a oferta do pensamento descolonial como a opção dada pelas comunidades que foram privadas de suas “almas” e que revelam ao seu modo de pensar e de saber”.

Aliás, como afirma Porto-Gonçalves (2005, p.3), apesar dos europeus imporem “seu capitalismo em toda parte, isso não quer dizer que sua episteme dê conta de toda a complexidade

das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar e região do mundo nesse encontro”.

Assim sendo, a trans-modernidade, a desobediência epistêmica, entre outros conceitos, teorias e pensamentos apresentados aqui são estratégias que somam a um movimento para a decolonização das ciências sociais, principalmente no que diz respeito a América Latina. Ou melhor, para Ballestrin (2013, p. 109) “as vozes do M/C acabam somando-se a um movimento mundial em curso de refundação e descolonização epistemológica”.

Conforme declarado inicialmente nesse capítulo, o pensamento decolonial se refere a um movimento de resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política, à lógica da Modernidade/Colonialidade. E é nesse seguimento que o Grupo M/C incorporou a categoria “decolonialidade” como terceiro elemento da “modernidade/colonialidade”.

Pensando que o par modernidade/colonialidade é uma categoria analítica da matriz colonial de poder, “la categoría decolonialidad amplía el marco y los objetivos del proyecto. No obstante, la conceptualización misma de la colonialidad como constitutiva de la modernidad es ya el pensamiento decolonial en marcha” (MIGNOLO, 2007, p. 26). Por sua vez, a decolonialidade é então:

La energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad, ni se cree los cuentos de hadas de la retórica de la modernidad. Si la decolonialidad tiene una variada gama de manifestaciones —algunas no deseables, como las que hoy Washington describe como “terroristas”—, el pensamiento decolonial es, entonces, el pensamiento que se desprende y se abre (de ahí “desprendimiento y apertura” en el título de este trabajo), encubierto por la racionalidad moderna, montado y encerrado en las categorías del griego y del latín y de las seis lenguas imperiales europeas modernas.

Diante o exposto, a decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade. Essa categoria também é utilizada no sentido de “giro decolonial” termo cunhado pelo filósofo Nelson Maldonado-Torres (GROSFOGUEL, 2007, p. 9). Nos termos de Mignolo (2007, p. 29), o giro decolonial é:

La apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder).

Entretanto, cabe ressaltar que o pensamento decolonial não se restringe ao debate contemporâneo do “giro decolonial”, ele possui uma longa trajetória histórica, pois desde o

colonialismo e sua herança houve lutas concretas e formulações de pensamento no qual obtinham como horizonte a superação do colonialismo e da colonialidade (CRUZ, 2017).

Outro aspecto relevante a se mencionar é que durante o levantamento das pesquisas do presente estudo em torno do pensamento decolonial, percebeu-se a utilização tanto do termo decolonial quanto do termo descolonial (com e sem o “s”). Desta forma, buscando compreender se esses termos são sinônimos ou se possuem distinções, fez-se algumas análises.

De acordo com Margutti (2018, p. 235), ao menos no Brasil, a questão de saber qual seria a escrita correta ainda não está decidida, ocorrendo posições favoráveis às duas grafias. Para ele, esse debate ocorre devido a tradução do termo para o português e o espanhol. Em sua explicação:

Os primeiros trabalhos sobre o assunto foram escritos em inglês, de modo que a expressão usada foi decolonial. As primeiras traduções desses trabalhos para o português e o espanhol utilizaram a mesma grafia. Acontece que, do ponto de vista tanto da ortografia portuguesa como da espanhola, a forma correta seria descolonial, uma vez que o prefixo de sem o s está mais de acordo com a ortografia inglesa e constitui um anglicismo. Alguns autores dizem que o uso de decolonial constitui um galicismo, talvez porque a origem primeira da palavra parece ter vindo do francês *décolonial*. Mas, tendo em vista que o termo foi usado inicialmente em inglês para designar a nova teoria que surgiu nos EUA, o mais correto seria usar anglicismo.

Nesse contexto, têm os autores que abordam o termo decolonial e têm os autores que utilizam o termo descolonial. Ainda, como cita Margutti (2018), este último termo, defendido por ele e também mencionado pelo mesmo, é utilizado em menor número, ou seja, a designação decolonial, por sua vez, acaba sendo mais trabalhada.

Defendendo o termo descolonial, Margutti (2018, p. 236), justifica a utilização deste, com o prefixo “s”, a dois fatores:

Em primeiro lugar, o fato de decolonial ser um anglicismo sugere que seu uso em português decorreu de uma tradução colonizada, que desrespeita a nossa grafia em benefício de uma grafia estrangeira. Nessa perspectiva, o uso de decolonial como se fosse um neologismo e não um anglicismo tem o grande inconveniente de sugerir que, mesmo quando queremos exercer o pensamento descolonial, ainda estamos praticando uma forma colonizada de pensar. Ora, esse paradoxo deveria ser evitado a todo custo. Em segundo lugar, não vemos um perigo real de confusão entre descolonial e descolonização. O primeiro termo denota uma atividade crítica constante contra a colonialidade que nos afeta até os dias de hoje, que dificilmente será identificada com o processo histórico de descolonização que ocorreu no séc. XX. Além disso, contra Colaço e Damázio, podemos ver claramente que descolonial também denota alguma forma de descolonizar, embora esse último termo não seja tomado em seu sentido clássico.

Conforme o autor acima cita, Colaço e Damázio (2012) defendem a designação decolonial sem o prefixo “s”, por evidenciar uma diferença com o significado de descolonizar no sentido clássico. Sendo assim, tais autoras entendem que a intenção não é desfazer, reverter ou superar o momento colonial a favor do momento pós-colonial, mas sim provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. Desta forma, o termo decolonial representaria uma luta contínua.

No entanto, mediante explicação de Ballestrin (2013), a utilização da expressão “decolonização” - com ou sem hífen - e não “descolonização” foi sugerida por Catherine Walsh. A supressão da letra “s” representaria a identidade do coletivo M/C, marcando a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria.

Além disso, a professora Luciana Maria de Aragão Ballestrin, autora mencionada no parágrafo anterior, também defende o uso do termo decolonial, ao conceder uma entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU on-line – afirmando que a expressão decolonial não pode ser confundida com descolonização, uma vez que a descolonização indica uma superação do colonialismo e a ideia de decolonialidade propõe exatamente o contrário, procurando transcender a colonialidade⁸.

Quando se fala sobre a descolonização via libertação nacional da Guerra Fria, essa se refere às colônias que conseguiram recuperar sua independência. Nas palavras de Mignolo (2007, p. 27), “Un tercer momento ocurrió en la intersección de los movimientos de descolonización en Asia y África, concurrentes con la guerra fría y el liderazgo ascendente de Estados Unidos”.

A esse terceiro momento de descolonização na Ásia e África, também podemos mencionar a Conferência de Bandung ou Conferência Afro-Asiática⁹, realizada na Indonésia, no ano de 1955, período da Guerra Fria. Tal Conferência reuniu 29 delegações asiáticas e africanas do denominado Terceiro Mundo e tinha como objetivo incentivar uma cooperação econômica e cultural em relação a esses continentes, além de promover medidas em relação às atitudes neocolonialistas das duas grandes potências da época (Estados Unidos e União Soviética), assim como de outras nações influentes que também exerciam o imperialismo.

⁸ Ver “Para transcender a colonialidade”, entrevista com a prof^a Luciana Ballestrin (2013).

⁹ Para entender mais ler “O Prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)” de Pereira; Medeiros (2015).

Assim como Mignolo (2007) designou o terceiro momento da descolonização, Castro-Gomez e Grosfoguel (2007, p. 17) vão argumentar sobre a primeira e a segunda descolonização, para os autores:

La primera descolonización (iniciada en el siglo XIX por las colonias españolas y seguida en el XX por las colonias inglesas y francesas) fue incompleta, ya que se limitó a la independencia jurídico-política de las periferias. En cambio, la segunda descolonización —a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad— tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas. Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político.

Mediante o excerto, os autores consideram que a descolonização ocorrida no século XIX e XX foi incompleta na medida que se limitou somente a independência jurídico-política, para tanto, somente a descolonização com suas múltiplas relações: raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero será capaz de romper com a colonialidade de poder. Aliás, para os autores, se a noção de colonialidade de poder ainda persiste é porque o mundo não foi completamente descolonizado.

Através desse argumento e por uma busca simples de definição no dicionário, o significado da palavra descolonização será compreendida como um processo de independência política, econômica e cultural de um território por não ser mais uma colônia. Todavia, conforme apresentado anteriormente, existe uma diferença entre colonialismo e colonialidade. Portanto, o fim do colonialismo não significou necessariamente o fim da colonialidade.

Desse modo, a descolonização significa a superação do colonialismo, entretanto a ideia de decolonialidade procura transcender a colonialidade, herança do colonialismo e que até hoje dão forma e conteúdo as sociedades atuais. Ainda, em relação a descolonização, Mignolo (2007, p. 27) argumenta:

Desde el fin de la guerra fría entre Estados Unidos y la Unión Soviética, el pensamiento decolonial comienza a trazar su propia genealogía. (...) En este sentido, el pensamiento decolonial se diferencia de la teoría poscolonial o de los estudios poscoloniales en que la genealogía de estos se localiza en el postestructuralismo francés más que en la densa historia del pensamiento planetario decolonial.

Diante o exposto, Ballestrin (2013, p. 108) comenta que a descolonização basicamente é um “diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo” envolvendo a colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e do gênero.

Nesse mesmo seguimento, para Ballestrin (2013, p. 108) ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, “o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente. O mesmo se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da construção teórica do grupo”.

Por conseguinte, diante as argumentações apresentadas acho mais válido utilizar nessa dissertação o termo decolonial, pelos mesmos motivos mencionados anteriormente por Colaço e Damázio (2012), pela professora Luciana Ballestrin (2013) e, principalmente, pelos ideais e ideias defendidas pelos autores do Grupo Modernidade/Colonialidade. Portanto, considero que a utilização da expressão decolonial sem o prefixo “s” ultrapassa uma tradução colonizada, como defende Margutti (2018).

Como afirma Mignolo (2008), a opção decolonial significa, entre outras coisas, “aprender a desaprender” para construir “paradigmas outros” que não sejam aqueles programados pela razão imperial/colonial.

Na concepção do mesmo autor, a opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Nesse sentido é importante ressaltar que o pensamento decolonial não pretende negar/romper com o pensamento oriundo da Europa e dos Estados Unidos, mas sim transcender uma verdade absoluta dita “universal”, por meio da incorporação de outras matrizes de pensamento.

Em complemento com os termos de Oliveira (2016), no pensamento decolonial não se trata de destruir os pensadores europeus, as correntes historiográficas e sociológicas oriundas do Norte e que, por sua vez, auxiliaram em nosso crescimento enquanto intelectuais. Para além disso, a proposta é respeitar e dar lugar às diferenças para construir o saber de forma não-hierarquizada.

Na opinião da mesma autora citada no parágrafo anterior:

O olhar não está meramente voltado para o desprezar daquilo que os pensadores europeus, com toda sua carga ilustrada, desenvolveram, pois também, por essa carga somos constituídos. Porém, não somos só matéria iluminista: nossos campos de conhecimento são heterogêneos, nossos povos são detentores de culturas pluralizadas. Se a nossa elite, seja ela intelectual ou econômica, buscou seu refúgio nas tradições européias – modernas ou pós-modernas – fica claro que, durante muito tempo, a sabedoria e a forma de produzir conhecimento dos indivíduos subalternos foi desprezada. Não obstante, essa produção nunca deixou de existir mesmo que de forma silenciosa e trabalhada nas fronteiras de pensamento (OLIVEIRA, 2016, p.02).

Para tanto, o propósito não é desmerecer a contribuição dos intelectuais que colaboraram para a construção das ciências sociais e/ou da ciência como um todo. Na maestria de seus argumentos, Ballestrin (2013, p. 108) afirma que o processo de decolonização “não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global”.

O pensamento decolonial questiona “o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais” na América Latina (BALLESTRIN, 2013, p. 109). Os questionamentos procedem no modelo “Europa/Euro-norte América” a ser imitado para “alcançá-los” (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

No entanto, tais críticas não buscam invalidar/negar/ignorar os conhecimentos já institucionalizados para que os “paradigmas outros” propostos por essa perspectiva sejam validados, ou melhor, para a construção de epistemologias outras não se torna obrigatório a exclusão das já existentes. Como afirma Porto-Gonçalves (2017, p. 38):

(...) não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propomos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo (1) que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema-mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, sejam de afirmação da ordem, sejam de perspectivas emancipatórias.

No que diz respeito às perspectivas contraditórias que o autor menciona no excerto, essas se referem, por exemplo, ao liberalismo e ao marxismo, ambas nascidas na Europa, porém distintas, ou seja, não são a mesma coisa. Contudo, o argumento é que mesmo com suas distinções essas se relacionam com a colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Para Ballestrin (2013) uma das estratégias do pensamento decolonial consiste em revisar o que é considerado clássico, uma vez que tal pensamento fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana em diálogo com a produção de conhecimento.

Desse modo, para não restar dúvidas, em nenhum momento o pensamento decolonial se propõe a destruir correntes historiográficas, sociológicas e pensadores europeus e/ou rejeitar a criação humana realizada pelo Norte global. Na visão de Ballestrin (2013), o pensamento decolonial pode ser compreendido como contraponto e resposta no qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica.

Posto isso, mais uma vez cabe ressaltar que a perspectiva decolonial busca construir caminhos para des-construir a ideia de colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e

do gênero hegemônicos enraizados na América Latina. Agora, ela quer ser interlocutora na produção de teorias advindas das margens, sobretudo, a partir da intensificação das relações entre pesquisadores do eixo Sul-Sul (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014).

Na concepção de Mignolo (2008), o movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do Sul apresentou crescimento nos últimos anos em diversas áreas e universidades do mundo. Pensando sobre isso, o próximo capítulo buscou investigar como o pensamento decolonial vem sendo trabalhado no âmbito acadêmico no Brasil.

Portanto, após a apresentação sobre o que é o pensamento decolonial e a realização de um histórico mais aprofundado sobre tal perspectiva, buscou-se analisar, em especial, a relação do pensamento decolonial com a ciência geográfica. Todavia, também incluiu outras ciências durante essa investigação, mostrando que o argumento de Mignolo (2008) se confirma no caso brasileiro, entre outras características que serão detalhadas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO DECOLONIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: UM LEVANTAMENTO A PARTIR DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

3.1. As perspectivas decolonial e descolonial nas Teses e Dissertações produzidas no Brasil

De acordo com as argumentações construídas ao longo da dissertação, no campo da produção científica é notória a centralidade do eurocentrismo como linha mestra que orienta o saber na modernidade e conduz a compreensão do mundo ocidental. Consequentemente, ao se constituir como uma narrativa científica dominante, temos a extinção de diversas formas de conhecer e de viver, como as dos povos colonizados, por exemplo. É nesse sentido que o pensamento decolonial se manifesta, para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva imperialista de construção do conhecimento histórico e social.

Essa nova perspectiva epistemológica, ética e política de compreender a história dos colonizados ganha destaque no momento atual, porém, não nasceu agora, é resultado de um longo processo, fruto da conjugação de muitas formas de pensar e de agir contra o legado do colonialismo nos últimos cinco séculos (CRUZ, 2017, p.24).

Compreendendo que a herança colonial se manifesta até os dias atuais na forma como produzimos conhecimento, percebemos que quando se trata especificamente da ciência geográfica, esse cenário não muda. Aliás, todas as ciências modernas são afetadas de alguma forma pela herança eurocêntrica, na medida em que seus métodos, teorias e conceitos são perpassados pela visão eurocêntrica.

Em busca de superar a face do legado colonial, na década de 1990 houve um esforço conjunto de intelectuais que iniciaram uma crítica ainda mais radical e contundente a herança eurocêntrica presente nas sociedades latino-americanas, seja na forma das relações de poder, na maneira de produção do conhecimento ou na produção da sociabilidades e subjetividades cotidianas (CRUZ, 2017).

Nesse sentido, pode-se dizer que é a partir do século XX que se passa a experimentar a produção de conhecimentos em outras bases epistemológicas no mundo ocidental, quando se constroem outros saberes que ultrapassam a hegemonia do eurocentrismo. Desta maneira, outras formas de pensar vêm sendo denominadas com algumas variações de: pensamento decolonial, estudos subalternos, teoria anticolonial e pós-colonial. Essas, por sua vez, iniciam-se em várias partes do mundo, a partir de pesquisas, publicações, debates, palestras e etc.

Em decorrência dos objetivos centrais da presente pesquisa, não foi realizada nesta dissertação a diferenciação minuciosa de todas as variações citadas acima, visto que nosso foco de análise recai sobre a abordagem decolonial, já debatida no capítulo anterior. No entanto, é importante ressaltar que existem outras perspectivas ou vertentes que questionam a hegemonia do pensamento centrado na matriz eurocêntrica.

Diante disso, buscando analisar como o pensamento decolonial está sendo abordado no âmbito acadêmico no Brasil, efetuou-se um recorte na produção científica gerada pela pós-graduação brasileira.

No entanto, cabe destacar que, conforme mencionado no capítulo 2, na afirmação de Margutti (2018), ao menos no Brasil ocorre um embate em utilizar o termo decolonial ou descolonial, devido ao termo utilizado sem a preposição “s” estar associada a uma tradução colonizada, tendo posições favoráveis às duas grafias. Ainda, nas palavras de Arias et al (2012, p. 10):

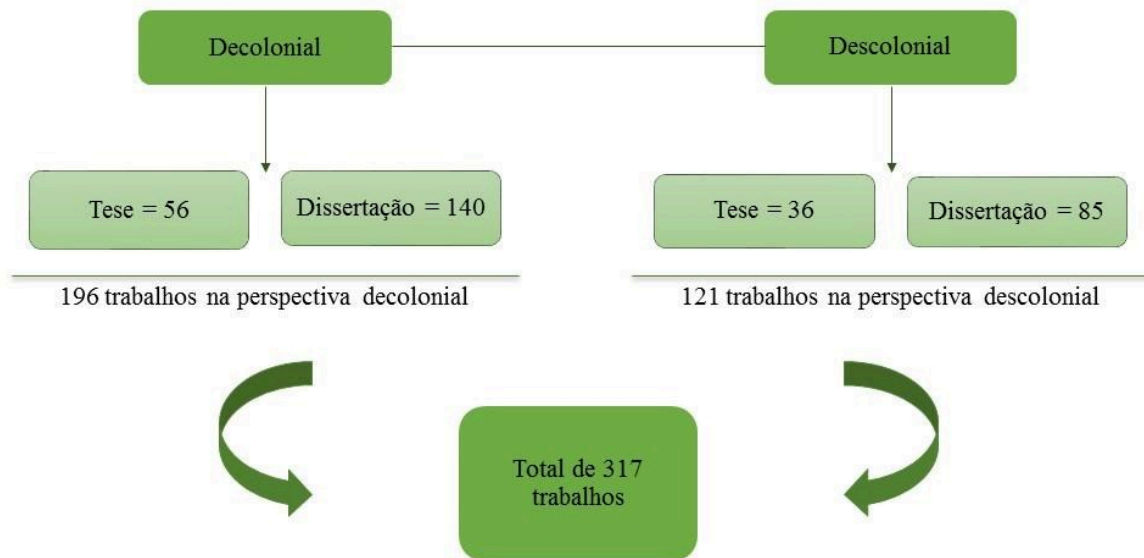
No existe un acuerdo total sobre la categoría de decolonial / descolonial, ambas formas morfológicas refieren en general la disolución de las estructuras de dominación y explotación configuradas por la colonialidad y al desmantelamiento de sus principales dispositivos. Aníbal Quijano entre otros prefiere hacer referencia a la descolonialidad, mientras que la mayoría de los autores utilizan la idea de decolonialidad (...).

Mediante as declarações acima e considerando que ambos os termos estão intimamente ligados à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos, considerou-se às duas perspectivas para a realização do levantamento de dados para a análise bibliométrica.

Assim sendo, realizou-se uma análise bibliométrica em teses e dissertações nas quais a perspectiva decolonial e descolonial foram trabalhadas no país. A partir das informações disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme detalhado no item “Caminhos da Pesquisa” desta dissertação.

Nesse seguimento, em um apanhado das duas perspectivas analisadas somaram-se um total de 317 trabalhos entre Teses e Dissertações, sendo 225 Dissertações e 92 Teses. Esses valores podem ser melhor visualizados na (Figura 6).

Figura 6: Distribuição de Teses e Dissertações entre a perspectiva decolonial e descolonial

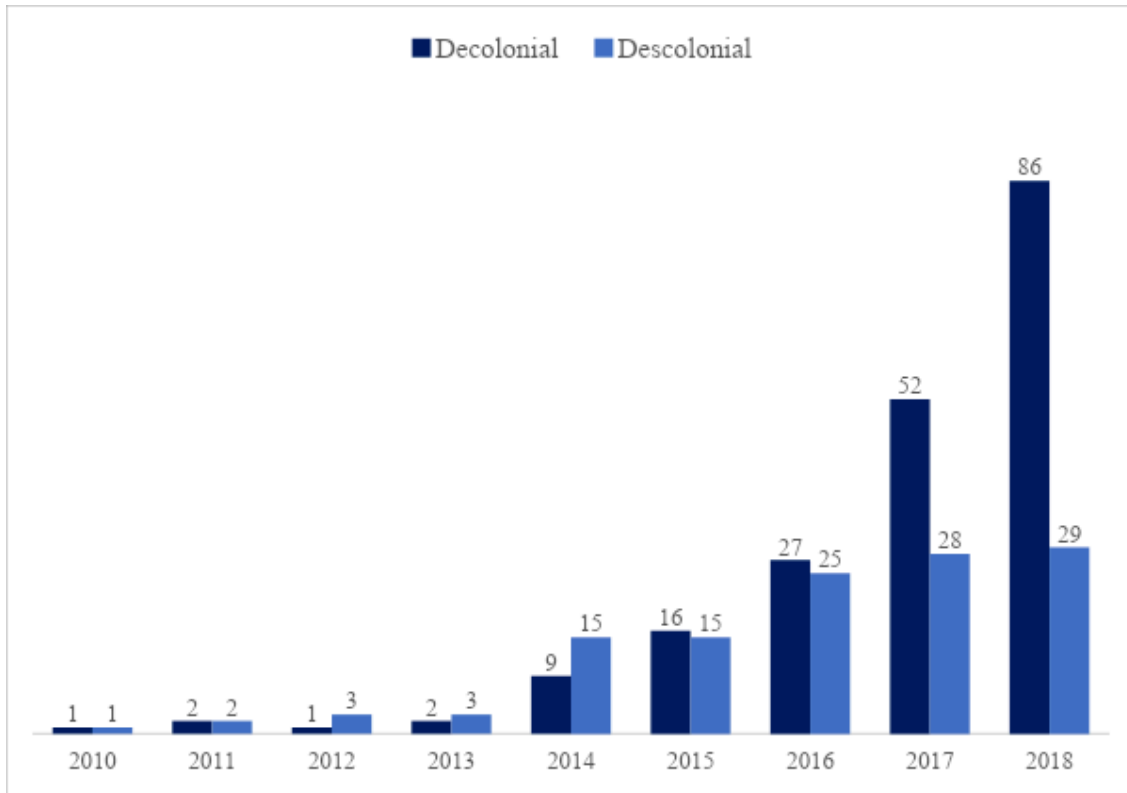


Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Por conseguinte, a análise se iniciou pela distribuição do número de trabalhos por ano de defesa (Gráfico 1). Cabe salientar que o recorte temporal se deu em função dos anos que se encontrou trabalhos sobre a temática disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, esses por sua vez são de 2010 a 2019. Isso significa que teses e dissertações na perspectiva decolonial e descolonial não tinham sido defendidas ainda no Brasil antes de 2010.

Logo, o recorte da análise da presente pesquisa permaneceu entre os anos de 2010 a 2018, pelo fato de que até o momento da finalização da pesquisa a disponibilização das obras de 2019 na plataforma da CAPES não estava completa, sendo que a consideração desse ano geraria um resultado parcial da análise.

Gráfico 1: Teses e Dissertações defendidas ao longo dos anos de 2010 a 2018 pela perspectiva decolonial e descolonial



Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Conforme demonstra o (Gráfico 1) e de acordo com o exposto anteriormente, a temática com a perspectiva decolonial e descolonial passou a ser inserida no âmbito acadêmico brasileiro recentemente, não completando ainda nem uma década de estudos. Vale ressaltar que o objetivo principal da análise foram os trabalhos de pós-graduação, no entanto, tal temática também é abordada em outros níveis de pesquisas, tais como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), artigos científicos, palestras e etc., porém seu estudo foge do escopo desta dissertação.

Realizados os esclarecimentos, pode-se notar que o crescimento no número de Teses e Dissertações com a temática decolonial e descolonial em escala nacional passou a se impulsionar há pouco tempo, tendo um valor mais expressivo a partir do ano de 2014 com 9 e 15 trabalhos, respectivamente, tendo seu ápice em 2018, com 86 trabalhos na perspectiva decolonial e 29 trabalhos na perspectiva descolonial.

Assim sendo, o ano de 2017 e o ano de 2018 compreendem os anos em que mais se defenderam trabalhos referentes a perspectiva decolonial e descolonial entre Teses e Dissertações.

No que tange às diferentes áreas de conhecimento nas quais foram encontrados trabalhos com a temática decolonial e descolonial se contabiliza 27 e 26 áreas, respectivamente. Cabe

salientar que algumas áreas apresentam trabalhos tanto na perspectiva decolonial quanto na descolonial, porém isso não implica em que todas as áreas sejam iguais para ambas as perspectivas, conforme demonstra o (Quadro 2).

Quadro 2: Áreas do Conhecimento que possuem dissertações e teses na perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018

<i>Áreas do Conhecimento</i>	
Decolonial	Descolonial
Administração	Administração
Antropologia	Antropologia
Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
Artes	Artes
Ciência Política	Ciência Política
Comunicação	Comunicação
Educação	Educação
Direito	Direito
Direito Constitucional	Direito Constitucional
Direito Público	Direito Público
Direitos Especiais	Direitos Especiais
Geografia	Geografia
História	História
Interdisciplinar	Interdisciplinar
Linguística	Linguística
Letras	Letras
Meio Ambiente e Agrárias	Meio Ambiente e Agrárias
Engenharia/Tecnologia/Gestão	Planejamento Urbano e Regional
Linguística Aplicada	Psicologia
Literatura Brasileira	Saúde e Biológicas
Literatura Comparada	Saúde Pública
História do Brasil	Serviço Social
Ensino de Ciências e Matemática	Sociais e Humanidades
Dança	Sociologia
Educação em Periferias Urbanas	Sociologia do Desenvolvimento
Filosofia	Desenho Industrial
Ciências Ambientais	

Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

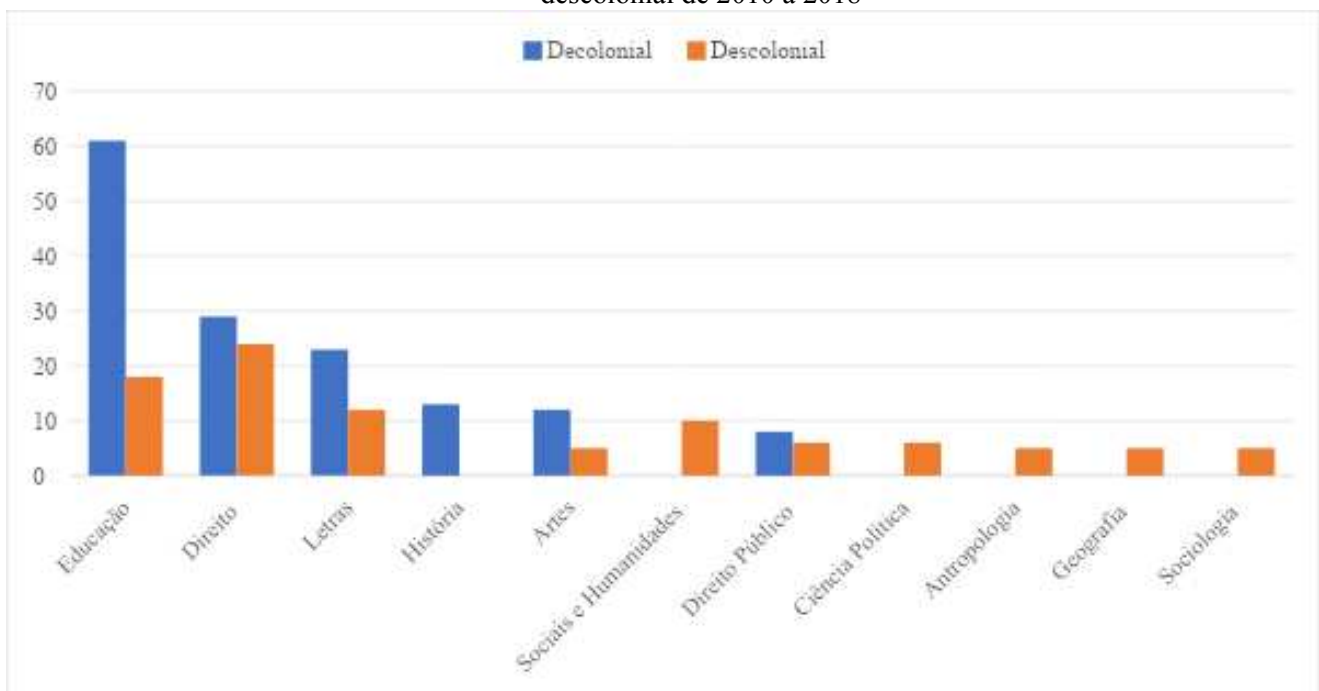
Sendo assim, no que tange às áreas do conhecimento, tanto na perspectiva decolonial, quanto na perspectiva descolonial, percebemos que as áreas apresentadas no (Gráfico 2) são as que mais possuem trabalhos com essas temáticas.

Cabe mencionar que para a realização do cálculo de áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos entre Teses e Dissertações na perspectiva decolonial e descolonial utilizou-se da média, logo, no que diz respeito a abordagem decolonial a média foi 8, ou seja, a

área do conhecimento que apresenta 8 ou mais trabalhos estão acima da média e, por sua vez, foram consideradas as áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos referentes à perspectiva decolonial nos anos estudados.

Esse mesmo procedimento foi aplicado também para a perspectiva descolonial que, conseqüentemente, teve sua média 5, ou seja, a área do conhecimento que apresenta 5 ou mais trabalhos estão acima da média, tornando-se as áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos em relação a abordagem descolonial.

Gráfico 2: Áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

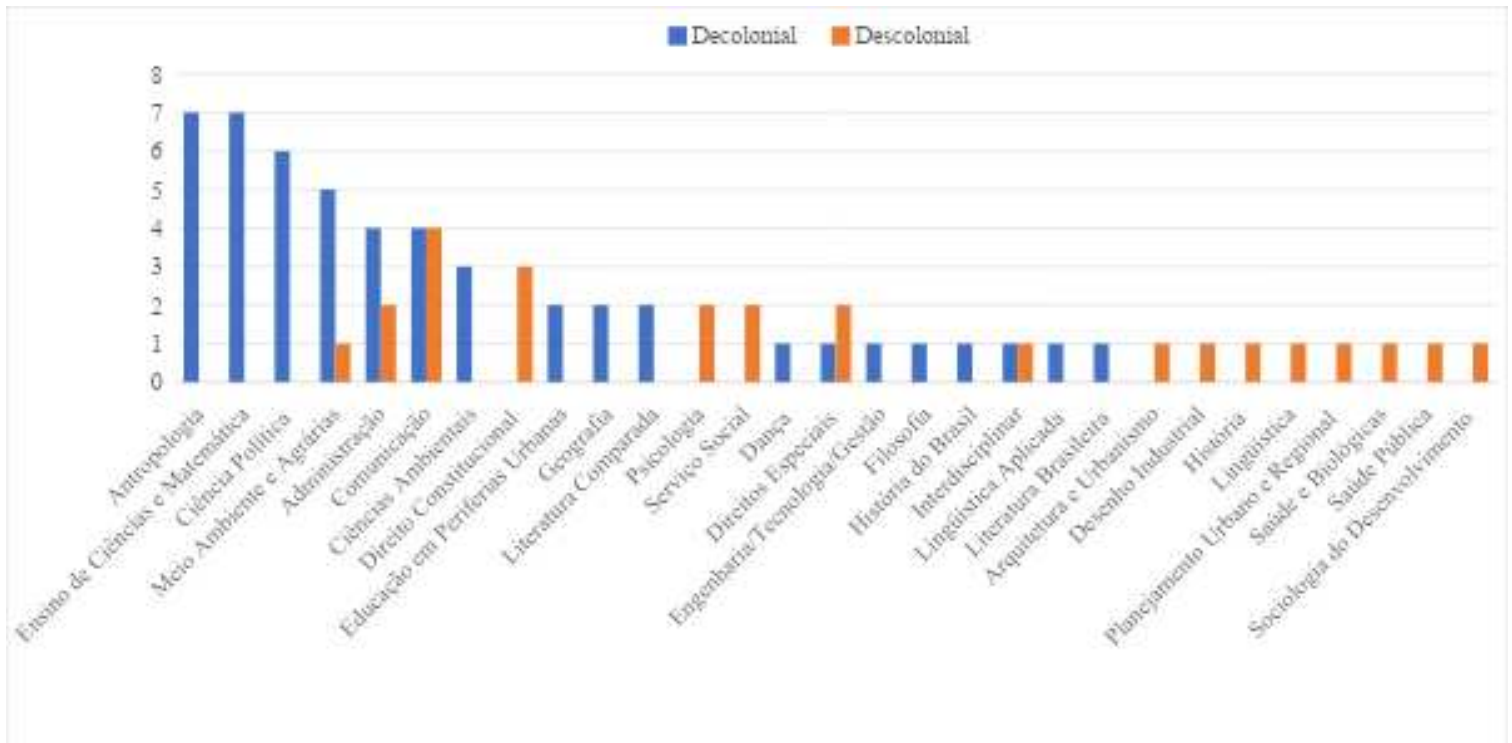
De acordo com o Gráfico 2, dentre a abordagem decolonial as áreas do conhecimento que mais apresentam Teses e Dissertações nessa perspectiva são: Educação (61); Direito (29); Letras (23); História (13); Artes (12) e Direito Público (8). No que diz respeito a perspectiva descolonial, as áreas do conhecimento que mais abordam trabalhos referentes a essa temática são: Direito (24); Educação (18); Letras (12); Sociais e Humanidades (10); Direito Público (6); Ciência Política (6); Antropologia (5); Artes (5); Geografia (5) e; Sociologia (5).

Assim, como é possível observar, não necessariamente as áreas do conhecimento que mais abordam trabalhos entre Teses e Dissertações se repetem de forma igual para ambas as perspectivas, contudo, muitas vezes tais áreas se assemelham. Logo, pode-se dizer que tanto na

abordagem decolonial quanto na abordagem descolonial as áreas do conhecimento que mais trabalham essa temática são parecidas.

Em contrapartida, dentre as áreas do conhecimento que menos apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial (Gráfico 3) nas pesquisas de pós-graduação estão:

Gráfico 3: Áreas do conhecimento que menos apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Por conseguinte, assim como utilizado o cálculo da média para identificar as áreas do conhecimento que mais apresentam trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial, tal cálculo também pautou a análise das áreas do conhecimento que menos apresentam trabalhos em relação a abordagem decolonial e descolonial.

Para tanto, os números inferiores a 8 para a perspectiva decolonial e os números inferiores a 5 para a perspectiva descolonial significam que estão abaixo da média, consequentemente, são as áreas do conhecimento que menos apresentam pesquisas de pós-graduação no Brasil em relação as temáticas abordadas.

Novamente é possível analisar que não obrigatoriamente as áreas do conhecimento que menos abordam trabalhos se repetem de forma igual para ambas as perspectivas. Diferentemente das áreas do conhecimento que mais abordam as perspectivas analisadas, que

apresentam mais semelhanças entre ambas as perspectivas, indicando a consolidação de uma tendência, as áreas do conhecimento que menos abordam se destoam mais. Por exemplo, apenas as áreas de Meio Ambiente e Agrárias, Administração, Comunicação, Direitos Especiais e Interdisciplinar se apresentam em ambos os pensamentos, o restante não.

Desta forma, dentre as 11 áreas que mais apresentam trabalhos nas perspectivas analisadas, 5 áreas se repetem tanto na abordagem decolonial quanto na descolonial, dessa maneira pode-se concluir que entre ambas as perspectivas as áreas que mais vem trabalhando tais temáticas são: Educação, Direito e Letras. Já das 29 áreas que menos apresentam trabalhos nas perspectivas analisadas, apenas 5 se repetem tanto na abordagem decolonial quanto na descolonial.

Ou seja, dentre as áreas do conhecimento disponibilizadas e contidas na CAPES ao abordarem as perspectivas decolonial e descolonial não necessariamente tais áreas são as mesmas para ambos os pensamentos, resultando em uma variedade de áreas do conhecimento que, por sua vez, apresentam, de forma geral, um maior índice de pesquisas de pós-graduação nas ciências humanas.

No que se refere às instituições, foram encontradas 74 diferentes universidades que sediam os programas de pós-graduação em que foram defendidos trabalhos que abordam ambos os pontos de vista (decolonial e descolonial). Desta forma, pensando em destacar as principais instituições brasileiras com atuação em pesquisas sobre tais perspectivas realizou-se uma média e assim chegou-se ao que se explana na (Tabela 2).

Para melhor entendimento, a média se pautou no número total de trabalhos em cada perspectiva dividido pelo número de instituições encontradas nesse total de trabalhos por cada perspectiva. Sendo assim, a média para a abordagem decolonial foi de 3 trabalhos por instituição e para a abordagem descolonial foi de 2 trabalhos por instituição.

Portanto, as instituições que apresentaram um número de trabalhos igual ou maior a esse valor foram consideradas como as principais instituições nas quais se abordam tais temáticas. Vale reforçar que não houve separação entre Teses e Dissertações, por sua vez, o número de trabalhos para cada instituição incluem ambos os níveis de pesquisas.

Tabela 2: Principais instituições brasileiras com atuação em pesquisas sobre a temática decolonial e descolonial de 2010 a 2018

Nome das Instituições	Sigla das Instituições	Quantidade de Trabalhos (entre Teses e Dissertações) na Perspectiva Decolonial	Quantidade de Trabalhos (entre Teses e Dissertações) na Perspectiva Descolonial	Total de Trabalhos
<i>Universidade Federal de Santa Catarina</i>	UFSC	17	8	25
<i>Universidade de Brasília</i>	UnB	16	5	21
<i>Universidade Federal de Goiás</i>	UFG	14	3	17
<i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</i>	UERJ	9	8	17
<i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>	UFRGS	10	6	16
<i>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro</i>	UNIRIO	11	2	13
<i>Universidade Federal de Minas Gerais</i>	UFMG	9	4	13
<i>Universidade Federal Fluminense</i>	UFF		12	12
<i>Universidade Federal do Pará</i>	UFPA	8	3	11
<i>Universidade de São Paulo</i>	USP	6	5	11
<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro</i>	UFRJ	7	2	9
<i>Universidade Federal do Rio Grande</i>	FURG	6	2	8
<i>Universidade Federal de Pernambuco</i>	UFPE	4	4	8
<i>Universidade Federal do Paraná</i>	UFPR		7	7
<i>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</i>	UFMS		7	7

<i>Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</i>	PUC Minas	5	2	7
<i>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</i>	UFRRJ	5		5
<i>Universidade Federal da Integração Latino-Americana</i>	UNILA	3	2	5
<i>Universidade Federal da Bahia</i>	UFBA	4		4
<i>Universidade Federal de Pelotas</i>	UFPeL	4		4
<i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos</i>	UNISINOS		4	4
<i>Universidade Federal de Rondônia</i>	UNIR	3		3
<i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho</i>	UNESP		2	2
<i>Centro Universitário Ritter dos Reis</i>	UNIRITTER		2	2
<i>Universidade do Estado da Bahia</i>	UNEB		2	2
<i>Universidade Estácio de Sá</i>	UNESA		2	2

Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Em relação a (Tabela 2) nota-se que as principais instituições brasileiras que mais trabalham a temática decolonial e descolonial são na sua maioria Universidades públicas e majoritariamente Federais. Algumas dessas são consideradas como as Universidades mais consolidadas do país, tendo um papel extremamente significativo tanto nacionalmente quanto regionalmente no que diz respeito a excelência do ensino e da pesquisa.

Tal afirmação pode ser ancorada no Ranking Universitário da Folha - RUF 2019¹⁰, ao ranquear as melhores universidades brasileiras de 2019, dentre as 20 primeiras estão: USP (1º),

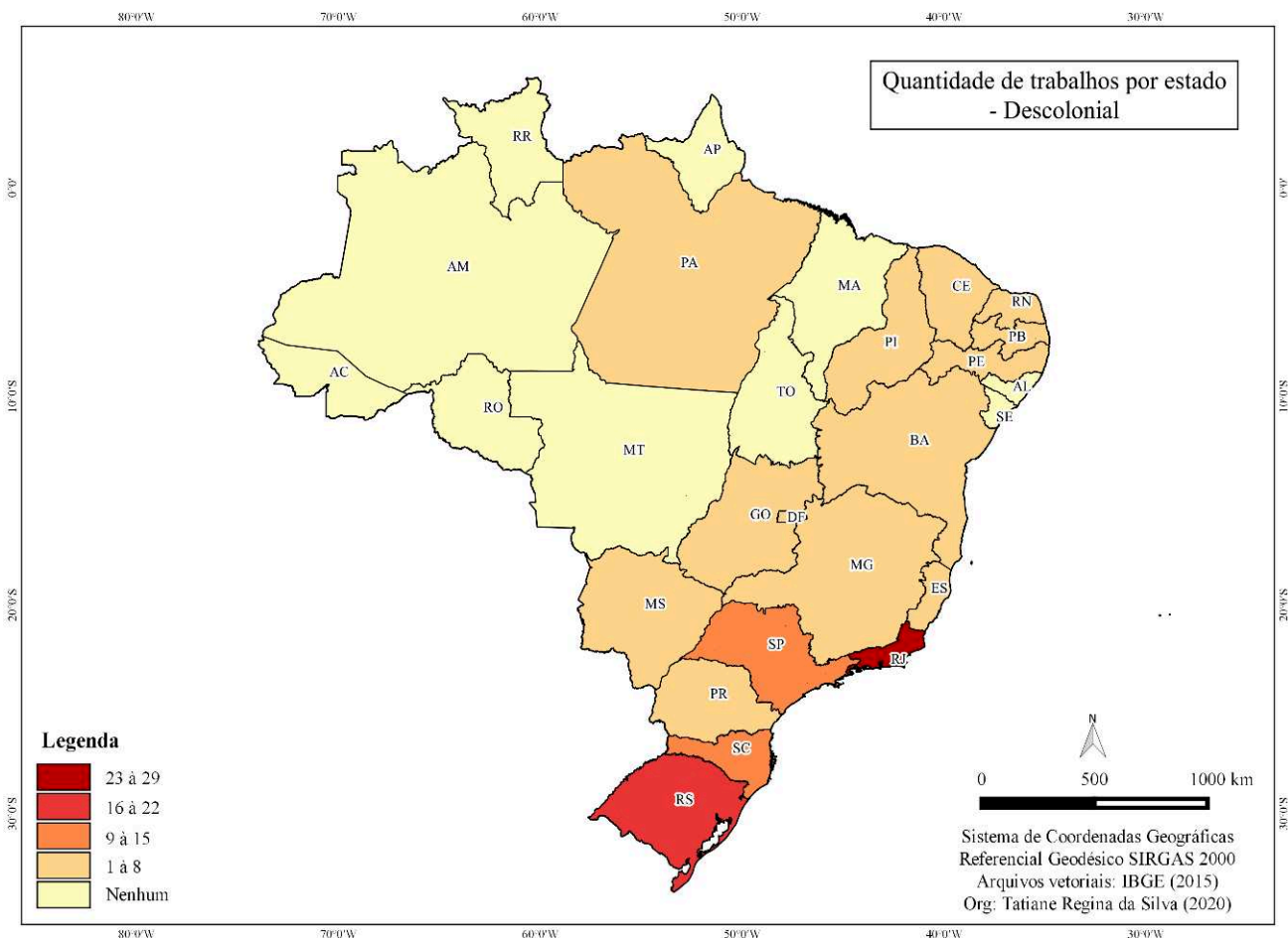
¹⁰ De acordo com Vianna et al (2017), o RUF é elaborado sob a responsabilidade do jornal brasileiro Folha de São Paulo, tendo por objetivo ranquear as 195 melhores universidades do país, sejam elas públicas ou privadas. Para

UFRJ (3°), UFMG (4°), UFRGS (5°), UNESP (6°), UFSC (7°), UFPR (8°), UFPE (10°), UERJ (13°), UFBA (14°), UFF (17°), UFG (20°). Essas, por sua vez, são algumas das instituições nas quais os pesquisadores abordam as perspectivas decolonial e descolonial nas pesquisas de pós-graduação no Brasil.

Além disso, observa-se que na sua grande maioria as mesmas Universidades estão trabalhando tanto com a abordagem decolonial quanto a descolonial no que tange as principais instituições que abordam tais temáticas, sendo um número menor as instituições que trabalham especificamente com uma dessas e não com as duas perspectivas.

No que diz respeito à distribuição das 74 instituições brasileiras nas quais se estudam ambos os pensamentos analisados, pode-se observar que o número de trabalhos entre Teses e Dissertações se espacializam da seguinte forma, de acordo com os (Mapas 1 e 2).

Mapa 1: Sedes das pesquisas na perspectiva descolonial de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).

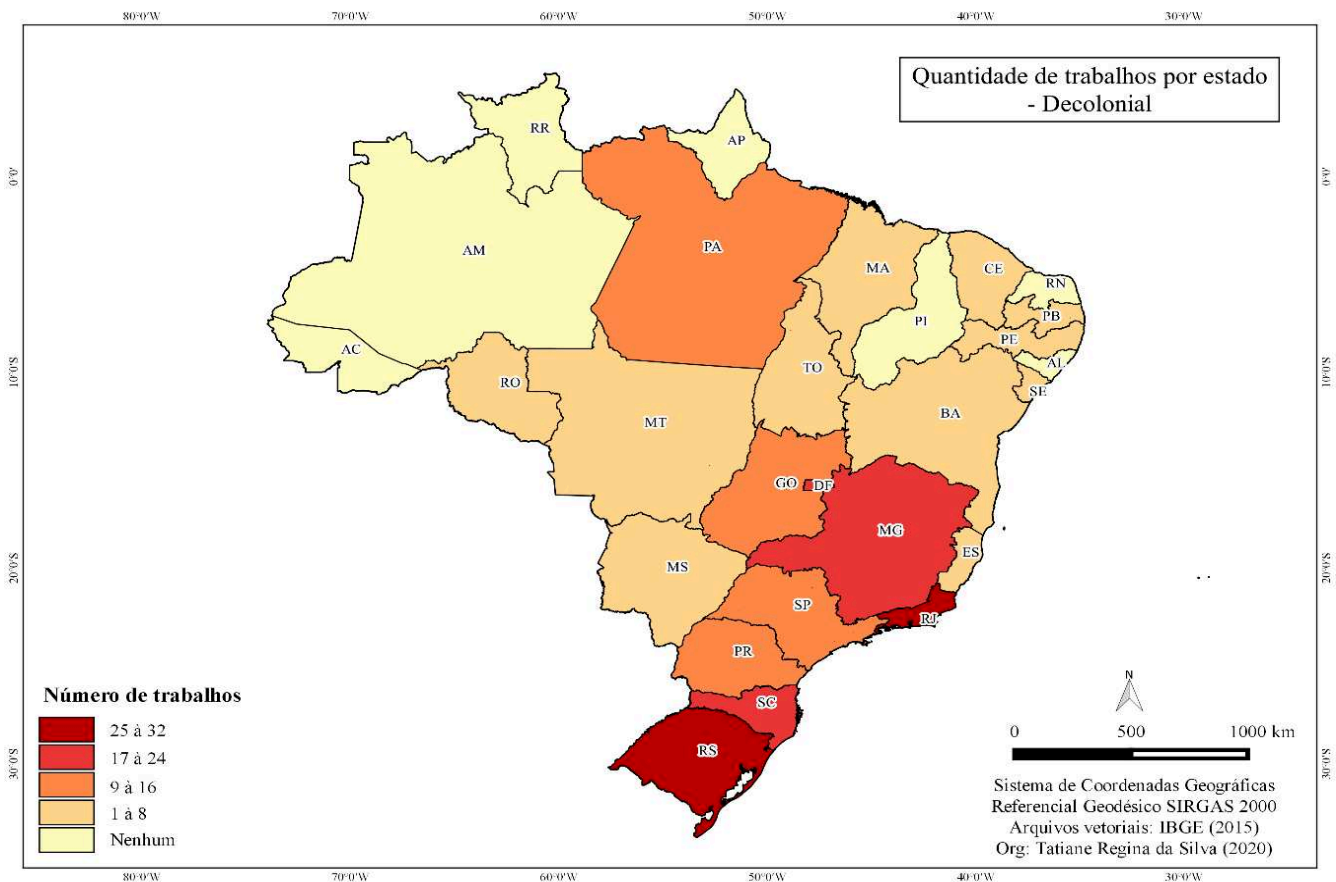
Elaboração: SILVA, J. V. F. (2020).

Org. (a): SILVA, T. R. (2020).

isso se pautam em 5 indicadores: Pesquisa científica; Qualidade do Ensino; Internacionalização; Mercado de trabalho e; Inovação.

Mediante as informações do Mapa 1, as pesquisas que abordam a perspectiva decolonial possuem uma maior abrangência nos Estados que se localizam na região Sul e Sudeste, com destaque, principalmente, para o Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Expressam um número mais baixo de Teses e Dissertações as regiões Centro-Oeste e Nordeste, sendo a região Norte a que menos apresenta trabalhos de pós-graduação nessa perspectiva.

Mapa 2: Sedes das pesquisas na perspectiva decolonial de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).
Elaboração: SILVA, J. V. F. (2020).
Org. (a): SILVA, T. R. (2020).

Em relação aos trabalhos que abarcam a perspectiva decolonial, percebe-se, novamente, que os Estados da região Sul e Sudeste predominam na quantidade de trabalhos nessa abordagem, com exceção do Distrito Federal, com realce para os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Os Estados do Pará, Goiás, São Paulo e Paraná também apresentam um número considerável de pesquisas nessa perspectiva.

Em linhas gerais, mais uma vez, a região Centro-Oeste e Nordeste expressam um número menor no que tange as Teses e Dissertações na perspectiva decolonial, sendo a região

Norte a que menos apresenta trabalhos de pós-graduação nesse pensamento. No entanto, comparando ambas as perspectivas analisadas, nota-se que o pensamento decolonial evidencia mais trabalhos em âmbito nacional e abrange um total de 20 Estados, ao contrário do pensamento descolonial que, de forma geral, apresenta menos trabalhos e contempla um total de 17 Estados. Tal reflexão nos faz chegar à afirmação de Margutti (2018), quando menciona que a designação decolonial acaba sendo mais trabalhada se comparada a designação descolonial, como debatido no capítulo anterior.

Tal espacialização com as sedes das pesquisas no Brasil elucidadas nos (Mapas 1 e 2) é possível de ser contraposta com a (Tabela 2), que contém as principais instituições brasileiras com atuação na temática decolonial e descolonial, tornando viável o comparativo das principais instituições que estão alocadas nesses Estados. Por exemplo, o Rio de Janeiro é o Estado que mais abrange pesquisas tanto na vertente decolonial quanto na descolonial, entre as instituições que estão alocadas nesse Estado podemos citar alguns exemplos como a: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e etc.

Quanto a concentração dessas perspectivas na região Sul e Sudeste, isso se explica na medida que concentra os maiores pólos de pesquisa e desenvolvimento do Brasil. Para Sidone; Haddad; Mena-Chalco (2016, p.17):

(...) o padrão regional da distribuição das publicações e dos pesquisadores é altamente concentrado na região Sudeste, com destaque às capitais dos estados. Como exemplo, a cidade de São Paulo concentra cerca de 20% da produção científica brasileira e cresceu 21 posições na lista das cidades de maior geração de conhecimento no mundo durante a última década. Por conta disso, passou a figurar dentre os 20 municípios que mais produziram ciência no mundo, destacando-se internacionalmente entre as cidades que mais apresentaram crescimento na produção científica recentemente.

Ainda, de acordo com os autores, em 2009, somente sete universidades localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país foram responsáveis por cerca de 60% dos trabalhos publicados em periódicos internacionais (SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016, p.17). Tal afirmação pode ser considerada importante uma vez que se torna um fator relevante na explicação do porquê da concentração das pesquisas decoloniais e descoloniais de pós-graduação se distribuírem principalmente em Estados das regiões Sul e Sudeste.

Na concepção de Cruz (2017) e em conformidade com esse autor, isso também se deve à geopolítica do conhecimento que:

(...) se reproduz em outras escalas e sustenta um imaginário moderno colonial a exemplo do que ocorre no Brasil, onde há claramente uma postura de

privilégio do Sudeste como região central de produção intelectual e artística deixando marginalizadas as produções intelectual e artística em regiões como Nordeste e Amazônia.

“No Brasil, há o nordestino, o sulista e o nortista, mas não há o sudestino, nem o centro-oeste. Afinal, o sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal”, conforme complementa as palavras de Porto-Gonçalves (2005, p. 3).

Um outro aspecto que se buscou investigar foram as principais temáticas abordadas nos trabalhos entre Teses e Dissertações em ambos os pontos de vista (decolonial e descolonial). Desta forma, a análise realizou-se a partir dos títulos, visto que o número total de trabalhos das duas perspectivas são grandes, mais especificamente 317 trabalhos. Assim, as principais palavras mais influentes foram representadas na nuvem de palavras (Figura 7) a seguir:

Figura 7: Nuvem das principais palavras mais frequentes nos títulos dos trabalhos analisados de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).

Org. (as): CARVALHO, D. C. C.; SILVA, T. R. (2019).

Na figura acima é possível visualizar as 100 palavras mais contidas nos títulos dos 317 trabalhos entre Teses e Dissertações que abordam ambas as perspectivas (decolonial e descolonial). Para facilitar a visualização utilizou-se de um ranking das 10 palavras mais abordadas e que podem ser visualizadas na (Tabela 3) a seguir:

Tabela 3: Principais palavras mais influentes nos títulos dos trabalhos

PALAVRA	QUANTIDADE
<i>EDUCAÇÃO</i>	51
<i>DECOLONIAL</i>	41
<i>BRASIL</i>	34
<i>DIREITO</i>	29
<i>INDÍGENAS</i>	29
<i>DESCOLONIAL</i>	25
<i>COLONIALIDADE</i>	23
<i>PERSPECTIVA</i>	22
<i>LATINO</i>	22
<i>CRÍTICA</i>	21

Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Nota-se a frequência de palavras para os termos “Decolonial” e “Descolonial”, que é a própria temática de estudo, para além disso pode-se observar que a palavra “Educação” é a que mais aparece nos títulos dos trabalhos. Pode-se vincular a esse fator, como visto anteriormente, a área de conhecimento da Educação ser uma das maiores a desenvolverem pesquisas nessas perspectivas no Brasil.

Ademais, ao analisar as palavras de uma forma geral, observa-se a presença de termos como: “Indígenas”, “Feminismo”, “Quilombola”, “Gênero”, “Racismo”, “Resistência”, “Identidade”, “Movimentos”, entre outros termos explanados acima. Logo, tal análise nos permite identificar de forma singela que tais abordagens buscam realizar uma crítica histórico-social às problemáticas que eram silenciadas ou consideradas resolvidas.

Quando se fala na questão de racismo e de raça, por exemplo, essa se refere como ponto estruturante da colonialidade do poder como padrão histórico, relações de poder que historicamente configuraram desigualdades, opressões, exclusão social e política no contexto brasileiro.

No momento em que se abordam questões indígenas e quilombolas, tais estudos buscam abarcar como esses grupos subalternizados vêm construindo práticas de re-existência fundadas em outras racionalidades, saberes, formas de viver e existir perante as políticas moderno-coloniais.

Ao utilizar a argumentação sobre feminismo, por exemplo, as vertentes decolonial e descolonial procuram romper com a construção de um pensamento feminista hegemônico que tem como característica a perspectiva branca, burguesa e eurocentrada. Nesse sentido, o feminismo decolonial e descolonial evidencia a história de exclusão das não-brancas nas lutas pela liberdade e igualdade da “mulher”. A mulher, neste caso, pensada como sujeita universal, levando em consideração as mulheres negras, indígenas, camponesas, latinas e etc. (MACHADO; COSTA; DUTRA; 2018).

Esses são alguns exemplos das abordagens que estão sendo abarcadas em ambas as perspectivas analisadas (decolonial e descolonial), contudo, de forma alguma, esses exemplos exprimem por inteiro as análises de cada pesquisa. Tais exemplos são para nortear algumas temáticas que estão sendo trabalhadas quando nos referimos a esses pensamentos.

Sendo assim, as palavras mais influentes nos títulos dos trabalhos fazem reforçar a ideia de que ambas as perspectivas se referem ao rompimento de dominação e exploração pelas estruturas de poder dita “universal” do Norte Global. Visando contemplar temáticas que antes eram excluídas e/ou esquecidas da nossa história enquanto um país colonizado, massacrado e em que ainda persiste a colonialidade do poder, do ser, do saber, da natureza e do gênero.

É preciso considerar todos os grupos e suas vozes ao contar a história de uma nação, pois uma história é plural, não universal. É fundamental abrir novos parágrafos para escrita da história do Brasil, se faz necessária a reflexão sobre novas formas de compreensão dos processos históricos excludentes. Em linhas gerais, é nesse contexto que ambas as perspectivas estão sendo abordadas nas pesquisas de pós-graduação no Brasil.

Nesse sentido, observando o levantamento de dados, as pesquisas analisadas e em concordância com Arias et al (2012, p.13):

(...) la expansión de los estudios decoloniales además de estar ligada al crecimiento de la producción teórica y sus derivados, ha estado caracterizada por la investigación histórica, sea ésta en el sentido de marco de procesos globales o en el estudio de casos situados local y regionalmente.

Em outras palavras, quando se trata da abordagem decolonial e descolonial nas pesquisas de pós-graduação no Brasil e não somente no Brasil, mas no movimento dessas perspectivas como um todo (como mencionam os autores acima), vão mais no sentido de expandir e revisar as indagações teóricas, na busca de uma renovação do pensamento crítico latino-americano, mais especificamente, no nosso caso, realidade brasileira.

Mediante a este quadro, as pesquisas nessas perspectivas estão vivendo um avanço da expansão teórica, o que é fundamental para a (des) construção de um novo conhecimento que

tenha mais a ver com as nossas especificidades e que possa se tornar um fio condutor das indagações. E, para além disso, um fio condutor que possa contribuir não somente para a crítica, mas também para a prática.

3.2. As perspectivas decolonial e descolonial na pós-graduação da Geografia brasileira

A partir dessa contextualização e, como dito anteriormente, todas as ciências modernas foram e são afetadas pela herança eurocêntrica e, mais atualmente, extremamente influenciadas pelo “alto geográfico” os intitulados povos do Norte. Assim sendo, quando se trata da ciência geográfica, em específico, esse cenário não é diferente.

O levantamento dos dados bibliométricos permitiu identificar no que tange a ciência geográfica um total de 7 trabalhos defendidos entre os anos de 2010 a 2018, sendo deste total 3 Teses e 4 Dissertações. Em relação as perspectivas decolonial e descolonial 5 trabalhos intitulam-se descolonial e 2 decolonial.

Outro aspecto relevante de se esclarecer é que um dos trabalhos defendidos no ano de 2010 (conforme disposto no Gráfico 1) foi referente a área de conhecimento de Geografia, com a Dissertação intitulada “Entre o fato e o artefato: a invenção do conceito de América Latina”, pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). Por conseguinte, um dos primeiros trabalhos de pós-graduação sobre essa temática a ser defendido no Brasil foi pela ciência geográfica, conforme dados disponibilizados pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Embora a ciência geográfica tenha sido pioneira na defesa de trabalhos de pós-graduação em relação as temáticas abordadas no Brasil, o seu desenvolvimento ao longo do tempo apresenta um crescimento muito sutil, se comparada com outras ciências, com apenas sete trabalhos entre o período de 2010 a 2018.

Se relembrarmos os (Gráficos 2 e 3), explanados em outro momento, podemos concluir que a área de conhecimento da Geografia vai aparecer tanto no gráfico que apresenta menos trabalhos sobre a perspectiva decolonial e descolonial, quanto no gráfico que mais apresentam trabalhos nessas perspectivas. Isso pode ser explicado pelo fato de se ter realizado uma média, logo tal cálculo nos revelará o mais considerável de forma geral, no entanto, não expressará exatamente o valor real.

Com isso, a média 5 no pensamento descolonial coincidiu com o número de trabalhos que se apresentam na Geografia em tal perspectiva, porém quando se refere a perspectiva decolonial ficou abaixo da média que é 8 por apresentar apenas 2 trabalhos nessa linhagem.

Feitos os esclarecimentos, isso justifica o fato da área de conhecimento da Geografia se apresentar em ambos os gráficos.

Contudo, pode-se argumentar que a ciência geográfica é uma das áreas que menos trabalha com tais perspectivas nas pesquisas de pós-graduação no Brasil. Principalmente se comparada a áreas como: Educação, Direito e Letras (áreas do conhecimento que mais abordam tais pensamentos em seus estudos). Assim como analisar que são apenas 7 trabalhos (incluindo ambos os pontos de vista) ao longo de 9 anos (2010 a 2018), não contabilizando nem 1 trabalho por ano.

Conforme demonstram os dados analisados, a perspectiva descolonial se sobressai em relação a perspectiva decolonial quando observado em específico na ciência geográfica. No entanto, o objetivo do presente trabalho foi realizar esse comparativo entre ambas as perspectivas, além do mais, apesar das suas grafias distintas, ambas as abordagens se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração pela colonialidade do poder, do ser, do saber, da natureza e do gênero.

Portanto, aqui nessa dissertação mais importante que discutir qual o melhor termo a se utilizar é entender sua essência, apesar de já ter deixado claro, no capítulo 2, a minha preferência pelo uso do termo decolonial sem o prefixo “s”. Entretanto, cabe mencionar que seria interessante o Grupo Modernidade/Colonialidade e até mesmo os autores (as) do Brasil que trabalham com este pensamento a entrarem em um consenso no uso mais adequado ou a uma tradução mais adequada do termo, uma vez que possa causar dúvidas ou confusão ao leitor. E até mesmo para nos indagarmos de: Por que o termo decolonial está sendo mais utilizado do que termo descolonial?

Com relação aos trabalhos defendidos na ciência geográfica estes podem ser melhor visualizados no (Quadro 3):

Quadro 3: Trabalhos analisados na ciência geográfica

Perspectiva	Nível de Trabalho	Autor (a)	Título do Trabalho	Ano	Instituição
Decolonial	Dissertação	Pedro de Araújo Quental	Entre o fato e o artefato: a invenção do conceito de América Latina	2010	UFF/Niterói
Descolonial	Tese	Marcio Freitas Eduardo	Transformando Terra em Território: Construção e Dinâmica do Sistema Local Territorial Agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná	2014	UNESP/Presidente Prudente

Descolonial	Tese	Edir Augusto Dias Pereira	As Encruzilhadas da Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no Exercício Espacial do Poder em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense	2014	UFF/Niterói
Descolonial	Dissertação	Maicon Gilvan Lima Campos	Especulações Geográficas no Sistema de Hegel: A Ideia de “Base Geográfica da História	2015	UERJ/São Gonçalo
Descolonial	Dissertação	Otávio Gomes Rocha	Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder	2015	UFPR/Curitiba
Descolonial	Tese	Ana Paula de Moura Varanda	Microempreendedorismo de Raiz Popular e Políticas Sociais de Inclusão Produtiva: do Comércio das Diferenças ao Reconhecimento da Diversidade Econômica nas Favelas	2016	UFF/Niterói
Decolonial	Dissertação	Rafael Cordeiro da Cruz	Territorialidade autônoma, utopia e geografia decolonial para o direito à cidade: um ensaio sobre o carnaval de rua no Rio de Janeiro	2017	UFRRJ/Seropédica

Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

De acordo com a disposição dos dados fornecidos no Gráfico 3 (página 90) nota-se que majoritariamente as Instituições que abordam tais pesquisas na pós-graduação em Geografia se encontram no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói).

Ademais, dentre as Universidades citadas na área da Geografia estão também as principais instituições brasileiras com atuação em pesquisas sobre a temática decolonial e descolonial (Tabela 2 - página 92) e, na sua grande maioria, as Universidades mais consolidadas do país, de acordo com o RUF 2019.

No que diz respeito as Teses e Dissertações mencionadas acima quanto a ciência geográfica, realizando uma análise um pouco mais minuciosa sobre tais trabalhos, através da leitura do resumo de suas pesquisas, pode-se observar quais tipos de temáticas estão sendo abordadas nos estudos decoloniais e descoloniais na área de conhecimento da Geografia, em particular.

Em relação à pesquisa de Quental (2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, tal autor buscou através do pensamento decolonial recuperar e explicitar o conteúdo político e de ação no mundo presente sobre o conceito de América Latina. O trabalho tem o intuito de oferecer instrumentos relevantes para a problematização de conceitos geográficos que são grandemente arraigados e naturalizados no nosso imaginário de mundo, o quê, por sua vez, não nos faz questionar sua origem, seu conteúdo histórico e político. Dentre as palavras-chave do seu resumo estão: América Latina; América; História dos Conceitos; Colonialidade do Poder; Sistema Mundo Moderno-Colonial e; Região.

Sobre a Tese de Eduardo (2014), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/ Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet e coorientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, tal pesquisa teve como objetivo geral compreender a origem e a dinâmica atual do movimento agroecológico em Francisco Beltrão/PR, através da organização produtiva das famílias e da mediação de diversos sujeitos na constituição de territorialidades-rede, elaborando uma leitura do desenvolvimento que toma como referência o sistema territorial. O autor considera que a descolonialidade do saber se torna imprescindível para a construção de novos arranjos territoriais (redes, escalas e tempos) com base na expansão da autonomia relativa ao capital e na reprodução da vida (e intrínseco da política, da economia, da natureza interior e exterior ao homem e da cultura) com liberdade e criatividade. Entre as palavras-chave de seu resumo estão: Agroecologia; Territorialidade Ativa; Desenvolvimento Territorial e; Projeto Ecológico Camponês.

No que tange aos estudos de Pereira (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa, esse autor buscou compreender as comunidades ribeirinhas da Amazônia. Procurando analisar as estratégias territoriais que constituem as práticas sócio-espaciais de agentes de comunidades ribeirinhas, diante da construção de novas formas de vínculos, conexões e intercâmbios territoriais que definem o exercício espacial do poder nestas comunidades. Utilizando-se da perspectiva descolonial como um pano de fundo e ao mesmo tempo como um vetor de orientação da análise geográfica das comunidades ribeirinhas da Amazônia. As palavras-chave do seu resumo são: Amazônia; Comunidades Ribeirinhas; Territorialidades; Colonialidade e; Mediadores locais.

No que se refere aos estudos de Campos (2015), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ/São Gonçalo, sob a orientação do Prof. Dr. Andreino Campos e coorientação da Prof. Dra. Márcia Cristina Ferreira Gonçalves, esse realizou uma análise sobre

as especulações geográficas no sistema de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), com a intenção de compreender a ideia de “base geográfica da história” nas obras deste pensador. Para tanto, um dos objetivos de sua pesquisa foi avaliar as críticas sobre as especulações geográficas do sistema de Hegel realizadas pelo movimento de renovação crítica da Geografia e pela perspectiva descolonial, que o acusavam de um discurso eurocêntrico, de conotação etnocêntrica e determinista. Dentre as palavras-chave do seu resumo são: Hegel; Geografia e; Base Geográfica da História.

No que corresponde a pesquisa de Rocha (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR/Curitiba, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez, o estudioso buscou investigar através de uma proposta exploratória, trajetória outras, “mais além” das narrativas hegemônicas para compreender a atualidade da cartografia, utilizando-se para isso a perspectiva descolonial. Entendendo a colonialidade como o lado oculto e indissociável da modernidade e considerando que a riqueza da experiência social do mundo sempre esteve além daquilo que é aceito e divulgado pelos padrões institucionalizados de saber do Ocidente. Entre as palavras-chave do seu resumo estão: Cartografia; Modernidade e; Colonialidade do Poder.

No que concerne ao trabalho de Varanda (2016), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Niterói, sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira, a autora teve como objetivo geral refletir sobre as singularidades que caracterizam um conjunto de práticas econômicas desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras nas favelas do Rio de Janeiro, através do trabalho por conta própria e da criação de pequenos negócios nestes locais. Tal pesquisa compartilhou de fundamentos ético-políticos afirmados a partir do pensamento descolonial. Considerando que a construção do conhecimento se inscreve em uma relação epistemológica que valoriza a intersubjetividade entre sujeitos, como condição para a criação de condições de inteligibilidade entre diferentes saberes e modos de vida. As palavras-chave do seu resumo estão: Microempreendedorismo de Raiz Popular; Feminismo; Diversidade econômica e; Políticas Sociais de Inclusão Produtiva.

Por último, a Dissertação de Cruz (2017), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ/Seropédica, sob a orientação Prof. Dr. André Santos da Rocha, trabalhou sobre autonomia e território, buscando à luz da Geografia Anarquista e Decolonial demonstrar que no carnaval de rua do Rio de Janeiro existem fissuras capazes de aglutinar diferentes nichos da luta antissistêmica. Com objetivos que variaram entre a construção de uma noção de territorialidade autônoma, a crítica à racionalidade urbana e a construção de estratégias de luta, utilizando espaços-tempo caóticos, como o Carnaval. Demonstrando que o Carnaval não se

resumo à folia *per se*, mas também a junção de demandas coletivas e individuais, a transformações no uso e apropriação de espaços da cidade e a possibilidades de mudança nas formas de enxergar e debater a emancipação nesses espaços-tempos. Dentre as palavras-chave do seu resumo são: Autonomia; Carnaval e; Territorialidades Autônomas.

Posto isso, buscando apurar as principais palavras contidas nas palavras-chave dos resumos analisados, realizou-se uma nuvem de palavras que pudesse exemplificar melhor essa representação, conforme pode ser verificado na (Figura 8) abaixo:

Figura 8: Nuvem das principais palavras contidas nas palavras-chave dos resumos analisados na Geografia de 2010 a 2018



Fonte: CAPES (2019).

Org. (as): CARVALHO, D. C. C.; SILVA, T. R. (2019).

Na figura acima é possível visualizar as 44 palavras contidas nas palavras-chave dos resumos entre Teses e Dissertações que abarcam ambas as perspectivas (decolonial e descolonial) no que tange a área de conhecimento da Geografia. Para facilitar a visualização utilizou-se de um ranking das 5 palavras mais usadas e que podem ser exemplificadas na (Tabela 4) a seguir:

Tabela 4: Principais palavras inclusas nas palavras-chave dos resumos

PALAVRA	QUANTIDADE
COLONIALIDADE	3
PODER	2
AMÉRICA	2
TERRITORIALIDADES	2
HISTÓRIA	2

Fonte: CAPES (2019).
Org. (a): SILVA, T. R. (2019).

Percebe-se uma frequência maior dos termos Colonialidade, Poder, que está ligada a Colonialidade e/ou Colonialidade do Poder, encontrado no padrão hegemônico atual, a palavra América, referente a América Latina e/ou a América como primeira “id-entidade” da modernidade, além de Territorialidades e História, sendo a primeira ligada a práticas de re-existência e a segunda a história de conceitos e história das bases geográficas. Além dessas, o restante das outras palavras se quantificam em aparecer uma vez dentre as palavras-chave dos resumos.

Por sua vez, através dessa contextualização e sintetização sobre as Teses e Dissertações na perspectiva decolonial e descolonial na Geografia mencionadas anteriormente, comprova-se que a expansão desses estudos está ligada ao crescimento da produção teórica, com revisões historiográficas, arcabouço conceitual e seus derivados. Principalmente quando falamos da Dissertação na perspectiva decolonial de Quental (2010), da Dissertação na perspectiva descolonial de Campos (2015) e da Dissertação na perspectiva descolonial de Rocha (2015) que trabalham em uma abordagem mais teórica e conceitual.

Isso não quer dizer que nas outras pesquisas não se encontram um viés teórico, conceitual e etc. No entanto, quando falamos nos estudos das Teses na perspectiva descolonial de Eduardo (2014), de Pereira (2014), de Varanda (2016) e da Dissertação na perspectiva decolonial de Cruz (2017), tais estudos para além da abordagem teórica, trabalham com estudos de casos localmente situados, procurando examinar os processos de composição da colonialidade nesses espaços locais.

Esses trabalhos retratam um movimento amplo de resistência, reorganização e rearticulação em várias escalas, espaços, territórios e lugares, seja na comunidade ribeirinha, nas famílias da agroecologia, nos trabalhadores e trabalhadoras das favelas ou no uso e apropriação de espaços como direito a cidade. Dito de outra maneira, trazem experiências concretas de luta e resistência de povos e comunidades que em suas práticas cotidianas constroem outras possibilidades de vida.

Ainda com a finalidade de investigar um pouco mais sobre os trabalhos analisados na ciência geográfica no que diz respeito às Teses e Dissertações, observou-se as Linhas de Pesquisa dos trabalhos em questão. Dentre os dados disponíveis pela CAPES foi possível contabilizar as Linhas de Pesquisas de 6 trabalhos.

No que tange as Linhas de Pesquisa, essas estão tratando de áreas de estudo sobre: Ordenamento Territorial Urbano- Regional (2 trabalhos abordam essa Linha de Pesquisa); Geografia e Relações de Poder; Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional; Desenvolvimento Territorial e; Espaço e Política.

Considerando que a linha de pesquisa é um núcleo temático de atividade dentro do programa de pós-graduação, mais a análise realizada sobre os resumos dos trabalhos investigados é possível identificar que dentro da Geografia a questão regional, urbana, o espaço e, principalmente, a questão territorial estão ganhando destaque na perspectiva decolonial e descolonial.

Alguns desses termos estão intimamente ligadas as categorias de análise da ciência geográfica, como: espaço, território e região. O que nos traduz que tais categorias têm sido incorporadas por esses autores (as) na renovação do pensamento crítico no que se refere as perspectivas decolonial e descolonial no âmbito geográfico.

Entretanto, como menciona Cruz (2017, p. 30), é preciso ultrapassar a ideia de que esse debate tem a ver com certas temáticas, situações e sujeitos específicos, pois nas palavras do autor:

O giro decolonial inaugura novas perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas com grandes implicações éticas e políticas no pensar e fazer geográfico como um todo. Por outro lado, as categorias, os conceitos e as noções geográficas têm sido incorporados pelos(as) autores(as) do pensamento descolonial de forma parcial e precária reduzindo a geograficidade a metáforas espaciais. Categorias e conceitos como espaço, território, lugar, escala etc. são de grande potencial cognitivo e político para renovação do pensamento crítico e para ampliação e enriquecimento dos estudos descoloniais. Contudo seu uso precisa ultrapassar o sentido metafórico e ganhar consistência teórico-metodológica capaz de considerar a geograficidade como um elemento essencial em termos ontológicos e epistemológicos para compressão de nossas sociedades. É necessário realizarmos um verdadeiro giro espacial/territorial para que se realize plenamente um giro decolonial. Para efetivar tal projeto, faz-se necessária a incorporação do patrimônio intelectual acumulado pela geografia às reflexões do pensamento decolonial. Do mesmo modo, precisamos extrair todas as consequências epistêmicas, teóricas e metodológicas da incorporação do pensamento decolonial no campo da geografia. Essa é uma árdua tarefa coletiva que está por se fazer.

Quando o autor fala sobre os conceitos estarem sendo incorporados pelos (as) autores (as) da vertente descolonial de maneira parcial e precária, o que, por sua vez, reduz a geograficidade a metáforas espaciais, esse busca evidenciar que os principais autores desse pensamento não são da Geografia, ou seja, o espaço está sendo retratado apenas no sentido metafórico. Desta forma, para ele, fazer uma Geografia brasileira inspirada nessas epistemologias do Sul ainda está por se fazer, apesar de já termos alguns esforços iniciais, como os apresentados pelos autores das teses e dissertações analisados anteriormente.

Sendo assim, a ciência geográfica centrada no controle exercido pela Europa e posteriormente pelos EUA, precisa ser transformada, a partir da quebra dos paradigmas que sempre orientam a construção do conhecimento. Nessa busca, o central não é desmerecer ou questionar a importância do pensamento produzido a partir das matrizes hegemônicas, mas sim reconhecer as limitações desse tipo de conhecimento, que desconsidera outras matrizes de vida e de pensamento. A incorporação de outras visões na construção epistemológica da Geografia agrega profundidade em suas análises ao ampliar as perspectivas de conhecimento e é nesse ponto que consideramos que a perspectiva decolonial é capaz de trazer para a ciência geográfica um aporte analítico mais complexo.

Sobre esse aspecto, Godoy e Porto-Gonçalves (2019) - debatedor e conferencista, respectivamente, do II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário de Pós-Graduação em Geografia - irão afirmar que a perspectiva decolonial na verdade não pode ser considerada como um novo paradigma, pois a decolonialidade possui toda uma trajetória histórica, tornando o paradigma contraditório, uma vez que a ideia central da perspectiva decolonial é ampliar novos horizontes.

A partir desse entendimento, a perspectiva decolonial vai mais de encontro à uma renovação do pensamento crítico, à uma nova forma de enxergar e entender o mundo, não necessariamente negando os conhecimentos advindos da Europa e EUA, mas sim mostrando que os conhecimentos advindos dos não-europeus também são tão válidos quanto a visão eurocêntrica, ou seja, o saber não é universal e sim pluriversal.

Ademais, conforme menciona Silva et al (2009, p.08) é necessário reconhecer nossa história científica:

(...) sem, no entanto, perder de vista a necessária crítica ao modelo instituído. Não se pode negar que praticamos a Geografia eurocêntrica como geógrafos brasileiros. Criticar o eurocentrismo não é, portanto, adotar uma postura auto-centrada, ignorando a produção científica estrangeira, mas produzir o saber de forma dialógica onde todos os grupos possam construir as versões plurais da realidade social. Descolonizar o conhecimento geográfico brasileiro não significa negar nossa história, mas produzir um conhecimento do ponto de

vista da colonialidade e não da modernidade. Este é um grande desafio a ser enfrentado.

Nesse sentido, reforçamos que a ciência geográfica, assim como outras ciências modernas, foi formulada a partir de uma visão eurocêntrica, estando associada inicialmente ao contexto histórico social do colonialismo e do imperialismo, no qual a Geografia contribuiu para legitimar e justificar as ações das classes dominantes, após a transição do feudalismo para o capitalismo.

Esse cenário, por sua vez, não fez parte somente do início da história da ciência geográfica, ao longo da evolução do pensamento desta ciência as bases epistemológicas da Geografia foram pautadas em invisibilizações importantes, posto que durante muito tempo as referências geográficas não consideravam contribuições daqueles que são intitulados diferentes, não hegemônicos, periféricos e não modernos.

Pensando nisso e reconhecendo na afirmação de Silva et al (2009), que nós, geógrafos e geógrafas brasileiras, praticamos uma Geografia eurocêntrica, até melhor dizendo, cultivamos uma Geografia advinda do Norte Global e, apesar do crescimento, diga-se de passagem, de forma sutil dessa perspectiva no âmbito da ciência geográfica, conforme explanado pelas análises bibliométricas das pesquisas de pós-graduação no Brasil, não há como negar uma lacuna presente na epistemologia geográfica acerca do pensamento decolonial.

Nesse viés e em concordância com Cruz (2017), acredito que uma Geografia brasileira inspirada nas epistemologias do Sul está por se fazer ainda. Entretanto, a epistemologia decolonial nos apresenta como um dos caminhos possíveis para essa superação, como demonstram os esforços iniciais entre Teses e Dissertações investigadas na CAPES.

Além disso, dentre outras formas de pesquisa, ademais a Teses e Dissertações, muitos geógrafos e geógrafas vêm dialogando atualmente de forma direta ou indireta com o pensamento decolonial latino-americano na Geografia brasileira. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, por exemplo, possui um papel de pioneirismo e vanguarda nesses debates no cenário nacional, como salienta Cruz (2017).

Portanto, conforme o exposto e pensando na importância e necessidade de renovação da Geografia diante a realidade da nossa sociedade e suas transformações, entendo que a perspectiva decolonial é um pensamento potente que pode contribuir grandemente nos rumos epistemológicos, políticos e éticos no que tange a ciência geográfica. Para que isso ocorra, na concepção de Mignolo (2008), é necessário que se realize uma desobediência epistêmica, que é o próprio pensamento decolonial.

Desta forma, é de suma importância a construção de outras bibliotecas que não sejam a colonial, mas sim uma “biblioteca decolonial”, com “epistemologias fronteiriças”. Todavia, isso não significa negar a importância cultural e intelectual europeia e sim negar o eurocentrismo (MIGNOLO, 2008).

Na visão de Souza Santos (2003), descolonizar o saber, o pensamento, a ciência, implica na construção de outras epistemologias que estejam vinculadas às experiências, às dores e aos sofrimentos dos grupos, lugares que são vítimas do processo colonial. A construção de "epistemologia do Sul".

Contudo, como nos lembra Cruz (2017, p.32), a construção de um projeto de descolonização da Geografia não requer somente uma transformação epistêmica, para o autor:

Não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais.

Assim, como explana o excerto acima, para além da descolonização epistêmica é necessário descolonizar metodologias, universidades, escolas, práticas pedagógicas, enfim, é uma relação entre teoria e prática. Na concepção do mesmo autor mencionado anteriormente, o vínculo entre teoria e prática é algo imprescindível para a construção de uma geografia decolonial” (CRUZ, 2017, p. 31).

Desta forma, em conformidade com o autor mencionado acima, também acredito que a decolonização vai para além da questão epistêmica, contudo, para a (des) construção dos saberes, poderes, seres, natureza e gênero, partir da episteme pode ser o início do caminho para percorrer a (des) construção de outros fatores.

No entendimento de Moreira (2015, p.47), a episteme, por sua vez:

(...) significa o modo como o âmbito geral das ideias do tempo se exprime no campo específico do pensamento do pensador, e assim como ele as formaliza na forma da sua linguagem conceitual e as reproduz na sua forma própria de dialogar com o modo geral de visão de mundo do seu tempo. (...) individualidade e episteme se adensam no universo vocabular do pensador, sem que ele se isole e se retire para a solidão de sua caverna, antes capte na sua integralidade o pensamento do real do seu tempo a partir do modo pessoal como combina e traga para si toda a bagagem de história das ideias com que convive, trazendo para seu campo discursivo com elas a capacidade de verbalizar a realidade que vive e explica.

Nesse seguimento, construir uma epistemologia decolonial geográfica requer desconstruir as metanarrativas sobre modernidade, racionalização e progresso, buscando

abranger todos os saberes da realidade que vive sem hierarquização, por intermédio dos elementos da Geografia sob a forma criativa de uma visão real e crítica.

Assim como Souza (2017), em seu livro “Por uma Geografia Libertária”, propõe uma matriz do pensamento libertário ancorado no anarquismo, afirmando que o enfoque libertário também merece ter seu lugar defendido, pois ele pode ajudar a iluminar decisivamente o caminho rumo ao futuro (na Geografia e fora dela), as epistemologias do Sul, em particular a perspectiva decolonial, também pode ser encarada como uma matriz potente a ser percorrida rumo ao futuro e a uma renovação crítica na ciência geográfica.

Diga-se de passagem, um futuro bem próximo, ou melhor, a um presente muito contemporâneo, pensando na atual política do governo brasileiro que exerce através da violência e ódio o uso de poder social e político para ditar como algumas pessoas podem viver e como algumas devem morrer. Em outros termos isso se conceitua como necropolítica, denominado pelo filósofo e cientista social camaronês Achille Mbembe, no qual possui bastante relação com o chamado pensamento pós-colonial, de acordo com Hilário (2016).

Para tal autor, citado no parágrafo anterior, o funcionamento da necropolítica na periferia do capitalismo vêm sendo muito abordado por outros países para além da África, como por exemplo, o México e, para ele, diz muito também sobre a realidade brasileira, ao citar à intervenção atual em relação à criminalidade tanto em relação às prisões quanto ao *modus operandi* da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que consiste em eliminar sistematicamente essa "massa supérflua" (HILÁRIO, 2016).

Pensando a necropolítica como um território para a gestão da morte, a Geografia se faz fundamental para entender tal realidade da nossa sociedade e dinâmica brasileira, para isso a epistemologia decolonial se faz essencial na compreensão dessas “novas” transformações no espaço geográfico, além de (des) construir uma Geografia hegemônica.

Aqui, não se faz como objetivo aprofundar nesses aspectos apresentados precedentemente, contudo, é de extrema importância mencioná-los, uma vez que estão interligados e se faz justificável a necessidade de renovação no pensamento crítico geográfico a partir de epistemologias do Sul, sobretudo decolonial, pensada para a América-Latina e em especial, para a sociedade brasileira.

Apesar do crescimento sobre a epistemologia do Sul nas abordagens acadêmicas, essa ainda está por se fazer, como já mencionado algumas vezes nesse capítulo, porém, essa mesma também está ganhando força e demonstra potência para um futuro dentro e fora da Geografia. Tão potente que hoje o atual governo faz ataques constantes as ciências humanas com o intuito de findar com essas vozes.

Nesse caso, obviamente as ciências humanas se tornam uma ameaça, uma vez que o governo se declara abertamente racista, machista, homofóbico, violento e que apresenta toda uma ideologia característica do colonialismo. Portanto, mais que importante, as epistemologias do Sul, a perspectiva decolonial é uma necessidade urgente na Geografia e nas ciências como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de iniciar a dissertação debatendo sobre os períodos da modernidade e pós-modernidade foi fundamental para compreendermos posteriormente os fundamentos do pensamento decolonial. Pois, como bem visto, a modernidade com sua crença no progresso e nos ideais do Iluminismo é par complementar da colonialidade (herança do colonialismo), e, por sua vez, se constroem mutuamente.

No que tange ao movimento da pós-modernidade, esse se opõe diretamente à concepção racionalista (defendida pelo Iluminismo), valoriza o que é particular e contesta o universalismo do saber racionalista da modernidade, abrindo mão das metanarrativas como única forma de expressão científica. Contudo, como nos lembram Mignolo (2008) e Grosfoguel (2007) suas críticas a modernidade ainda se resumem a uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo e, conseqüentemente, não consegue transcender a colonialidade.

Ainda sobre a polêmica discussão em relação a pós-modernidade, na opinião do filósofo cubano Pablo Guadarrama¹¹, não se pode falar sobre uma pós-modernidade quando nem mesmo todas as regiões do mundo alcançaram a própria modernidade, como é o caso da América Latina. Diante desse cenário e conforme destacado anteriormente, o intuito neste trabalho não foi definir se esse período existe ou não, se vivemos ou não uma pós-modernidade.

O que se quer deixar claro é que sem sombra de dúvidas o projeto da modernidade foi e é essencial para a dominação dos povos intitulados subalternos. Por sua vez, a pós-modernidade mesmo com o seu reconhecimento sobre a alteridade (completamente negada na modernidade) também não busca de fato superar a epistemologia e os cânones ocidentais, apesar de abrir caminho para que essa superação seja construída.

Pensando a epistemologia e os cânones ocidentais, buscou-se demonstrar que inseridas em uma lógica da modernidade, todas as ciências modernas são afetadas de alguma forma pela herança eurocêntrica, na medida em que seus métodos, teorias e conceitos são perpassados pela visão eurocêntrica, esse contexto não é diferente quando se trata da ciência geográfica.

Recordemos os personagens considerados os “pais da Geografia moderna” como Alexander von Humboldt e Carl Ritter, que se inspiraram, respectivamente, no positivismo de Kant e no romantismo de Herder. Conforme a singela demonstração realizada no capítulo 1 e, em concordância com Silva et al (2009, p.04) acreditamos que a Geografia defendida por esses autores é “fruto dos interesses ocidentais/europeus, brancos do sexo masculino”.

¹¹ A respeito sobre o assunto ler: “Los desafios de la posmodernidad a la filosofía latinoamericana”, de Castro-Gómez (1996).

Na concepção de Mignolo (2008, p. 323), “a universidade do Renascimento e da Kantiana-Humboldtiana, direta ou indiretamente, contribuíram para a colonialidade do conhecimento e dos seres”. Mediante os argumentos apresentados, ratifica-se que a Geografia é sim um tipo de conhecimento científico da era moderna/colonial.

Ser moderno significava/significa ser desenvolvido, no entanto, o desenvolvimento é aquele advindo do continente Europeu e, mais recentemente, dos Estados Unidos, pois os “outros” (continentes, outras culturas) são tidos como “incapazes da faculdade de produzir conhecimento (s), como por exemplo, os incas, árabes, indianos, chineses, tupis-guaranis e assim por diante” (SILVA et al, 2009, p. 03-04).

Vale salientar que não se pretende desmerecer a contribuição dos intelectuais europeus que colaboraram para a construção da ciência geográfica, o propósito aqui é evidenciar que houve a disseminação de um saber eurocêntrico e que esse se pautou nos valores e na hegemonia dos povos ditos modernos, os colonizadores e civilizadores da humanidade (SILVA et al, 2009).

É a partir desse reconhecimento e através dos questionamentos de uma hegemonia eurocêntrica que reflete nas relações de poder, na forma de produzir conhecimento, sociabilidades e subjetividades que se inicia uma crítica radical a essa herança colonial presente na América Latina, que culmina com o próprio pensamento decolonial.

Portanto, esse pensamento contra hegemônico se refere a um movimento de resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política, à lógica da modernidade/colonialidade. Para tanto, romper com essa lógica requer uma decolonização e pensar em um processo de decolonização perpassa pela construção de novas práticas epistêmicas que não sejam aquelas apoiadas na razão imperial/colonial.

Reforçando as ideias de Mignolo (2008), o caminho para o futuro é e continuará a ser através da linha epistêmica, na necessidade de “aprender para desaprender” e assim construir “paradigmas outros”, isso entre outras coisas constitui a opção decolonial. Por sua vez, construir “paradigmas outros” é construir epistemologias de acordo com a opção decolonial, é construir epistemologias do Sul. Por sua vez, fazer epistemologias decoloniais e epistemologias do Sul é fazer uma ciência que ultrapasse o conhecimento científico da era moderna/colonial.

É dar vozes aos povos e culturas que eram e ainda são tidas como incapazes de produzir conhecimento, é dar vozes, ouvidos e atenção aos que sempre estavam escondidos, ocultos e apagados da análise. Compreender que o conhecimento não é apenas aquele proveniente das “fábricas epistemológicas da Europa e dos Estados Unidos”, tão pouco ele é uni-versal, mas sim pluri-versal (MIGNOLO, 2007). É buscar incluir todas as particularidades epistêmicas rumo a uma socialização “trans-moderna e decolonial do poder” (GROSGOUEL, 2008).

Como salienta Cruz (2017) não é possível realizar uma decolonização que não passe pela decolonização epistêmica. Mas as escolas, as universidades e os professores também precisam se decolonizar. No que tange em específico às universidades brasileiras, conforme demonstrado no capítulo 3, pode-se dizer que diversas áreas vêm apresentando crescimento em torno dessa perspectiva, confirmando as afirmações de Mignolo (2008), ao mencionar que o movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do Sul apresentou crescimento nos últimos anos em diversas áreas e universidades do mundo.

No caso, podemos dizer que, ao menos nas universidades brasileiras essa informação confere. Assim, pode-se concluir que, mediante os resultados do levantamento dos dados bibliométricos realizados através de pesquisas de pós-graduação no Brasil a partir da análise de teses e dissertações que abordam o pensamento decolonial, essa é uma temática super recente na produção científica nacional, tendo início com trabalhos defendidos no ano de 2010, apresentando maior expressividade a partir do ano de 2015.

Em relação a Geografia, uma das primeiras áreas a defender pesquisas de pós-graduação no país no que diz respeito a essa perspectiva, verifica-se que também vem apresentando crescimento, entretanto, de forma muito sutil, com apenas 7 trabalhos ao longo dos anos de 2010 a 2018. Por sua vez, a ciência geográfica, se comparada a outras áreas como: Educação, Direito, Letras, entre outras, pode-se considerar que é uma das áreas do conhecimento que menos está abordando o pensamento decolonial em suas pesquisas.

Portanto, de acordo com o cenário apresentado e partindo da constatação de que os movimentos de transformação histórica da sociedade e da ciência colocam um conjunto de novas possibilidades metodológicas e conceituais antes impensáveis, a ciência geográfica centrada no controle exercido pela Europa e mais atualmente pelos Estados Unidos precisa considerar a criação de aberturas de “paradigmas outros” que orientem a uma renovação no pensamento crítico geográfico através da perspectiva decolonial, de uma epistemologia advinda do Sul, pensada para o Sul e, em especial, para a sociedade brasileira.

Com sua importante observação e em conformidade com Cruz (2017) defendemos que é preciso construir um pensamento decolonial arraigado nas especificidades e singularidades da formação socioespacial brasileira, uma vez que a maioria das formulações teórico-conceituais do pensamento decolonial está representada pela realidade de países andinos, como por exemplo: Bolívia, Equador, Peru e etc., embora exista muitas afinidades e proximidades com a nossa realidade enquanto Brasil, também apresenta significativas diferenças de grau e natureza.

Nesse seguimento, para Ballestrin (2013) e em consonância com a autora, um ponto problemático que afeta o imaginário decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil, pois nosso país apresenta quase que uma realidade apartada em relação ao resto da América Latina, pensando que a colonização portuguesa foi a mais duradoura empreitada colonial europeia e, portanto, trouxe singularidades ao caso brasileiro distintas da colonização hispânica. Conseqüentemente, é relevante o fato de não haver pesquisadores (as) brasileiros (as) associados ao Grupo.

Com esses apontamentos o que quero mostrar é que o pensamento decolonial não é a teoria perfeita e, por sua vez, apresenta contradições e conflitos, assim como outras teorias. No entanto, compreendo que essa perspectiva é uma matriz potente a ser percorrida pelos geógrafos. Para tanto, elaborar uma Geografia inspirada nas epistemologias do Sul, em especial nas especificidades brasileiras, está por se fazer ainda.

Pensando nisso, tão pouco essa dissertação pode ser denominada de fato como um pensamento decolonial, uma vez que não ultrapassa o debate epistêmico e teórico tradicionais. Como nos lembra Cruz (2017, p. 31) ao realizar uma Geografia inspirada nas epistemologias do Sul “não bastam conceitos e teorias descoloniais, precisamos a construção de metodologias outras que permitam o diálogo entre distintos saberes e diferentes matrizes de racionalidades”.

Nesse sentido, sem a pretensão de trazer respostas definitivas, essa dissertação refletiu sobre os aspectos teóricos e efetuou algumas análises de dados sobre o pensamento decolonial no intuito de demonstrar a importância e a necessidade de se construir “paradigmas outros”. Em síntese, o presente estudo procurou realizar um convite à ciência geográfica e até mesmo às demais ciências no Brasil a considerar e dialogar com o “giro decolonial” em curso na América Latina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Revista Intertérios**, Caruaru/PE, v.1, n.1, p. 42-64, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/view/5009>> Acesso em: 20 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v1i1.5009>

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v.11, n.21/22, p.67-87, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/28472/pdf_110> Acesso em: 12 de jul. de 2019.

ANDRADE, Manoel Correia de (Org.). A Natureza da Geografia. In: _____. **Elisée Reclus**. São Paulo: Editora Atica, 1985. Cap. 1, p. 38-56.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.16, n.31, p.51-70, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51/17757>> Acesso em: 09 de nov. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p51>

ARIAS, Luciana et al. Estudios Decoloniales: Un Panorama General. **Revista Kula**, Argentina, n.6, p.8-21, abr.2012. Disponível em: <http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_1_GESCO.pdf> Acesso em: 08 de jan. de 2020.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: Expropriação Territorial na Periferia do Capitalismo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cerh/v27n72/11.pdf>> Acesso em: 20 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11. p. 89-117, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 0 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Para transcender a colonialidade. Entrevista à **Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU on-line**, edição 431, 04 de novembro de 2013. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>>. Acesso em 14 de jul. de 2019.

BATISTA, Irinéa de Lourdes; SALVI, Rosana Figueiredo. Perspectiva Pós-Moderna e Interdisciplinaridade Educativa: Pensamento Complexo, Reconciliação Integrativa e Aprendizagem Significativa. **Aprendizagem Significativa em Revista/ Meaningful Learning Review**, Porto Alegre/RS, v.1, n.3, p.73-84, 2011. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/asr/artigos/Artigo_ID20/v1_n3_a2011.pdf> Acesso em: 03 de abr. de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. Liquid Modernity revisited. In: AARHUS LECTURES IN SOCIOLOGY, 2012, Aarhus/Dinamarca. **Aarhus Lectures in Sociology...** Aarhus: CESAU - Centro de Estudos Sociológicos - Universidade de Aarhus, 2012. Disponível em: <<https://vimeo.com/41344113>> Acesso em: 10 de jul. de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 246 p.

BORTOLUCI, José Henrique. **Pensamento Eurocêntrico, Modernidade e Periferia: Reflexões sobre o Brasil e o Mundo Muçulmano**. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-102949/publico/JOSE_HENRIQUE_BORTOLUCI.pdf> Acesso em: 21 de jan. de 2020.

CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. **Especulações geográficas no sistema de Hegel: A ideia de “base geográfica da história”**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3168737> Acesso em: 14 de out. de 2019.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. **Pensamento Descolonial e Teoria Crítica dos Direitos Humanos na América Latina: Um Diálogo a partir da Obra de Joaquín Herrera Flores**. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/00000A/00000A6C.pdf>> Acesso em: 13 de ago. de 2019.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005. p. 80-87.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: _____. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfuguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. Introduccion: la translocalizacion discursiva de Latinoamerica en tiempos de la globalizacion. In: _____. **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. Mexico: Miguel Angel Porrua, 1998. p. 3-25. Disponível em: <<http://people.duke.edu/~wmignolo/InteractiveCV/Publications/Teoriassindisciplina.pdf>> Acesso em: 24 de jan. de 2020.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 224.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: Um Conceito Complexo. In: _____. **Região e Organização Espacial.** 7 ed. São Paulo: Ática, 2000. cap.3, p. 22-36.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas - Apontamentos Preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão/PR, v.1, n.2, p.25-56, 2º sem./2010. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf_7> Acesso em: 14 de abr. de 2019.

CRUZ, Rafael Cordeiro da. **Territorialidade Autônoma, Utopia e Geografia Decolonial para o Direito à Cidade:** Um ensaio sobre o Carnaval de Rua no Rio de Janeiro. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/2676?mode=full>> Acesso em: 14 de out. de 2019.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In.: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

DIAS, Leticia Otero. O Feminismo Decolonial De María Lugones. In: ENEPEX - ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 8 e 5, 2014, Dourados. **Anais...Dourados/MS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2014. p. 1-16.** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/318.pdf>> Acesso em: 26 de dez. de 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 22-32.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná.** 2014. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1558684> Acesso em: 14 de out. de 2019.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá/CO, n. 1, p. 58-86, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>> Acesso em: 18 de jan. de 2020.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: Do Contexto Histórico às Monografias Urbanas. **Revista Cordis**, São Paulo, n.6, p.301-332, jan./jun. 2011. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10302-25564-1-SM.pdf> Acesso em: 09 de jun. de 2019.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Revista IBICT**, Brasília/DF, v. 33, n. 2, s/p, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1046/1117>> Acesso em: 03 abr. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200005>

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Soberania e Ciência no século XXI: a decolonialidade do saber como um novo paradigma geográfico? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 2., 2019, Rio Claro. **II Congresso...**Rio Claro: PPGG UNESP, 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368 p.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Coord's.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 63-77. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/POR, n.80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>> Acesso em: 21 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540 p.

HARVEY, David. Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea. In: _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008. Cap. 1, p. 13-114.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: Variações Foucaultianas na Periferia do Capitalismo. **Revista Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.7, n.12, p.194-210, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11813-Texto%20do%20artigo-44620-1-10-20160721.pdf> Acesso em: 16 de jan. de 2020.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: Uma Revisão. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p.137-147, 1993-2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6142/4414>> Acesso em: 12 de jul. de 2019.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. Geografia da Modernidade e Geografia da Pós-Modernidade. **Revista GEOUSP**, São Paulo, n.5, p. 27-39, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123344>> Acesso em: 12 de abr. de 2019.

LENZI, Leticia. O problema da racionalidade da ciência no século XX e as implicações para um ensino crítico e reflexivo da ciência. **Revista História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, São Paulo, v.15, p.29-40, jul./jan.2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/hcensino/article/view/28947/22526>> Acesso em: 27 de jun. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-2911.2017v15p29-40>

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília/DF, v.12, n.3, p.229-248, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997/19336>> Acesso em: 13 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Coord's.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p.127-167. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

MARGUTTI, Paulo. Filosofia Brasileira e Pensamento Descolonial. **Revista Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 223-239, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/19186>> Acesso em: 14 de ago. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2018v9n18p223-239>

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181>> Acesso em: 04 de abr. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181>

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>> Acesso em: 18 de ago. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n.34, p. 287-324, 2008. Disponível em:

<<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>> Acesso em: 30 de jun. de 2018.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (Coord's.) **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.190.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p.

MOSCARDI, Eduardo et al. O uso das revisões bibliométrica, sistemática e integrativa de literatura para compreender o conceito de informação turística. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v.1, n.27/28, p.1821-1830, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/7299/5772>> Acesso em: 08 de nov. de 2019.

MOURA, Rosa et al. Geografia Crítica: Legado Histórico ou Abordagem Recorrente? **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona/ES, v.13, n.786, p.1-22, jun./ 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm>> Acesso em: 21 de jun. de 2019.

NEVES, Rita Ciotta. Os Estudos Pós-Coloniais: um Paradigma de Globalização. **Babilônia - Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução**, Portugal, n. 6/7, p. 231-239, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/912-Texto%20do%20artigo-3232-1-10-20091117.pdf>> Acesso em: 23 de jan. de 2020.

OLIVEIRA, Camila Klen de. Breve Introdução ao Giro Decolonial: Poder, Saber e Ser. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG: SOCIEDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 2016, Manhauçu. **Anais...** Manhauçu: FACIG, 2016. p.1-7. Disponível em: <<http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semariocientifico/article/viewFile/53/38>> Acesso em: 18 de ago. de 2019.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense**. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/227947.pdf>> Acesso em: 14 de out. de 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005. p. 3-5.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In.: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 37 – 54.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Soberania e Ciência no século XXI: a decolonialidade do saber como um novo paradigma geográfico? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 2., 2019, Rio Claro. **II Congresso...**Rio Claro: PPGG UNESP, 2019.

QUENTAL, Pedro de Araújo. **Entre o fato e o artefato: a invenção do conceito de América Latina**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/13634-52984-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 14 de out. de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1 ed. Coimbra: Almedina, 2009. cap. 2, p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005. p.107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Tradução de Dina Lida Kinoshita. **Revista Novos Rumos**, v. 17, n. 37, p. 4-25, maio./ ago. 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NO R/NOR0237/NOR0237_02.PDF> Acesso em: 17 de jan. de 2020.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF 2019). **Ranking de Universidades**. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>> Acesso em: 07 de jan. de 2020.

ROCHA, Otavio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder**. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2383788> Acesso em: 14 de out. de 2019.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Revista Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 24, n. 1, p. 97-114, jan./jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3466-Texto%20do%20artigo-8306-1-10-20130514.pdf> Acesso em: 01 de abr. de 2020.

SALVI, Rosana Figueiredo. A questão pós-moderna e a Geografia. **Revista Geografia**, Londrina/PR, v. 9, n. 2, p. 95-111, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10163/8925>> Acesso em: 10 de abr. de 2019.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Revista TransInformação**, Campinas, v.28, n.1, p.15-31, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00015.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11121/12889>> Acesso em: 31 de mar. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000100003>

SILVA, Joseli Maria et al. Algumas Reflexões sobre a Lógica Eurocêntrica da Ciência Geográfica e sua Subversão com a Emergência de Saberes não Hegemônicos. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.19, p. 1-16, 1º semestre de 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269434261_ALGUMAS_REFLEXOES_SOBRE_A_LOGICA_EUROCENTRICA_DA_CIENCIA_GEOGRAFICA_E_SUA_SUBVERSAO_COM_A_EMERGENCIA_DE_SABERES_NAO_HEGEMONICOS> Acesso em: 14 de jul. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2009.1402>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia Libertária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 504.

SOUSA-SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004> Acesso em: 18 de dez. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A Geografia no Contexto das Ciências. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, n.22, p.7-16, mar./1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38359/25638>> Acesso em: 24 de abr. de 2019.

TREINTA, Fernanda Tavares et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, São Paulo, v.24, n.3, s/p, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132014000300002> Acesso em: 01 de abr. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078>

VARANDA, Ana Paula de Moura. **Microempreendedorismo de Raiz Popular e Políticas Sociais de Inclusão Produtiva: Do Comércio das Diferenças ao Reconhecimento da Diversidade Econômica nas Favelas**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) -

Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/14HH6rQxiWSrCCdD8S98DeTMSui_uFiu8/view> Acesso em: 14 de out. de 2019.

VIANNA, Cleverson Tabajara et al. Ranking de Universidades no Brasil: Um Estudo de Predição com Machine Learning. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E ESCOLAS DE GOVERNO, 1., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017. p. 363-379. Disponível em:
<<http://anais.suceg.ufsc.br/index.php/suceg/article/view/66>> Acesso em: 17 de dez. de 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra época.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala, 2009. p. 254.

ANEXOS

RESUMOS NA ÍNTEGRA DE TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS NA PRESENTE PESQUISA

a) Resumo da Dissertação de Quental (2010) - Perspectiva Decolonial

A LATINIDADE DO CONCEITO DE AMÉRICA LATINA

Resumo: De uma maneira geral, assumimos de modo tão naturalizado as designações e os recortes geográficos das regiões que visualizamos em mapas ou que utilizamos como referência de pertencimento e localização, que dificilmente nos questionamos sobre os processos que instituíram esses nomes e desenhos cartográficos. O conceito de América Latina, habitualmente utilizado tanto na linguagem comum como em textos de jornais e trabalhos acadêmicos para denotar apenas uma localização geográfica guarda, no entanto, um forte sentido político. A partir da metodologia da História dos Conceitos e do diálogo com autores da perspectiva teórica do *pensamiento decolonial*, este trabalho busca recuperar e explicitar o conteúdo político e de ação no mundo presente sobre o conceito de América Latina.

Palavras-chave: América Latina; América; História dos Conceitos; Colonialidade do poder; Sistema Mundo Moderno-Colonial; Região.

b) Resumo da Tese de Eduardo (2014) - Perspectiva Descolonial**RESUMO**

Compreendemos o fenômeno agroecológico como movimento oriundo da construção de resistências populares cujo conteúdo das distintas ecologias está atrelado ao desenvolvimento de estratégias de ampliação das autonomias relativas ao capital. Autonomias que se constroem em rede, avançando para além do modo camponês autônomo “guetizado” constante em abordagens da “velha questão agrária”. O avanço do fenômeno agroecológico no Brasil e na América Latina, a ampliação e politização do debate via movimentos sociais e organizações populares (do campo e da cidade) tem contribuído, sobremaneira nas duas últimas décadas, com a produção de certo desconforto/desconfiança/negação da perspectiva unilinear do desenvolvimento rural ao materializarem práticas, concatenarem pautas e proporem projetos que vão ao encontro da alternativa descolonial. A defesa da agroecologia tem transformado terra em território e redirecionado, política e escalarmente, a luta na e pela terra em luta pela territorialização de projetos dos sujeitos e grupos que reivindicam formas ecológicamente equilibradas de produção e de vida. Argumentamos que há potencialidades nos fazeres agroecológicos para promoção de arranjos de desenvolvimento territorial rural que aliem produção de alimentos saudáveis, inclusão e sustentabilidade, dadas suas estratégias calcadas na ampliação das capacidades decisórias, no desenvolvimento de formas ecológicas de produção e na construção de outras relações com o “mercado”. Estudamos esse fenômeno a partir da ação dos “atores sintagmáticos” do sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, Paraná. Tais atores, agricultores ecológicos e suas organizações de apoio, ao passo que resistem à monopolização do território pelo capital e às formas de territorialidades passivas engendradas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio, têm construído, cotidianamente, novas estratégias para a existência, através de processos de ativação de territorialidades que permitem aos sujeitos, gradativamente, reconhecerem, valorizarem e apropriarem-se com maior autonomia dos recursos potenciais do território para a edificação dos seus territórios de vida. Do sistema local territorial esses atores têm produzido liames acessando redes nas variadas escalas, contribuindo com a estruturação e sendo retroalimentados pelo conjunto de intencionalidades que forjam em sua amplitude e complexidade o projeto ecológico camponês.

Palavras-chave: agroecologia; territorialidade ativa; desenvolvimento territorial; projeto ecológico camponês.

c) Resumo da Tese de Pereira (2014) - Perspectiva Descolonial**RESUMO**

As comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense passaram por grandes transformações, desde a década de 1970, mas foi a partir da década de 1990 que estas se intensificaram e se expressaram em um movimento amplo de resistência, reorganização e rearticulação das comunidades em várias escalas. Nesse processo de transformações e resistências/r-existência suas territorialidades passaram e passam por situações de encruzilhadas que as reconfiguram e redefinem significativamente no contexto geográfico regional. Este trabalho investiga esse processo, com ênfase em comunidades ribeirinhas do município de Cametá (PA), a partir da análise das transformações territoriais de comunidade ribeirinhas de ilhas, barrancos e várzeas, em sua relação com o exercício espacial do poder, através da análise de práticas sócio-espaciais de agentes mediadores locais das comunidades, inseridos em redes institucionais com forte presença, atuação e articulação com as comunidades ribeirinhas. Realizamos para tanto levantamento bibliográfico, trabalho de campo com visitas em várias comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina paraense e particularmente em duas comunidades de Cametá, onde fizemos entrevistas através de questionários semiestruturados com agentes mediadores locais, observações e fotografias de traços relevantes da configuração da paisagem e das práticas cotidianas. A partir da noção de encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas buscamos identificar a mudança no regime de sociabilidade e no regime de mobilidade territorial das comunidades ribeirinhas da região, com fortes resistência/r-existências territoriais. Os agentes mediadores locais e as territorialidades institucionais constituem essas encruzilhadas de territorialidades ribeirinhas nas quais o exercício espacial do poder assume uma forma comunitária nessas formações territoriais moderno/coloniais subalternizadas de longa duração da Amazônia brasileira. A própria territorialidade de comunidades ribeirinhas, assim, envolvem práticas descoloniais de exercício do poder em base comunitária e exigem de nós, geógrafos, um giro descolonial em nossas análises territoriais.

Palavras-Chave: Amazônia. Comunidades Ribeirinhas. Territorialidades. Colonialidade. Mediadores locais.

d) Resumo da Dissertação de Campos (2015) - Perspectiva Descolonial**RESUMO**

CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. *Especulações Geográficas no Sistema de Hegel: A Ideia de “Base Geográfica da História”*, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

A presente pesquisa é uma análise sobre especulações geográficas no sistema de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), na qual se busca compreender a ideia de “base geográfica da história” nas obras deste pensador. Para tanto, utiliza-se como objetos de investigação e intelecção as obras: *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, *Princípios da Filosofia do Direito* e *Lições sobre a filosofia da história universal*. Esta análise se estrutura em três partes. Busca-se inicialmente a problematização do objeto através de uma contextualização do pensamento de Hegel e sua relação com a Geografia. Em seguida são apresentadas as principais interpretações críticas sobre especulações geográficas no sistema de Hegel, realizadas no contexto de renovação crítica da Geografia e pela perspectiva descolonial. Por fim, é feita uma análise empírica dos objetos citados, de modo a rerepresentar a forma como Hegel expressa especulações geográficas ressonantes ao conceito de “base geográfica da história” em seu sistema.

Palavras-chave: Hegel; Geografia; base geográfica da história.

e) Resumo da Dissertação de Rocha (2015) - Perspectiva Descolonial**RESUMO**

Os mapas são, desde sempre, objetos de disputa entre classes, grupos e indivíduos devido a sua aptidão nos processos de apropriação e controle territorial: produzir mapas é sinônimo de poder. Na tradição cartográfica da modernidade, os mapas caracterizam-se pela cientificidade, cartesianismo, exclusividade do Estado no controle de sua produção e distribuição, e estiveram associados à ampliação dos mercados globais no contexto de expansão europeia, às finalidades militares e de controle dos territórios por agentes hegemônicos. Com a popularização e uma suposta democratização do acesso às técnicas de mapeamento, que nutrem a multiplicidade de mapas nos dias atuais surgem novas interpretações e dúvidas quanto ao papel da cartografia. As incertezas que presenciamos atualmente são resultados da visibilidade que se estabelece sobre cartografias não-hegemônicas, movimento que pode estar associado a diversos fatores, e é intrínseco às transformações que atravessam a sociedade de uma maneira geral. Estes movimentos são ordinariamente tratados a partir de leituras ocidentais como “superações”, “giros” e “viradas”, porém compreensões deste tipo podem estar amarradas a visões lineares e simplificadoras. Considerando que a riqueza da experiência social do mundo sempre esteve além daquilo que é aceito e divulgado pelos padrões institucionalizados de saber do Ocidente, este trabalho busca nas reflexões realizadas pela perspectiva descolonial, em torno da ideia de colonialidade como o lado oculto e indissociável da modernidade, suporte para uma investigação exploratória sobre os enredos da atualidade da produção cartográfica.

Palavras-chave: cartografia, modernidade, colonialidade do poder.

f) Resumo da Tese de Varanda (2016) - Perspectiva Descolonial

Resumo

Este estudo tem como objetivo geral refletir sobre as singularidades que caracterizam um conjunto de práticas econômicas desenvolvidas por trabalhadores e trabalhadoras nas favelas do Rio de Janeiro, através do trabalho por conta própria e da criação de pequenos negócios nestes locais. Tais elementos são expressivos do que Weber (1978) define como *convenções sociais*, ou seja, um conjunto de normas e de valores produzidos e reafirmados por relações intersubjetivas e que, nas relações de mercado, desempenham um papel-chave em seu conceito de *ética econômica*. Além de mediar o comportamento econômico dos indivíduos, as *convenções sociais* interferem em dimensões relacionadas à produção e ao uso de espaços públicos e privados associados ao exercício destas atividades econômicas. Sem ignorar fatores mais amplos que decorrem de uma histórica divisão racial e sexista da estrutura ocupacional brasileira, a tese enfoca questões que emergem da observação de processos microssociais relativos ao cotidiano de funcionamento e às estratégias que regulam as relações de trabalho e de mercado presentes nestas iniciativas. Nestas experiências é possível destacar o modo como as trocas sociais, as interações e os diferentes papéis desempenhados pelos indivíduos nas estruturas sociais (as divisões sexistas de tarefas, por exemplo) influenciam de forma importante a atuação das redes sociais presenciadas na vida econômica nas favelas.

Ao buscar caracterizar os elementos que possam conferir uma identidade própria a estas ocupações, usualmente abordadas no âmbito de discussões relativas à informalidade no mercado de trabalho, o estudo se apoia no conceito de *microempreendedorismo de raiz popular*, formulado pelo professor Pedro Hespanha (2009, 2010, 2011). O uso desta acepção do termo *empreendedorismo*, proposta pelo autor supracitado, nos leva à desconstrução de categorias de análise comumente acionadas nas leituras sobre estas práticas econômicas. Neste percurso, as contribuições advindas do pensamento pós-colonial e descolonial e dos estudos feministas também nos fornecem um importante arcabouço teórico à proposição de uma leitura diversa das relações econômicas.

Conhecer a diversidade de situações em que se manifestam as estratégias de montagem destes pequenos negócios dentro das favelas apresenta-se como um fator fundamental para elucidar equívocos e orientar programas de apoio e reconhecimento destas iniciativas que tenham convergência com as necessidades e os interesses práticos destes trabalhadores e trabalhadoras. O tratamento homogêneo que vêm sendo dispensado a estas práticas por órgãos de pesquisa e instituições de assessoria nos trazem à tona as contradições que envolvem projetos e programas sociais de qualificação profissional e de geração de renda associados às medidas de segurança pública, ordenamento e uso do solo que vêm sendo empreendidas pelo Estado nas favelas.

Palavras-chave: microempreendedorismo de raiz popular, feminismo, diversidade econômica, políticas sociais de inclusão produtiva.

g) Resumo da Dissertação de Cruz (2017) - Perspectiva Decolonial**RESUMO**

Cordeiro, Rafael. **Territorialidade autônoma, utopia e geografia decolonial para o direito à cidade: um ensaio sobre o carnaval de rua no Rio de Janeiro**. 2017. 148p Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa sobre autonomia e território, onde buscamos, à luz da Geografia Anarquista e Decolonial, demonstrar que no carnaval de rua do Rio de Janeiro existem fissuras capazes de aglutinar diferentes nichos da luta antissistêmica. Nossos objetivos variam entre a construção de uma noção de territorialidade autônoma, a crítica à racionalidade urbana e a construção de estratégias de luta, utilizando espaços-tempo caóticos, como o Carnaval. Enxergamos estas fissuras muito latentes nestes eventos e muitas possibilidades de permanência das ações dissidentes executadas ali. Buscamos contribuir para a construção de um saber geográfico que permita ao leitor empoderar-se do espaço que o rodeia com o olhar dissidente, a partir de casos que nos vieram à guisa de transformar o *status quo* dominante. Recortamos a cidade do Rio de Janeiro para delimitar um espaço de estudos, mas não para limitar nossa análise. O roteiro explanado serve para ilustrarmos um Carnaval marginal à espetacularização a que é relegada a festa. Todavia, mesmo marginal, este circuito arrasta multidões e incontáveis formas de protestos, territorialidades, ações dissidentes e de luta antissistêmica. O Carnaval que pretendemos mostrar aqui não se resume à folia *per se*, mas também a junção de demandas coletivas e individuais, a transformações no uso e apropriação de espaços da cidade e a possibilidades de mudança nas formas de enxergar e debater a emancipação nesses espaços-tempos. O Carnaval mostrado neste trabalho é uma espécie de utopia experimentada, efêmero e permanente, que vive em cada participante, durante todo o ano, em suspiros de alegria e revolta, de construção e desconstrução, na ocupação dos espaços da cidade com a presença do poder apenas da música e da horizontalidade.

Palavras-chave: Autonomia. Carnaval. Territorialidades autônomas.